

A Nova Política Externa Brasileira na Imprensa: uma análise a partir do jornal *Folha de S. Paulo*

Nicholas Nicolau Gheno

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Janeiro de 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica de Carmen Sofia Rodrigues Silva
Fonseca.

Algum cheirinho de alecrim.

(Chico Buarque)

AGRADECIMENTOS

Escrever é essencialmente um processo solitário, mas esta dissertação e eu nos encontramos quase todos os dias de 2021. Foi um ano atípico, o segundo de uma pandemia global. Na maioria das vezes eu a encontrava exausto depois de uma jornada de trabalho, mas em outras fomos passear juntos pelos parques, cafés e bibliotecas de Lisboa. Em certa medida ela representou para mim uma companhia interessante de ser construída e analisada em detalhe. Pessoalmente, chamo-a de “dissertação possível”, porque foi tudo o que consegui fazer com o tempo e as condições que estavam ao meu alcance. E eu estou muito feliz e orgulhoso dela, por isso, caro leitor, espero que você também aproveite bem sua companhia nas próximas páginas.

Apesar da solidão da escrita, esta dissertação não se concretizaria sem a contribuição direta ou indireta de algumas pessoas. Por isso, agradeço à professora Dra. Carmen Fonseca, por ter me instigado a esta pesquisa e pela valorosa orientação deste trabalho. Ao Lucas Alves, pela ajuda na elaboração dos gráficos da pesquisa e aos meus amigos Alexandre Ribeiro, Cláudia Bueno, Fernando Rawicz, Giovanna Mansur, Luiza Fritzen, Marília Bandeira, Nilson Souza e Rafael Zangiacomi pelo apoio emocional, motivação e companhia que me proporcionaram durante o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ainda à minha mãe, meu pai e irmãos que, mesmo de longe, sempre respaldaram minhas escolhas, acreditaram em mim e estimularam meus sonhos. Serei em breve o primeiro mestre da família, e essa conquista não será só minha, mas de todos nós. Por fim, gostaria de fazer um agradecimento especial ao colega e amigo Renan Ortega, que nos deixou durante o percurso desta dissertação e que me ensinou muito sobre resiliência e força em vida.

A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

NICHOLAS NICOLAU GHENO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa; Brasil; Imprensa; Folha de S. Paulo;

A presente dissertação investiga de que modo a imprensa brasileira acompanhou as mudanças na política externa brasileira levadas a cabo pelo atual governo de Jair Bolsonaro durante o ano de 2019. Para isso, faz uma revisão bibliográfica sobre a definição, análise e mudanças da política externa, bem como da influência dos meios de comunicação social nesse campo. Adicionalmente, busca caracterizar a política externa brasileira das últimas décadas e contextualizar os fatores externos e domésticos que contribuíram para mudanças no quadro político nacional e, consequentemente, nessa política pública. Em paralelo, desenvolve uma análise do jornal *Folha de S. Paulo*, enquanto amostra representativa da imprensa brasileira, buscando identificar como esse veículo aborda a política externa do país em suas edições impressas. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). Este estudo se justifica pela importância das mudanças promovidas na política externa brasileira e seus impactos nas relações internacionais do Brasil, bem como pela relevância da cobertura da imprensa sobre o assunto e seu poder de agendamento público. A partir da análise do *corpus*, podemos inferir que, em 2019, a *Folha de S. Paulo* fez uma cobertura sobre a política externa brasileira de forma factual e generalista, seguindo a regra de pertinência na escolha dos temas e dedicando parte do espaço das edições para análises e o debate público. Além disso, posicionou-se de forma reiteradamente crítica às mudanças e às ações do governo Bolsonaro no âmbito da política externa através de seus editoriais.

ABSTRACT

KEYWORDS: Foreign Policy; Brazil; Press; Folha de S. Paulo;

This dissertation investigates how the Brazilian press has followed the changes in Brazilian foreign policy carried out by the current government of Jair Bolsonaro during 2019. To do so, it conducts a literature review on the definition, analysis, and changes in foreign policy, as well as the influence of the media in this field. Additionally, it seeks to characterize Brazilian foreign policy in recent decades and contextualize the external and

domestic factors that have contributed to changes in the national political framework and, consequently, in this public policy. In parallel, it develops an analysis of the *Folha de S. Paulo* newspaper, as a representative sample of the Brazilian press, seeking to identify how this vehicle addresses the country's foreign policy in its printed editions. The methodology used was content analysis proposed by Bardin (2016). This study is justified by the importance of the changes promoted in Brazilian foreign policy and their impacts on Brazil's international relations, as well as by the relevance of press coverage on the subject and its power of public agendas. From the analysis of the *corpus*, we can infer that in 2019 *Folha de S. Paulo* covered Brazilian foreign policy in a factual and generalist way, following the rule of pertinence in the choice of themes and dedicating part of the editions' space to analysis and public debate. In addition, the newspaper repeatedly positioned itself in a critical way to the changes and actions of the Bolsonaro government in the foreign policy sphere through its editorials.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. A POLÍTICA EXTERNA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	6
2.1. DEFINIÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA	6
2.2. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA.....	9
2.3. AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA.....	15
2.4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA	21
3. A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	28
3.1. O MUNDO PÓS-OCIDENTAL E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL: O SISTEMA INTERNACIONAL EM CONTEXTO	29
3.2. CAOS INSTITUCIONAL E ASCENSÃO DE BOLSONARO: A CONJUNTURA INTERNA DO BRASIL	36
3.2.1. <i>Ruptura no Planalto: o impeachment de Dilma Rousseff.....</i>	<i>37</i>
3.2.2. <i>Pavimentando o caminho conservador: o Governo de Michel Temer.....</i>	<i>42</i>
3.2.3. <i>Eleições de 2018 e a ascensão da ultradireita no Brasil</i>	<i>45</i>
3.2.4. <i>O primeiro ano do Governo Bolsonaro.....</i>	<i>51</i>
3.3. NOVO ITAMARATY: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB BOLSONARO E ARAÚJO	56
3.3.1. <i>A PEB que antecedeu Bolsonaro.....</i>	<i>57</i>
3.3.2. <i>A Nova Política Externa Brasileira sob Bolsonaro e Araújo.....</i>	<i>65</i>
4. A COBERTURA DA PEB NA IMPRENSA EM 2019: FOLHA DE S. PAULO.....	75
4.1. UM JORNAL CENTENÁRIO NO BRASIL: FOLHA DE S. PAULO.....	75
4.2. PRÉ-ANÁLISE.....	77
4.3. EXPLORAÇÃO QUANTITATIVA DO MATERIAL E TRATAMENTO DOS RESULTADOS.....	78
4.4. INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES.....	91
CONCLUSÕES.....	93
BIBLIOGRAFIA	98
ANEXO.....	111

1. INTRODUÇÃO

Depois de uma das mais conturbadas campanhas eleitorais da história democrática do Brasil, em 2019 o país assistiu à ascensão de Jair Bolsonaro, um deputado federal de extrema-direita, à presidência da república. Sua agenda conservadora propunha mudanças em diversos setores como educação, política econômica, meio ambiente, direitos humanos e, entre elas, uma radical renovação na política externa brasileira.

Para conduzir sua agenda conservadora no Ministério das Relações Exteriores, ou Itamaraty, Bolsonaro indicou o diplomata Ernesto Araújo como chanceler. Araújo ficou conhecido nos círculos conservadores da diplomacia após publicar artigos em apoio à política de Donald Trump nos Estados Unidos e contra uma suposta ideologia globalista. Araújo assumiu o Itamaraty com um discurso de posse no qual deixou evidente seu entusiasmo com o “novo Brasil” que emergia com a ascensão de Bolsonaro ao poder. Para o chanceler, o novo Brasil deveria abandonar a ideia de que sua tradição universalista o limita a ser uma nação politicamente correta e submissa ao sistema internacional. Era preciso dar ao Itamaraty e ao Brasil um propósito claro e posicionamentos mais contundentes no âmbito internacional, a partir da rejeição do globalismo e do multilateralismo em prol de um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e outras nações do norte global então lideradas pelo mesmo espectro político, como Polônia, Hungria, Israel e Itália.

A guinada conservadora na condução da política externa, no entanto, começou a ser projetada ainda durante o governo do antecessor Michel Temer (2016-2018), quando o então ministro das relações exteriores José Serra lançou as bases do que chamou de nova política externa brasileira, que buscava reordenar as relações brasileiras através da priorização de relações com países do centro do capitalismo global. A ideia era criar um ponto de divergência com a política externa que vinha sendo conduzida pelos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) nos últimos treze anos, caracterizada pelo multilateralismo, liderança regional e projeção internacional. Com a chegada de Bolsonaro ao poder, essas mudanças foram aprofundadas e radicalizadas. O Itamaraty rompeu com alguns procedimentos diplomáticos que caracterizaram a política externa brasileira das últimas décadas e passou a promover a imagem de um país renovado, desassociado de algumas

bandeiras históricas, como direitos humanos e multilateralismo, ao mesmo tempo em que passou a dar ênfase ao mercado aberto em parceria com o norte global em detrimento da estratégia de liderança regional.

Algumas das estratégias para a política externa de Bolsonaro se tornaram evidentes já nos primeiros meses de governo, quando foram anunciadas medidas de reestruturação do Itamaraty e do currículo de formação de diplomatas. A escolha dos Estados Unidos como primeiro destino internacional para uma visita de estado, assim como as relações próximas com Israel e Polônia indicaram quais seriam os novos parceiros da política externa brasileira que emergia com o novo mandato. Outros sinais de mudança vieram da retórica que o país adotou em relação à política interna de outras nações, como quando das eleições na Argentina e a crise na Venezuela, que representaram uma quebra do tradicional princípio diplomático de não interferência. Essas mudanças na política externa causaram grande repercussão pública, tanto no Brasil como na comunidade internacional.

Nesse contexto, o jornalismo e os meios de comunicação social representam importantes veículos para a circulação de informação, influência política e debate público, além de representarem importantes esferas de produção de conteúdo simbólico sobre uma coletividade. Na tentativa de compreender esse papel e, mais especificamente, a atuação da imprensa sobre assuntos relacionados à nova política externa brasileira, esta dissertação se propõe a fazer uma análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*, enquanto amostra representativa da imprensa brasileira, durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro.

O objetivo principal desta dissertação é analisar de que forma o jornal *Folha de S. Paulo* cobriu os temas relacionados à política externa brasileira durante o ano de 2019. Nossos objetivos específicos são, para tanto, buscar referências teóricas na área de análise de política externa, tratando da definição de política externa, seus processos de mudança e relação com os meios de comunicação social; caracterizar a nova política externa brasileira e as conjunturas interna e externa que proporcionaram mudanças nessa política pública; descrever o mercado de comunicação brasileiro e a relevância da *Folha de S. Paulo* nesse contexto; selecionar um *corpus* de pesquisa no qual podemos identificar e analisar a presença de temas relacionados à política externa nas edições, a temática relacionada à política externa brasileira, os gêneros jornalísticos mais utilizados, os personagens da

política externa brasileira citados, os tipos de fontes interpretativas consultadas e, por fim, o posicionamento global dos textos publicados.

O *corpus* deste estudo é constituído pelos textos cujas temáticas estão relacionadas com a política externa brasileira e que foram publicados na versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo* no período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019. A partir desses critérios, nosso *corpus* de pesquisa consiste em um total de 368 textos extraídos das 365 edições publicadas no período de análise. Para estudar do objeto, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), que viabiliza uma compreensão minuciosa dos processos de produção do conteúdo em estudo, assim como uma reinterpretação do mesmo a partir dos dados quantitativos de frequência dele extraídos.

Para organizar as etapas desta pesquisa, organizamos o trabalho em três capítulos principais. No primeiro, estudamos a política externa e os meios de comunicação social, com o objetivo de estruturar uma base teórica que viabilize o estudo e interpretação da análise empírica, assim como da análise conjuntural a que se propõe esta dissertação. Este capítulo divide-se em quatro eixos de análise, ou subcapítulos: no primeiro, buscamos definir o conceito de política externa e sua relação como política pública; no segundo, tratamos sobre a análise de política externa enquanto enquadramento de pesquisa na área de relações internacionais; no terceiro, abordamos as possibilidades de mudança na política externa, assim como exemplificamos o caso específico do Brasil; por fim, no quarto subcapítulo, tratamos do papel e influência dos meios de comunicação social na política externa e suas particularidades no caso brasileiro.

O segundo capítulo busca contextualizar e caracterizar a nova política externa brasileira levada a cabo pelo atual governo de Jair Bolsonaro, assim como examina as conjunturas interna e externa que viabilizaram mudanças nesse âmbito. Para tanto, o capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, buscamos ilustrar o cenário internacional em contexto, tratando sobre a crise da ordem global estabelecida, os movimentos de descentralização do poder entre nações, os efeitos da globalização e a crise das democracias liberais ocidentais, além de investigarmos o papel que o Brasil assume nessa conjuntura. Na segunda parte apresentamos um contexto da política interna brasileira, desde o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), passando pela crise de representação política manifestada

nos protestos de junho de 2013, a destituição de Rousseff, em 2016, a campanha eleitoral de 2018, até chegar ao primeiro ano de Jair Bolsonaro como presidente da república. A terceira e última parte busca caracterizar e contextualizar a nova política externa brasileira que emergiu a partir de 2019 e da qual trata esta pesquisa. Para isso, fazemos primeiro uma revisão histórica da política externa brasileira durante os governos que antecederam Jair Bolsonaro, bem como das tradições diplomáticas que foram estruturadas e incorporadas ao longo das décadas como políticas de estado do Brasil. Na sequência, analisamos as principais iniciativas e estratégias desempenhadas durante o primeiro ano de governo Bolsonaro, buscando caracterizar o conceito de “nova política externa” conduzida nesse período.

No terceiro capítulo, procedemos à análise do objeto de estudo com o propósito de responder à pergunta de partida desta dissertação: como a imprensa cobriu a nova política externa brasileira de Jair Bolsonaro? A análise empírica está dividida em quatro fases, seguindo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Na primeira etapa, apresentamos informações relevantes sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, buscando justificar a escolha desse diário por meio da descrição de sua história centenária de atuação na imprensa brasileira e relevância, tanto em termos de audiência como de influência no cenário político-mediático. Na segunda fase, tratamos de apresentar a organização da pesquisa, explicando os métodos, critérios e variáveis levadas em consideração para analisar o conjunto material coletado, do mesmo modo que apresentamos algumas observações preliminares feitas a partir da leitura flutuante do *corpus*. A terceira etapa é dedicada à exploração quantitativa do objeto de estudo, na qual analisamos a frequência de algumas variáveis nos textos examinados, apresentando os resultados em gráficos. Por fim, na quarta e última fase, examinamos e discorremos acerca dos resultados obtidos e suas possíveis interpretações.

Os resultados da pesquisa sugerem que a *Folha de S. Paulo*, em 2019, fez uma cobertura sobre a política externa brasileira de forma factual e generalista, seguindo a regra de pertinência na escolha dos temas abordados, ou seja, somente quando há recorrência e relevância pública de eventos factuais relacionados à política externa brasileira. Observamos a predominância de textos do gênero noticioso, o que indica que o jornal dá prioridade a uma cobertura factual, em consonância com o seu propósito de jornalismo

generalista, apesar de reservar um importante espaço das edições impressas para o debate público e confronto de ideias por meio de gêneros textuais opinativos. Constatamos também que o presidente Jair Bolsonaro é o principal nome associado à política externa e que a ala ideológica do governo é a que está mais relacionada à condução da política externa. Verificamos ainda que o jornal busca consultar um grupo diverso de fontes para fazer inferências em seus textos, mas para temas relacionados à política externa procura com mais frequência diplomatas, professores e especialistas no assunto. Por fim, entendemos que a cobertura do jornal pode ser considerada crítica à política externa brasileira e seus principais *policymakers* dada a expressiva presença de pautas e opiniões que contribuem para a construção de uma imagem negativa sobre o governo e o Itamaraty, além do volume de editoriais críticos das ações do governo Bolsonaro nesse âmbito assinados pelo jornal.

2. A POLÍTICA EXTERNA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Considerando a proposta de investigação e seus objetivos, este capítulo pretende estruturar uma base teórica capaz de contextualizar e dar suporte à análise empírica a que se propõe esta dissertação e está dividido em quatro partes. Na primeira, busca definir o conceito de política externa e sua relação como política pública, recorrendo a deliberações de autores como Morin e Paquin (2018), Freire e Vinha (2011), Salomón e Pinheiro (2013), Milani e Pinheiro (2012 e 2013) e Hill (2016). Na segunda parte, discorre sobre a análise de política externa enquanto enquadramento de pesquisa e, para isso, busca referências teóricas em Hudson e Vore (1995), Hudson (2012), Holsti (2006), Haas (1992), Mintz e DeRouen (2010), Rosati (2000), além de Freire e Vinha (2011). O terceiro subcapítulo dedica-se às mudanças na política externa, seguindo os estudos propostos por Hermann (1990) e, mais especificamente no caso brasileiro, através de autores como Cason e Power (2009), Lima (2000), Vigevani e Cepaluni (2007), Burges e Bastos (2017) e Fonseca (2017). Por fim, a quarta parte aborda o papel e influência dos meios de comunicação social na política externa, seguindo as análises de Morin e Paquin (2018), Cohen (1963) e Taylor (1998), e no caso brasileiro, Ferreira e Cunha (2021), Casarões (2012), Feres Júnior e Gagliardi (2019) e Azevedo (2006, 2017, 2018a). Esses quatro espectros teóricos servem de base para a análise de conteúdo a que se propõe este trabalho, assim como para a análise dos contextos relacionados ao período de estudo.

2.1. DEFINIÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA

Um estudo com base teórica na Análise de Política Externa (APE) nos conduz a uma pergunta de partida: afinal, o que é, por definição, política externa? Segundo Morin e Paquin (2018), não existe uma definição consensual sobre o que é política externa. Apesar dos estudos de APE centrarem-se propriamente em política externa, a verdade é que, a despeito de outras áreas de investigação das relações internacionais, a APE concentra-se menos na definição do conceito de política externa e mais nas ações e variáveis de análise dessa área das relações internacionais. Os autores mencionados ressaltam ainda que as definições de política externa são variáveis consoante o período histórico e as escolas em questão. Esta dissertação usa como conceito de política externa a definição proposta por Freire e Vinha (2011) que a descrevem como “o conjunto de objectivos, estratégias e

instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (p. 18). Esta definição enfatiza que as ações de política externa são definidas por “decisores dotados de autoridade”, porque são políticas reservadas a Estados ou outros atores soberanos, como a União Europeia (UE) por exemplo, e demonstram o posicionamento dessas representações no sistema internacional.

Esta descrição está alinhada com a visão generalizada nos estudos desta área, proposta por James Rosenau (1980), que considera a definição de política externa como muito específica para cada ator internacional, o que não permite generalizações nem coloca um ponto final quanto a sua definição, estando implicada em uma relação bivalente entre as dimensões interna e externa. Portanto, a elaboração e implementação da política externa de cada ator internacional não é um processo linear e previsível, mas passa pela conjugação de elementos internos, externos, estruturais, além das variáveis subjetivas como “atitudes, crenças, valores e interesses subjacentes aos processos de formulação e decisão” (FREIRE; VINHA, 2011, p.14).

Vale ressaltar, no entanto, que a política externa, bem como descrevem Salomón e Pinheiro (2013), apesar de centrar-se na atuação fora das fronteiras estatais, constitui-se como uma política pública e, portanto, em seu processo de elaboração incidem as demandas e conflitos normais da elaboração de políticas públicas, sejam elas internas ou externas. No caso brasileiro, Milani e Pinheiro (2013) identificam que, apesar da relativa autonomia do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) na formulação e condução da política externa, o sistema político atual envolve muitos atores estatais não tradicionais em temas externos (legislativo, judiciário, ministérios, agências e entidades nacionais), assim como inúmeros atores não-estatais (movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais e grupos de interesse empresariais) com capacidade de influência em diferentes assuntos da política interna e externa. Mesmo identificando essa pluralidade de atores e seus respectivos potenciais de influência na política externa, Milani e Pinheiro (2013, p.21) reafirmam que “em última instância, as responsabilidades pelas políticas públicas, entre elas a política externa, é do governo que as implementa”. Desse modo, reconhecem que a formulação e implementação da política externa se insere “na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões barganhas, disputas, acordos entre

representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política” (2013, p. 24).

Morin e Paquin (2018) observam que, atualmente, os limites entre políticas internas e externas são cada vez mais “porosos”. Muitos temas anteriormente considerados estritamente externos, hoje incluem elementos domésticos, assim como assuntos antes tradicionalmente considerados externos hoje possuem claras ramificações internas.

O campo da política externa, ao contrário de outras áreas da política pública, não pode ser definido por uma única questão, objetivo, meta ou função. Em vez disso, pode ser definido por um critério geográfico: toda ação (ou inação) realizada por uma autoridade política soberana em um contexto além das fronteiras do estado pode ser considerada como um componente da política externa, independentemente de ser da responsabilidade de Ministério das Relações Exteriores ou qualquer outra autoridade pública (MORIN; PAQUIN, 2018, p. 6, tradução nossa).

Ainda, segundo os autores, é exatamente a transição de uma ação interna para externa que dá especificidade à política externa: os atores que elaboram e implementam uma política externa não possuem controle sobre seus resultados porque, para isso, dependem de fatores que vão além de sua soberania.

Christopher Hill (2016) analisa, por sua vez, que as Relações Internacionais têm negligenciado os estudos de política externa, adotando uma postura de questionamento da independência dos Estados e focando-se na explicação das dinâmicas do sistema internacional como um todo. Desse modo, muitas vezes, neorrealistas, teóricos da globalização e a sociologia histórica ignoram ou subdimensionam os poderes agenciadores de mudanças estruturais em política externa. O autor argumenta que o ceticismo sobre a importância dos Estados e suas soberanias aliado à tendência escolástica das Relações Internacionais tem provocado um maior distanciamento entre as produções acadêmicas e a cidadania sobre a qual se estuda. Hill (2016) defende um rompimento da associação dos estudos de política externa com as versões mais puras do realismo, sugerindo uma reorientação dos estudos em Relações Internacionais para escolhas e decisões políticas, com o objetivo de aproximar o entendimento público sobre o Estado e as conjunturas externas.

Por suas dinâmicas complexas, somente uma abordagem ampla e que leve em consideração os diversos níveis de influência da política externa é capaz de elucidar os processos de decisão, elaboração, implementação e mudanças no âmbito desse tipo de política pública. Assim, segundo Freire e Vinha (2011), as teorias tradicionais das Relações Internacionais não explicam de forma conveniente esses fenômenos da política externa, pois renunciam à análise dos processos de decisão e, por isso, não são capazes de abordar a amplitude de variáveis circundantes na agenda de política externa. De tal modo, somente o desenvolvimento de uma teoria analítica aberta seria capaz de dar respostas suficientemente elaboradas para os processos de decisão em política externa. A partir desse mesmo raciocínio, Milani e Pinheiro (2012) propõem uma “revitalização do campo de Análise de Política Externa no âmbito das Relações Internacionais”, concebendo a política externa como “resultado de iniciativas tomadas por diferentes atores [...] em interação com o ambiente internacional” (s.p.) e que, para ser estudada, necessita acolher as contribuições desses novos elementos de influência. A APE, constitui-se, portanto, como o modelo analítico mais apropriado para compreender a interação dessas variáveis e dos objetivos em política externa com os arranjos do sistema internacional.

2.2. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

A análise de política externa teve origem após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Hudson e Vore (1995), três trabalhos são considerados os fundadores dessa abordagem, tendo, cada um deles, desenvolvido um aspecto da APE: *Foreign Policy Decision-Making* de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954); *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics* de Harold e Margaret Sprout (1956) e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* de James Rosenau (1966).

O estudo de Snyder, Bruck e Sapin (1954) identificou o indivíduo dotado de poder como o principal determinante da política externa de um estado e por isso o estudo dos autores centrou-se na análise da visão de mundo desses decisores, catalisando os estudos dedicados ao processo de decisão em política externa. Já a obra de Harold e Margaret Sprout (1956) centra-se na relação entre o *psycho-milieu* e o *operational milieu*, ou seja, o meio de percepção dos decisores e o meio operacional real das ações. Com isso, os autores delimitam as diferenças entre a forma como os decisores imaginam a realidade e o meio

real em que as coisas acontecem. Através desta perspectiva, ganharam relevo os estudos que consideravam o contexto em política externa e a dimensão cognitiva de seus decisores. Por fim, o artigo de Rosenau (1966) defende que a análise de política externa deve valer-se dos estudos de outras áreas das ciências sociais, aplicando análises em diferentes níveis e variáveis, buscando, assim, contemplar a multiplicidade de fatores que influenciam o processo de elaboração de política externa (HUDSON; VORE, 1995).

Com o fim da Guerra Fria e o advento da globalização amplificou-se a complexidade da política internacional e, por conseguinte, as investigações que buscam compreender essas novas dinâmicas. Para Hudson (2012), a análise de política externa contemporânea mantém-se como modelo teórico comprometido com suas bases fundantes e, ao mesmo tempo, atualizado para fazer frente a investigações cada vez mais desafiantes nesse campo de estudos.

[...] a APE evoluiu na sofisticação das perguntas feitas e nos meios de responder a essas perguntas. De fato, a capacidade da APE de fazer novas perguntas é talvez mais promissora em relação a seu potencial teórico futuro do que qualquer outro indicador (HUDSON, 2012, p. 30).

A formulação e decisão em política externa podem seguir diferentes modelos focados em níveis de análise distintos, todos eles guardam especificidades, vantagens e inconvenientes. Segundo Freire e Vinha (2011), o processo de decisão em política externa é sujeito a muitas complexidades e não somente os tipos de processos de tomada de decisão diferem em sua forma, também o ambiente de decisão cria novos desafios, como o contexto político internacional, fatores internos e psicológicos. E é justamente essa complexidade de variáveis condicionantes da política externa que a APE busca reconhecer. Os autores elencam como níveis de análise em política externa o tradicional modelo do ator racional, modelo das organizações burocráticas, dos pequenos grupos e dos líderes.

A tradicional abordagem do ator racional considera que a política externa é formulada de forma unitária pelos Estados, sendo que a política interna é considerada de forma isolada da externa. Essa abordagem avalia que a política externa é formulada de forma homogênea e unitária pelos elementos de poder do estado e com base nos interesses nacionais, principalmente a segurança. Nesse nível de análise, variáveis como a psicologia dos líderes, tipos de governo e contextos sociais e econômicos não são relevantes. Segundo

o modelo de decisão racional, o Estado segue passos lineares no processo de decisão da política externa, que passa pela definição do problema, seleção dos objetivos, identificação das alternativas e uma seleção racional da melhor opção. Desse modo, o Estado agiria com objetivos claramente definidos ao assumir posições e preferências que maximizam a utilidade das escolhas, ponderando prós e contras. No entanto, esse modelo é considerado muito mais um padrão idealizado do processo de tomada de decisão do que propriamente um exemplo de como as coisas acontecem na realidade. Existem diversas variáveis que exercem influência na elaboração de uma decisão e contrariam as expectativas de um modelo estritamente racional: tendências psicológicas dos decisores, crenças pessoais, o tipo de informação, a influência de grupos de interesse, contextos sociais e econômicos ou mesmo as capacidades reais disponíveis, que nem sempre são ideais (FREIRE; VINHA, 2011).

Ainda segundo Freire e Vinha (2011), o modelo das organizações burocráticas postula que embora sejam os dirigentes a decidir o que fazer em política externa, suas decisões são fortemente dependentes das informações e consultoria proporcionadas por organizações burocráticas especializadas. Chefes de departamento, agências governamentais, forças de segurança, diplomatas e mesmo especialistas em assuntos-chave possuem, muitas vezes, informações privilegiadas e podem auxiliar os decisores na escolha das melhores ações. Desse modo, as burocracias são capazes de influenciar não apenas as decisões dos atores políticos e o curso dos acontecimentos, como também a opinião pública sobre assuntos de política externa.

As burocracias visam melhorar a eficiência e a racionalidade ao conferirem a responsabilidade de diferentes tarefas a diferentes pessoas, definindo regras e procedimentos operacionais que especificam o modo como as tarefas devem ser executadas, e a divisão de autoridade entre diferentes organizações para evitar a duplicação de esforços. Ainda permitem o planejamento avançado com o objectivo de determinar necessidades a longo prazo e os meios de as alcançar. Deste modo, a presença destas organizações poderá resultar numa multiplicidade de opções, melhorando as hipóteses de um maior número de alternativas ser considerado, bem como de adopção de procedimentos de resposta standardizados (FREIRE; VINHA, 2011, p.26).

Além da influência que exerce nos decisores, a burocracia também pode servir como limitadora da interferência de líderes políticos ou outras agências na elaboração da política externa. Adicionalmente, podem criar sistemas de perfilamento institucional para garantir procedimentos operacionais padronizados e legitimidade institucional (FREIRE; VINHA, 2011).

Os pequenos grupos também são capazes de exercer influência nos decisores e, por conseguinte, nos rumos da política externa. Os grupos podem ser formados por integrantes com diferentes funções, valores ou interesses, mas, segundo Holsti (2006) geram dinâmicas muito particulares que podem ter efeitos diretos na elaboração da política externa. Essas agremiações podem enriquecer o debate e contribuir trazendo mais possibilidades e alternativas no processo de decisão, ademais, podem servir de apoio para os decisores. Por outro lado, podem também limitar o escopo de análise das possibilidades através do realce de suas perspectivas e interesses e a imposição de sua retórica sobre as demais alternativas. A busca pelo consenso de grupo é conhecida como *groupthink*, processo que persegue uma suposta avaliação racional coletiva, ignorando ou mesmo censurando ideias contraditórias.

Por fim, o papel dos líderes também pode ser analisado por meio do tipo de liderança que exercem e o modo como conduzem assuntos de política externa. Este modelo busca aliar a análise do comportamento dos Estados na política internacional e as ações de seus principais decisores. O papel dos líderes pode ser visto como determinante para o sucesso ou fracasso de uma política externa. No entanto, existem divergências entre as ações de um líder e aquilo que é esperado dele. Essas divergências podem ser explicadas, em parte, pelas racionalidades procedimental e instrumental as quais estão sujeitos os líderes. A racionalidade procedimental sustenta uma visão fria e calculista sobre a política internacional, orientando decisões assertivas e racionais entre as opções disponíveis. Já a racionalidade instrumental orienta para uma visão mais limitada da racionalidade, admitindo preferências por alternativas mais intuitivas que racionais. Essas divergências apontam, portanto, para a existência de uma limitação racional dos líderes, que muitas vezes tomam decisões em política externa de forma racional, do ponto de vista instrumentalista, enquanto o processo de decisão e o produto dessas escolhas surgem de forma irracional (FREIRE; VINHA, 2011).

Apesar da autoimagem e popularidade de um líder legitimarem um lugar de poder de importância chave para a política externa, é preciso considerar que a maioria dos líderes agem influenciados por uma variedade de constrangimentos políticos, psicológicos e circunstanciais que podem limitar ou comprometer seu escopo de atuação em determinadas circunstâncias. Justamente pela limitação de atuação dos líderes que suas crenças ou escolhas pessoais nem sempre impactam diretamente a política externa. O foco de análise, portanto, não é em que nível as características pessoais de um líder influenciam a tomada de decisão, mas sob quais condições esses elementos são determinantes. É possível identificar, por exemplo, que o poder de influência das características pessoais de um líder aumenta conforme sua autoridade e legitimidade pública. A preferência de uma população por um líder forte, autocrata, reflete-se em uma maior influência dos desejos pessoais desse líder na tomada de decisões e condução da política externa comparativamente a democracias em que o sistema burocrático limita esse poder centralizado em um único líder. Também podemos citar o contexto em que o líder está no poder, o período do seu mandato e os elementos circunstanciais, como crises sociais, políticas e econômicas. Crises nacionais são considerados momentos propícios para aumentar o poder de influência do líder na formulação da política externa, mas, do contrário, alguns outros contextos podem ser mais influentes que o líder (FREIRE; VINHA, 2011).

Como vimos, a análise de política externa envolve uma diversidade de variáveis e modelos de análise a serem levados em consideração. Para além disso, podemos identificar diferentes tipos de decisão nesse processo. Para Mintz e DeRouen (2010) essas decisões podem ser de quatro tipos: 1) decisões singulares: atos isolados sem um contexto mais amplo; 2) decisões estratégicas interativas: quando há interação entre pelo menos dois atores diretamente impactados; 3) decisões sequenciais: envolvem uma sequência de decisões inter-relacionadas; e 4) decisões sequenciais interativas: quando a sequência de decisões envolve pelo menos dois atores envolvidos. Mintz e DeRouen (2010) também destacam várias formas possíveis de decisão, são elas: a) decisões unilaterais: tomadas pela vontade exclusiva de uma parte; b) decisões negociadas: quando envolve a decisão acordada por pelo menos dois atores; c) decisões forçadas: tomadas sob a coação de atores externos; d) decisões estruturadas: típicas das instituições burocráticas, resultantes de uma elaboração racional e protocolar; e) decisões semiestruturadas: envolvem algum grau de

risco por elementos não previstos; f) decisões não-estruturadas: quando fatores estruturais e de objetivo não são desenvolvidos.

De acordo com Freire e Vinha (2011), para o estudo da política externa é fundamental considerar elementos como grupos de interesse, comunidades epistêmicas e opinião pública. Como vimos nos modelos teóricos, essas variáveis podem ter um peso determinante na elaboração da política externa. Os grupos de interesse podem ser formados para representar organizações e pautas específicas, como empresas e trabalhadores na área econômica, grupos de proteção ambiental e questões climáticas e mesmo formação de lobby para defender interesses de outros Estados ou organizações sobre um determinado tema. Haas (1992) ressalta que as comunidades epistêmicas, por sua vez, são grupos compostos por profissionais com conhecimento reconhecido em uma área específica e de interesse político. Podem ser formadas por cientistas, acadêmicos e indivíduos que compartilham da mesma atividade social e de especialização. Essas comunidades podem influenciar a decisão política ao fornecer informações, consultoria e recomendações aos decisores sobre temas específicos da política internacional. A opinião pública também exerce pressão sobre a política externa. A depender do sentimento popular, líderes podem tomar decisões baseados na popularidade de alguma alternativa. No entanto, é importante observar que a opinião pública é flutuante e pode variar do apoio à rejeição em alguns temas. Vale ressaltar também que a cultura nacional e suas características e valores próprios podem influenciar sobre as expectativas e predisposições de uma população sobre determinados assuntos e, com isso, afetar os processos de escolha e decisão.

Não podemos excluir do processo de análise de política externa os fatores psicológicos, os quais podem ser determinantes em como os líderes encaram a política externa e seus desafios. Consoante Jerel Rosati (2000) os fatores psicológicos podem ser classificados de diferentes formas tendo em consideração o potencial impacto que têm na política externa, nomeadamente por meio do conteúdo, organização e estrutura das crenças dos decisores; padrões de percepção da realidade; além da rigidez ou flexibilidade cognitiva. Através de cada um desses métodos é possível traçar características específicas de como os decisores elaboram e reagem a determinados desafios. Com uma melhor compreensão do espectro psicológico circundante entre os líderes, pode-se elaborar relações causais entre suas crenças, mapas cognitivos, visões de mundo e rigidez e o

processo de elaboração da política externa. Para além disso, Rosati (2000) considera importantes três outros fatores implícitos na estrutura cognitiva de um decisor, são eles: 1) o nível de conhecimento e experiência que tem sobre o assunto que está a tratar; 2) a função ocupada pelo líder com papel de decisão; e 3) as expectativas do decisor diante de um assunto ou um momento. Do mesmo modo, Rosati (2000) identifica comportamentos comuns entre os líderes no processo de decisão, como uma tendência para categorizar e estereotipar variáveis e suas particularidades, criando padrões dualistas como “nós-eles”, “bom-mau”, além de uma tendência para simplificar assuntos complexos, impondo uma ordem de compreensão que faça sentido a sua lógica cognitiva pessoal.

Como vimos, a análise de política externa é possível através de diferentes modelos e níveis de análise e pode recorrer à contribuição de diferentes ciências e teorias para a identificação e compreensão das múltiplas variáveis que podem influenciar a política externa. O estudo ancorado na APE, portanto, deve estar consciente tanto de sua amplitude como limitações, de acordo com o objetivo da pesquisa. Cumpre reiterar, neste ponto, que o objetivo desta dissertação não é fazer uma análise *sui generis* da nova política externa brasileira considerando as diversas possibilidades oferecidas pela APE, mas munir-se desses estudos e modelos para elaborar um estudo suficientemente contextualizado sobre a repercussão da nova política externa brasileira nos meios de comunicação social e que, conseqüentemente, seja também capaz de identificar os principais atores e processos de decisão dessa política externa.

2.3. AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA

Assim como as demais políticas públicas, a política externa também está sujeita a mudanças. Como observa Hermann (1990), no entanto, mudanças que marcam a reversão ou pelo menos o redirecionamento da política externa de um Estado possuem um interesse especial porque demandam novos posicionamentos dos governos e suas ações internas, assim como têm impacto no ambiente internacional e na política de outros atores de soberania. Na visão do autor, grandes mudanças na política externa dependem de mudanças proporcionalmente drásticas de regime ou governabilidade, por outro lado, reconhece que governos já estabelecidos também podem dar novos rumos à política externa aplicando medidas que alteram significativamente o posicionamento de um Estado. Hermann (1990)

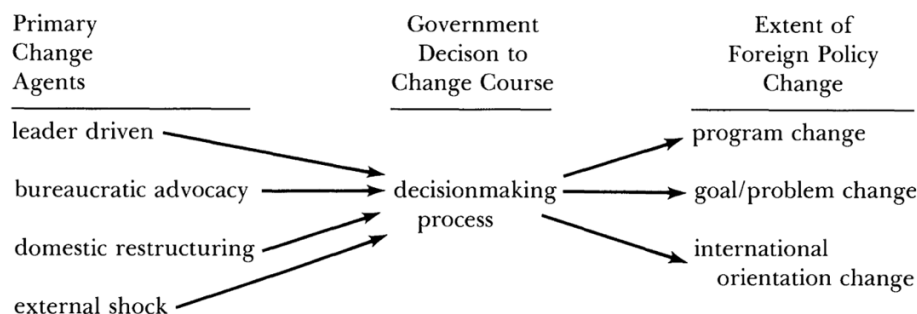
identifica quatro possíveis níveis de mudança em política externa: 1º) mudanças de ajuste: neste nível as mudanças ocorrem no esforço (para mais ou para menos) ou no âmbito dos destinatários, sem alterar os propósitos e objetivos externos; 2º) mudanças de programa: quando alterações são feitas nos meios e métodos pelos quais o problema ou objetivo é abordado, sem alterar, no entanto, os propósitos basilares da política externa; 3º) mudança de problema ou objetivo: neste caso o problema ou objetivo perseguido pela política externa é substituído ou anulado, assim, o propósito central da política externa se alterna; 4º) mudanças na orientação internacional: a forma mais extrema de mudança de política externa envolve o redirecionamento de toda a orientação externa de um Estado ou entidade soberana. Neste caso, não apenas algumas posições ou políticas isoladas se alteram, mas muitas são modificadas simultaneamente. Normalmente, esse tipo de reorientação mais drástica envolve também o alinhamento ou desalinhamento com outros atores internacionais.

Na mesma linha de análise proposta pela APE, quando estudamos mudanças na política externa prescindimos da contribuição de diferentes áreas do conhecimento e uma análise transversal dos múltiplos fatores que contribuem para a mudança ou redirecionamento da política externa. Hermann (1990) define quatro áreas para possível exploração de estudos: 1) sistema político doméstico: para promover mudanças na política externa, o governo estabelecido precisa contar com o apoio e alinhamento de certos grupos internos que legitimam e sustentam o regime, como oficiais militares, grupos empresariais, latifundiários, grupos religiosos, étnicos ou políticos. Algumas dinâmicas internas também podem proporcionar mudanças na política externa, como a reestruturação ou transformação do sistema econômico e suas prioridades, realinhamento das crenças e prioridades de setores internos ou mesmo como forma de diferenciar um governo de outro; 2) burocracia: a política externa contemporânea, independente do regime de governo, é normalmente conduzida por organizações estatais – geralmente o Ministério de Relações Exteriores – com especialização profissional e expertise em política externa. Essas organizações, a depender de sua estrutura hierárquica e de formação, constituem-se como estabilizadores administrativos para questões internacionais, servindo como base estrutural e de superação de conflitos internos. Ainda que esses órgãos possam estar sujeitos às políticas domésticas, qualquer mudança no posicionamento externo deverá passar pelo escrutínio e resistência

estrutural da burocracia estabelecida; 3) cibernética: a abordagem interdisciplinar e transversal da cibernética contribui para ampliar a gama de informações e suas intersecções em busca de um objetivo em política externa. Líderes e decisores também podem utilizar esse modelo como forma de identificar e corrigir ações e buscar qualificar as relações internacionais. O ambiente internacional em que opera boa parte da política externa é instável e imprevisível, por isso os legisladores desse âmbito devem explorar mudanças com foco em organizar suas preferências, reconhecer desafios e definir objetivos de forma ampla e interseccional; 4) abordagem de aprendizado: assim como aprendemos novas habilidades, as experiências de modelos previamente aplicados podem servir para a aquisição de conhecimentos em diferentes domínios da política externa, sugerindo que essas experiências sejam instrutivas para os novos desafios que se apresentam.

Para Hermann (1990), as alterações na política externa podem ser desencadeadas por diferentes atores e contextos, por isso elenca quatro fatores principais: 1) mudanças conduzidas por um líder: as mais importantes mudanças em política externa ocorrem geralmente concomitantemente ao surgimento de novos líderes com retóricas autoritárias, que por sua vez demonstram ter mais apoio para realizar mudanças nesse âmbito, impondo suas próprias visões de mundo, sempre amparadas pelos setores que sustentam o regime; 2) mudanças estimuladas pela burocracia: nesse caso a administração estatal especializada em assuntos externos promove e orienta as mudanças e redirecionamentos; 3) reestruturação doméstica: acontece quando um setor importante da sociedade e de cujo apoio o governo depende para governar sugere alterações na política externa; 4) choques externos: podem desencadear mudanças na política externa para fazer frente a novas crises, eventos, tragédias ou mesmo para adaptá-la ao novo contexto que surge de mudanças drásticas no exterior. Hermann (1990) reconhece, no entanto, que esses fatores podem interagir um com o outro e proporcionar mudanças de política externa com mais de uma variável como fator desencadeante. Desse modo, poderíamos relacionar os agentes e o grau de mudança na política externa como seguindo o fluxo abaixo.

FIGURA 1 – Fluxo de mudança em política externa



Fonte: HERMANN, 1990, p. 13

Em resumo, para que a proposta de um agente desencadeador tenha influência na política externa, esta precisa passar pelo processo de decisão próprio dos governos e suas burocracias. É no âmbito desse processo que uma pauta apresentada por agentes de mudança pode ter continuidade ou não, resultando em algum dos níveis de mudança mencionados.

Hermann (1990) conclui seu artigo afirmando que vivemos um período em que o cenário internacional, as mudanças em política interna, seus atores e variáveis são muito complexos e estão em constante evolução. Os estudos sobre mudanças em política externa, apesar de identificarem padrões e regularidades em determinadas circunstâncias, não são exaustivos para compreender a complexidade das variáveis que promovem alterações em política externa. Segundo o autor, ainda são necessários estudos vigorosos capazes de caracterizar as condições para mudanças e redirecionamentos dramáticos em política externa. No âmbito da Política Externa Brasileira (PEB), o estudo de Hermann (1990) foi utilizado para identificar mudanças na política externa entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva (VIGEVANI; CEPULANI, 2007), Lula da Silva e Dilma Rousseff (CORNETET, 2014) e entre Dilma Rousseff e Michel Temer (SILVA, 2019).

Cason e Power (2009) constataam que as mudanças na PEB prescindem de uma compreensão das mudanças nas estruturas de poder relacionadas à política externa. A partir de meados dos anos 1990 dois fatores passaram a ganhar mais influência na elaboração dessa política: a pluralização de atores e o advento da diplomacia presidencial. Segundo Cason e Power (2009), durante toda a história da diplomacia brasileira o Itamaraty manteve

seu posto de principal responsável pela PEB, sustentando uma tradição de autonomia e profissionalismo reconhecidos nacional e internacionalmente. No entanto, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com o então Ministro das Relações Exteriores Amaury de Souza, o Itamaraty passou por um processo de aproximação com representantes dos poderes da república e da sociedade, discutindo publicamente o papel e as funções do Ministério das Relações Exteriores, abrindo caminho para melhorar a comunicação e o diálogo com a sociedade. Nesse período, surgiram novos conselhos de assuntos específicos sobre política externa que incluíam membros de diferentes núcleos da sociedade e do governo, como por exemplo a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Essa resposta do Itamaraty é contemporânea a uma maior abertura da economia brasileira e à ascensão da concepção de política externa como política pública. Como resultado, o Itamaraty viu seu monopólio sobre a política externa perder força, enquanto propiciava a ascensão de novos atores políticos com influência sobre a PEB, como o Congresso Nacional, Judiciário, ONG's e outros grupos sociais (LIMA, 2000).

Cason e Power (2009) argumentam, no entanto, que a maior transferência de poder do Itamaraty foi para diplomacia presidencial, que a partir de Fernando Henrique Cardoso passou a ter influência direta na elaboração da PEB. Os autores observam que tanto Fernando Henrique Cardoso como seu sucessor Luís Inácio Lula da Silva estabeleceram uma relação pessoal no engajamento e nas negociações em política externa, substituindo o papel que até então era desempenhado pelo Ministro das Relações Exteriores em visitas de estado e fóruns internacionais. Segundo os autores, Cardoso utilizou sua diplomacia presidencial para aproximar o Brasil de países desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa. Por sua vez, Lula da Silva deu ênfase às relações com o Sul Global, explorando regiões até então subestimadas pela PEB, como África, Ásia e Oriente Médio.

Com a inserção de novos atores e da diplomacia presidencial, os estudos sobre mudanças na PEB passaram a ter múltiplos pontos de análise. Vigevani e Cepaluni (2007) utilizam o modelo de Hermann (1990) para analisar as mudanças na PEB entre os governos de Cardoso e Lula da Silva. Os pesquisadores reconhecem, no entanto, que os conceitos de Hermann “difícilmente poderiam ser encontrados na realidade de forma pura”, sendo, portanto, necessária uma “interpretação multicausal” dos elementos que desencadeiam

mudanças na PEB. Isso quer dizer que ainda que exista uma causa principal para desencadear mudanças na PEB, raramente essas mudanças podem ser explicadas utilizando um único fator desencadeante, uma vez que eles estão inseridos em um contexto com múltiplas influências (2007, p. 279).

Na pesquisa conduzida por Vigevani e Cepulani (2007), os autores constataram que a maior parte das mudanças na PEB entre os governos Cardoso e Lula da Silva se enquadram na categoria de “ajuste” ou “mudança de programa”, tal como categoriza Hermann (1990). Isso porque “as metas da política externa não foram alteradas de forma significativa (como ocorreria em uma situação de mudança de meta)” (p.282). Em relação às fontes dessas mudanças, Vigevani e Cepulani (2007) reconhecem a influência do líder (presidente), da burocracia e dos choques externos (como o ataque terrorista de 11 de setembro).

Ao estudar os governos brasileiros a partir da redemocratização e as mudanças na PEB desencadeadas por cada um deles, Burges e Bastos (2017) defendem, por outra perspectiva, que nas últimas décadas a diplomacia presidencial tem representado o poder central para mudanças e inovação na PEB.

O engajamento e autoridade do presidente são fatores essenciais para proporcionar mudanças estratégicas substanciais na política externa brasileira, mas também alterações nos processos políticos que têm democratizado a política externa, movendo-a de uma política de estado para outra área da política pública” (BURGES; BASTOS, 2017, p. 277, tradução nossa).

Fonseca (2017) observa que a característica do sistema político brasileiro de concentração dos poderes no Presidente traz consigo a necessidade de uma análise a nível individual das mudanças na política externa. A pesquisadora analisou as mudanças na PEB entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, tendo verificado que o núcleo duro para formulação da política externa do governo Lula (representado pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorin, pelo secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia) foram determinantes na articulação das orientações para a política externa de seu governo, nomeadamente de continuação dos pilares diplomáticos praticados até então, mas com a ambição de protagonismo internacional e diversificação

de parcerias. Para Fonseca (2017), “as ideias, as crenças e os interesses da liderança de política externa foram condição *sine qua non*” (p.65) para as alterações no estilo da política externa adotada por Lula da Silva.

2.4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA

Os meios de comunicação social estão estreitamente ligados à opinião pública. Em dadas circunstâncias, os decisores aferem o apoio público por meio da cobertura midiática sobre um determinado assunto (BREUNING, 2007 apud FREIRE; VINHA, 2011), em outras situações, a mídia pode influir nas decisões tomadas por líderes políticos. Morin e Paquin (2018) veem a mídia em uma posição estratégica entre os líderes políticos e a população. Segundo os autores, os meios de comunicação social não são nem meros replicadores das assessorias de imprensa governamentais nem espelhos exatos da opinião pública. São, por sua vez, atores com grau de autonomia suficiente para influenciar tanto o público como seus líderes.

Segundo Morin e Paquin (2018), apenas uma minoria dos jornalistas possuem conhecimento e fontes de informação privilegiadas em assuntos de política externa e, por isso, esse tema é geralmente abordado por um grupo seletivo de profissionais da comunicação que concentram essas informações e o poder de influência das linhas editoriais sobre o assunto. Uma das escolhas editoriais mais importantes é o filtro e seleção das notícias que serão publicadas por um veículo de imprensa. Os editoriais de informação internacional possuem espaços limitados e isso impõe uma necessidade de selecionar as informações mais relevantes, dessa forma alguns assuntos acabam predominando sobre outros e influenciando tanto a opinião pública como a agenda política internacional (WOOD; PEAKE, 1998; OPPERMANN; VIEHRIG, 2009 apud MORIN; PAQUIN, 2018). Outra escolha editorial passa pelo enquadramento das notícias, ou seja, o ponto de vista com que uma notícia é apresentada à audiência. Esse processo envolve critérios de seleção, estrutura, fontes utilizadas e apresentação da notícia, além de definir problemas, identificar os atores envolvidos e os debates e possibilidades sobre o tema (MORIN; PAQUIN, 2018). Apesar de existirem inúmeras maneiras de enquadramento da notícia, normalmente uma peça informativa sustenta apenas um enquadramento, geralmente alinhado aos enquadramentos padronizados pelos veículos de comunicação ou baseado pelos interesses

e normas sociais estabelecidos (SNOW et al. 1986; ENTMAN, 2004 apud MORIN; PAQUIN, 2018). É importante destacar, no entanto, que tanto a decisão editorial de seleção e priorização da notícia como a de enquadramento se aplicam tanto aos artigos de opinião, geralmente publicados por colunistas formadores de opinião, como às reportagens e artigos noticiosos comumente classificados como imparciais, de autoria de jornalistas dos veículos de comunicação ou agências de notícias.

Todas essas decisões editoriais exercem algum nível de influência seja na opinião pública ou no comportamento dos líderes. Uma das primeiras publicações sobre a influência dos meios de comunicação social sobre as relações exteriores foi publicado por Bernard Cohen (1963), o qual assinala que a mídia pode não influenciar diretamente o que as pessoas devem pensar, mas sim sobre o que elas devem pensar. Ou seja, possuem o poder de tematizar e colocar no centro da atenção pública os assuntos para os quais também fornecem análises e interpretações com enquadramentos narrativos. Essa afirmação vai ao encontro das teorias de agendamento da comunicação, conhecidas como *agenda-setting* ou *framing*, que postulam que os meios de comunicação social são capazes de influenciar a agenda de debate público através de veiculação, hierarquização e repetição de determinados temas e, desse modo, impactar mesmo aqueles indivíduos que não possuem um interesse concreto em determinados assuntos, como é o caso da política externa.

Para além do impacto no público amplo, os meios de comunicação social podem exercer influência nos líderes políticos por meio de três estratégias, segundo Morin e Paquin (2018): 1) ao publicar uma pauta relevante sobre a política internacional os meios de comunicação social podem exercer pressão sobre os líderes políticos para adotarem medidas ou posicionamentos diante do assunto. A antecipação ou questionamento de um assunto pela mídia pode contribuir para que o tema tratado seja agregado à agenda política; 2) jornalistas e editores de assuntos internacionais podem influenciar líderes porque constituem-se como fontes de notícia, análise e opinião até mesmo para os líderes, que complementam assim as informações recolhidas por agências e órgãos internos da administração; 3) alguns líderes podem ter a impressão de que seu eleitorado e a opinião pública estão sendo influenciados pelas pautas dos meios de comunicação social e por isso ajustam suas políticas externas em busca de um alinhamento com essas expectativas.

Assim como os meios de comunicação social influenciam líderes políticos, de modo reverso, esses meios também podem ser influenciados por líderes políticos. Por sua posição de legitimidade e investidos de autoridade pública, os líderes podem provocar novos eventos noticiosos através de ações ou discursos, podem selecionar a informação e conteúdos que disponibilizam aos veículos de imprensa, assim como os jornalistas que os entrevistam diretamente. Apesar desses esquemas de influência de poder, as relações entre imprensa e líderes tende a ser mais cooperativa que conflituosa, já que se constituem como duas forças de poder independentes, mas que de forma diplomática colaboram em um sistema de interdependência. No entanto, esse poder de influência sobre a mídia pode variar consoante os contextos, as formas de governo e o perfil dos líderes. Em contextos de guerra ou conflitos externos, por exemplo, o governo e as forças de segurança detêm informações privilegiadas e avançadas e por isso podem controlar o que é compartilhado com o público através dos meios de comunicação social. Desse modo, os governos em conflito externo podem agir para que a informação publicada vise sustentar o apoio público das ações de guerra, assim como a retórica de destruição do inimigo. Adicionalmente, regimes de governo autoritários ou mesmo democracias que detêm algum tipo de controle sobre os meios de comunicação social tendem a conferir mais poder de influência ou controle dos líderes políticos sobre os meios de comunicação social (MORIN; PAQUIN, 2018).

Uma das expressões mais conhecidas sobre o balanço de poder entre líderes políticos e a imprensa é o “efeito CNN”, que surgiu durante a cobertura da rede de televisão estadunidense sobre a Guerra do Golfo, em 1991. A emissora foi capaz de transmitir em tempo real as informações do conflito, representando uma nova fonte de informação que trazia mais detalhes sobre a ofensiva e transparência das ações do governo, representando uma inovação em favor da mídia (TAYLOR, 1998). Por outro lado, algumas pesquisas sugerem que, apesar de o “efeito CNN” ser reconhecido por trazer imagens dramáticas dos conflitos internacionais em direto para o público amplo, a ascensão das transmissões televisivas não representou uma mudança tão significativa nos padrões de até então. Isso porque as imagens de violência de outros conflitos, como a Guerra da Bósnia (1992-1995), não provocaram a mesma mobilização social, assim como outros conflitos foram negligenciados pelos meios de comunicação social (LIVINGSTON; EACHUS, 1995; MERMIN, 1997 apud MORIN; PAQUIN, 2018). O que sim pode ser visto como um

“efeito CNN” é a pressão por respostas rápidas dos governos e líderes sobre eventos internacionais, tendo em vista a possibilidade de transmissões em direto 24 horas por dia. O que fica evidente, portanto, é que o “efeito CNN” não necessariamente conferiu mais poder aos meios de comunicação social, mas acelerou a circulação de informações e as respostas a esse fenômeno (GILBOA, 2003; WOLFSFELD, 2004 apud MORIN; PAQUIN, 2018).

É importante observar, no entanto, que esse modelo de análise dos meios de comunicação social centrado na televisão tem se tornado cada vez mais anacrônico a medida em que cresce o consumo de informações por meio da internet. Seja através de páginas de notícias internacionais ou em redes sociais, como Facebook e Twitter, a comunicação por meio das redes criou um panorama para as notícias internacionais, tanto para o público amplo como para os líderes. Estes, por meio de suas redes ou meios de comunicação social transnacionais, conseguem se comunicar diretamente com toda a comunidade internacional (VAN BELLE, 2000; BADIE, 2005; SEIB, 2008; PRICE, 2009 apud MORIN; PAQUIN, 2018).

No caso brasileiro, segundo Ferreira e Cunha (2021), ainda são incipientes os estudos que abordam as relações entre os meios de comunicação social e a política externa. Casarões (2012), por sua vez, identifica que na década de 1990 houve uma importante mudança nas relações entre os meios de comunicação de massa, a opinião pública e a política externa. Segundo o autor, a redemocratização brasileira, a consolidação dos princípios da Constituição de 1988, uma maior abertura econômica, aliados à pluralização dos atores e a presidencialização da diplomacia contribuíram para introduzir assuntos de política externa no debate público através da mídia.

Casarões (2012) analisa que até os anos 2000 a mídia brasileira possuía um papel secundário nos assuntos envolvendo a política externa, raramente assumindo agendas próprias e, mais frequentemente servindo como plataforma para atores individuais expressarem suas opiniões sobre temas envolvendo diplomacia e política internacional. Os espaços editoriais dos jornais, independente de seus alinhamentos ideológicos com o governo, em geral deram pouco relevo para assuntos que envolvessem a PEB. Para Casarões (2012), a presidencialização da diplomacia, nomeadamente através de Fernando

Henrique Cardoso e Lula da Silva, desencadeou um interesse maior da opinião pública e dos meios de comunicação social sobre a atuação internacional dos presidentes.

Enquanto a política externa estiver intimamente associada com o presidente, seus atos no exterior naturalmente recebem mais atenção da mídia, e a diplomacia é forçada a responder mais a opinião pública, o que também contribui para a politização de assuntos internacionais (CASARÕES, 2012, p. 2016).

Em seu artigo sobre a cobertura dos meios de comunicação social sobre a política externa de Lula da Silva, Casarões (2012) constata que alguns dos veículos de mídia mais importantes do Brasil desempenharam um papel ativo contra a política externa do então presidente através de seus editoriais. Apesar disso, o autor observa que mesmo com a mídia fazendo parte dos atores emergentes com potencial de influir na política externa, sua atuação, assim como a da comunidade acadêmica, geralmente não tem poder de definir uma agenda sobre a PEB, “seja devido à falta de influência política, ou simplesmente porque sua participação é limitada” (2012, p. 215).

Azevedo (2006) recorda, entretanto, o papel estratégico dos meios de comunicação de massa no agendamento da opinião pública no Brasil. Segundo o autor, as sociedades democráticas são formadas por diferentes grupos sociais, culturais e de interesse que acabam por formar nichos segmentados. Nesse contexto, como é o caso brasileiro, assuntos de ordem geral e política só ganhariam relevo e atenção da opinião pública quando abordados pelos meios de comunicação de massa, que se consolidam como espaços disputados pelas diversas agendas em circulação na sociedade, que podem ser inclusive os interesses das próprias empresas detentoras dos meios de comunicação social. Desse modo, nas sociedades democráticas, a visibilidade ou invisibilidade de determinados temas ou atores depende em grande medida da pluralidade e liberdade de seus meios de comunicação de massa.

A esta altura, vale ressaltar que o mercado de comunicação de massa brasileiro é constituído por monopólios familiares que historicamente influenciaram a política interna. Segundo Lima (2001 apud AZEVEDO, 2006), as Constituições brasileiras desde 1946 proibiam o controle dos meios de comunicação social por pessoas jurídicas, sociedades anônimas ou grupos estrangeiros. O objetivo dessa legislação era obter uma identificação plena dos detentores dos meios jornalísticos e de radiodifusão no país. No entanto, esse

sistema acabou por permitir a formação de oligopólios familiares que dominam até hoje os principais expoentes da mídia nacional. Azevedo (2018a) identifica quatro grupos familiares no controle das principais redes de televisão, rádio e meios impressos no Brasil em âmbito nacional: família Marinho (Grupo Globo), Mesquita (Grupo Estadão), Frias (Grupo Folha) e Civita (Grupo Abril). O jornal que analisaremos mais adiante nesta dissertação faz parte desse sistema: *Folha de S. Paulo* pertence à família Frias.

Apesar de a mídia ter adotado uma abordagem relativamente recente sobre a PEB, ainda muito ligada à ascensão da diplomacia presidencial, existem muitos exemplos de influência da mídia na política interna brasileira, especialmente no período da redemocratização. Feres Júnior e Gagliardi (2019) analisam que desde as eleições de 1989 a imprensa brasileira tem adotado posicionamentos claramente parciais para apoio ou rejeição de determinados candidatos nas eleições presidenciais. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa parcialidade ficou evidente na edição do último debate das eleições de 1989 entre os candidatos Lula da Silva e Fernando Collor apresentada no *Jornal Nacional*, da TV Globo, o telejornal de maior audiência no Brasil. Na edição resumida do debate que havia durado mais de três horas, a emissora ressaltou os melhores momentos do candidato de centro-direita (Collor) e os piores momentos do candidato de esquerda (Lula da Silva), dando assim a impressão de que Lula da Silva havia sido derrotado pelo seu concorrente. Na sequência narrativa, a edição apresentou uma pesquisa de opinião cujos resultados eram favoráveis a Collor. Com isso, nas palavras dos autores, “a grande imprensa brasileira dá início à série eleitoral da Nova República sob o signo da manipulação com fins políticos” (2019, p. 29).

Feres Júnior e Gagliardi (2019) sugerem, através da análise da história recente dos meios de comunicação social e seus posicionamentos na política interna brasileira, que o antipetismo¹ foi um posicionamento constante da grande mídia, o qual contribuiu para produzir, entre outras coisas, a deposição de Dilma Rousseff, em 2016, a ascensão da Nova Direita e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

¹ Termo utilizado para designar o movimento político e mediático de aversão ao Partido dos Trabalhadores – PT, de Lula da Silva.

O antipetismo alimentado pela grande imprensa ao longo dos anos energizou o Junho de 2013², pariu a Nova Direita nas redes sociais, foi o esteio do movimento pelo *impeachment* e serviu de fermento para a consolidação do personagem Jair Bolsonaro, que viria a capitanear esse sentimento ao ponto de vencer o pleito de 2018 (*pun intended!*). Ele permaneceu intenso na mídia, mesmo depois de o PT ter sido arrancado do governo federal, em 2016. Ele apareceu fortíssimo na campanha eleitoral de 2018, nos muitos editoriais dos jornalões que acusavam Haddad e o PT de serem uma ameaça à democracia à altura do bolsonarismo. Ele continua fortíssimo na cobertura da Lava Jato e de tudo que diz respeito a Lula, mesmo quando abundam evidências de que o processo que condenou o ex-presidente tenha sido eivado de ilegalidades (FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2019, p. 40).

Apesar da centralidade da televisão nos meios de comunicação de massa (especialmente se considerarmos sua influência no cotidiano e nos costumes dos brasileiros) e da ascensão das novas mídias digitais e suas redes de informação (Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter, YouTube, TikTok...), Azevedo (2017) ressalta que ainda são os jornais impressos e as publicações semanais que constituem as principais fontes de informação e de agendamento político dos meios de comunicação de massa e das plataformas digitais. Segundo o autor, é nos meios impressos que têm origem as principais notícias e comentários que são replicados nas novas mídias digitais e no sistema de rádio e televisão de massas. Em seu estudo, Azevedo (2017) demonstra que a maioria dos artigos e notícias que circulam nas redes sociais têm como origem meios impressos. Com isso, conclui-se que embora não constituam a única fonte de informação, os jornais impressos ainda desempenham um papel crucial na produção de notícias e no agendamento de novos temas para o debate público, retroalimentando o fluxo de informação, apesar da ascensão das mídias digitais. Essa conclusão reforça a importância da nossa decisão de, nesta dissertação, analisar o jornal impresso de maior circulação no Brasil: *Folha de S. Paulo*.

² Série de protestos ocorridos nas principais cidades do Brasil com pautas difusas, mas que agregavam um sentimento comum de descontentamento com o sistema político.

3. A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Em 2019, o Brasil empossou no cargo de presidente da república Jair Bolsonaro, um político de extrema-direita que prometia reestruturar a política externa brasileira, fazendo alianças com novos países e modificando a retórica, ações e estratégias do Itamaraty. Com o objetivo de contextualizar e caracterizar a PEB inaugurada nesse período, utilizamos dois níveis de análise: 1) sistema internacional em contexto; e 2) conjuntura interna.

No primeiro subcapítulo buscamos explicar o cenário internacional em contexto, abordando a crise da ordem global estabelecida, a descentralização do poder entre nações e a crise das democracias liberais ocidentais. Para isso, contrapomos os estudos de Ikenberry (2018) e Stuenkel (2018) sobre a crise da ordem liberal. Também abordamos como a globalização impactou as democracias ocidentais, recorrendo a Castells (2018), e analisamos qual o papel que o Brasil assume nessa conjuntura, através de Stuenkel e Taylor (2015).

O segundo subcapítulo busca apresentar um contexto da política interna brasileira, desde o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a crise de representação política manifestada nos protestos de junho de 2013 e a destituição de seu governo, em 2016, até o primeiro ano de Jair Bolsonaro como presidente da república. Para isso, utiliza como base de referência os artigos jornalísticos publicados durante o período de análise, bem como os artigos publicados em revistas científicas que analisam a política interna brasileira no mesmo período, como os de Avritzer (2017), Bastos (2017), Gontijo e Ramos (2019), Hunter e Power (2019), Dias e Fernandes (2020) e Chagas-Bastos (2019).

No terceiro subcapítulo, buscamos caracterizar a nova política externa brasileira que emergiu a partir de 2019 à luz dos contextos estruturais (externo e interno) analisados previamente. Para isso, fazemos, primeiro, uma revisão das ações desempenhadas no âmbito da PEB pelos governos que antecederam Jair Bolsonaro, bem como as tradições diplomáticas que foram estruturadas ao longo das décadas e foram incorporadas como políticas de estado pelo Brasil. Para isso, utilizamos como referência publicações como as de Spektor (2014), Sturaro e Neves Júnior (2010), Fonseca (2011; 2017), Vigevani e Cepulani (2007), Saraiva (2014), Cornetet (2014), Fonseca (2018), Silva (2019) e Miranda

(2019). Na sequência, analisamos as principais iniciativas e estratégias levadas a cabo no âmbito da política externa durante o primeiro ano de governo Bolsonaro (2019), buscando caracterizar o conceito de “nova política externa” conduzida nesse período, para isso, recorreremos a autores como Freixo (2019), Dieguez (2019), Stuenkel (2019), Saraiva e Silva (2019), Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2020), Chagas-Bastos e Franzoni (2019) e Moreira (2020).

3.1. O MUNDO PÓS-OCIDENTAL E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL: O SISTEMA INTERNACIONAL EM CONTEXTO

O ano de 2019, período de análise desta dissertação, ficou marcado por eventos importantes que moldaram a conjuntura internacional e entraram para a história, como a escalada da tensão diplomática entre Estados Unidos e China, protestos generalizados na América Latina e em Hong Kong, um atentado terrorista na Nova Zelândia, o histórico incêndio da Catedral de Notre Dame e o surgimento de um novo vírus na cidade de Wuhan, na China, que viria mais tarde a se transformar na pandemia global de COVID-19. Mas para além da sequência de eventos factuais que formam nossa memória coletiva e individual relacionada a esse período histórico, este subcapítulo busca desenhar um panorama geopolítico do mundo em contexto, com foco na descentralização do poder mundial e a ascensão do Sul Global, contemporaneamente à crise de representação das democracias liberais e a identificação do papel que o Brasil assume nesse cenário.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão dos Estados Unidos e seus aliados, o mundo se direcionou para uma organização internacional baseada na liderança do Ocidente e nos princípios de abertura econômica, autodeterminação, cooperação e democracia solidária, ancorados em instituições multilaterais que visavam a continuidade e expansão da democracia liberal ocidental. Com o passar dos anos, esse movimento passou a ser liderado quase que exclusivamente pelos Estados Unidos, que se transformaram em uma potência hegemônica da ordem liberal ocidental, ancorando alianças e pautando a estabilidade e cooperação econômica mundial por meio dos valores associados à liberdade econômica e social. Posteriormente, Europa Ocidental e Japão se tornaram aliados importantes desse sistema e, com o fim da Guerra Fria, o liberalismo ocidental passou a ser dominante na comunidade internacional, integrando países da América Latina, Leste

Asiático e Europeu à economia global. A ascensão pós-Guerra Fria impulsionou ainda algumas instituições multilaterais, como a expansão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e o G20 (Grupo dos 20) passou à centralidade dos debates globais (IKENBERRY, 2018).

Segundo Ikenberry (2018), os impasses de segurança desencadeados pela Guerra Fria foram determinantes para legitimar a liderança dos Estados Unidos em uma espécie de comunidade de segurança entre nações do Ocidente, com regras, instituições e um repertório de funções políticas de proteção mútua. Nesse cenário, os Estados Unidos assumiram uma variedade de funções e responsabilidades para sustentar a ordem estabelecida, como prover bens públicos e liderar as deliberações para a promoção da cooperação em segurança, da economia liberal e do compartilhamento de normas e relações diplomáticas sustentadas entre as democracias ocidentais. Na gestão da economia mundial, as instituições financeiras internacionais passaram a utilizar o Dólar Estadunidense como moeda de referência internacional e, com isso, a política doméstica dos Estados Unidos passou a ter importância para toda a ordem liberal estabelecida no pós-guerra. No entanto, o autor observa que, apesar da liderança estadunidense, a visão da ordem ocidental estava muito mais focada em um sistema intergovernamental do que no supranacionalismo institucional e, portanto, os governos dos Estados continuaram a representar a principal fonte de autoridade, ainda que suas ações estivessem alinhadas a normas e instituições regionais e globais.

Ao defender uma visão positiva sobre o estabelecimento dessa ordem liberal, Ikenberry (2018) observa que os presidentes dos Estados Unidos, de Woodrow Wilson a Barack Obama, sempre assumiram a crença de que as democracias têm uma capacidade única de cooperar e, por isso, o estabelecimento de um “mundo livre” seria a consequência natural dessa aliança de nações, para além da mera defensiva contra a ameaça que representava a União Soviética durante a Guerra Fria. Nesse sentido, a aliança liderada pelos Estados Unidos representaria também a união dos valores de defesa e suporte mútuo de um espaço democrático liberal compartilhado.

Li (2016) ressalta que a globalização contemporânea é resultado desse processo capitaneado pela ordem liberal, enraizada na doutrina neoliberal do Consenso de

Washington. Essa doutrina postula um conjunto de regras e preceitos econômicos, de política e relações internacionais através das quais as fronteiras nacionais perderiam gradualmente sua relevância, as culturas nacionais estariam abarcadas por valores universais, assim como a democracia liberal e o capitalismo de mercado seriam predominantes no sistema global.

As fundações desse sistema liberal globalizado, no entanto, parecem estar enfraquecendo, como observa Ikenberry (2018). Para o pesquisador, os Estados Unidos e seus aliados estão, atualmente, mais enfraquecidos no sistema internacional comparativamente ao período ligeiramente posterior à Guerra Fria. Isso se deve a uma progressiva transferência de poder do Ocidente para o Oriente, em um movimento de redistribuição do poder global face à ascensão da China e de outros países emergentes. Por outro lado, Ikenberry (2018) não acredita que a China substituirá os EUA como uma nova força hegemônica nem que o Sul Global venha a representar, enquanto bloco, uma ameaça à ordem estabelecida pelos EUA.

A crise econômica mundial de 2008 representou uma das mais recentes e importantes rupturas para a ordem liberal. Como resultado, muitos países do Ocidente viram crescer a desigualdade, a estagnação econômica, crises fiscais, políticas e sociais, provocando um enfraquecimento das democracias e um descontentamento geral com seus representantes. A classe média do ocidente foi uma das mais prejudicadas pela estagnação econômica, gerando uma crença de que a ordem liberal não é mais uma fonte de segurança e proteção econômica. Além disso, muitas das jovens democracias (como é o caso do Brasil) têm enfrentado casos emblemáticos de corrupção, estagnação econômica e uma desigualdade crescente. Para Ikenberry (2018), a medida em que as democracias ocidentais falham em dar respostas a esses problemas, sua legitimidade é desafiada por crescentes movimentos nacionalistas, populistas e xenófobos, cujos fundamentos são capazes de deteriorar o futuro das democracias liberais.

Na origem dessa crise da ordem liberal, consoante Ikenberry (2018), estaria o colapso da bipolaridade entre EUA e União Soviética com o fim da Guerra Fria, resultando em uma expansão do internacionalismo liberal, ou seja, a própria globalização da ordem

liberal. Segundo o autor, a bipolaridade EUA-União Soviética servia para definir os papéis e as identidades de cada um dos polos de poder.

A crise do internacionalismo liberal pode ser vista como uma reação lenta a essa transformação profunda na configuração geopolítica do projeto liberal pós-guerra. Especificamente, a globalização do internacionalismo liberal colocou em movimento dois efeitos a longo prazo: uma crise de governança e autoridade e uma crise de propósito social (IKENBERRY, 2018, p. 18).

Ainda, segundo Ikenberry (2018), a era pós-Guerra Fria trouxe ainda novas questões complexas de ordem global, tais como o terrorismo, mudanças climáticas e os desafios de uma crescente interdependência. E no centro desses desafios, para o autor, está uma crise de autoridade. Afinal, se o poder global foi descentralizado e redistribuído, como reorganizar sua governança?

Stuenkel (2018), professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), discorda da visão de Ikenberry (2018), alegando que o pensamento ocidentocêntrico produziu uma suposta unanimidade reducionista sobre a liderança dos Estados Unidos na ordem liberal e sobre o modo como vemos o mundo e como interpretamos os acontecimentos geopolíticos. Para Stuenkel (2018), o pensamento não ocidental é raramente visto como fonte legítima para construção de conhecimentos sobre o mundo moderno e, por isso, estudiosos como Ikenberry limitam-se a encontrar um lugar para as novas potências emergentes dentro da ordem global liberal estabelecida, sem questionar uma possível reconfiguração dessa ordem em um sistema multipolar equilibrado.

Todavia, a mistura ambígua de hierarquia e regras faz as esperanças de Ikenberry de que a China e outras potências emergentes venham a aderir à ordem atual soarem um tanto insinceras, pois ele não explicita em que lugar da ordem hierárquica a China deve supostamente encaixar-se, e implica que os Estados Unidos manteriam de algum modo a liderança. É essa a questão que desagrada os formuladores de políticas em Brasília, Déli e Pequim, quando ouvem os chamados ocidentais para que as potências emergentes se tornem partes interessadas responsáveis. Com efeito, várias potências emergentes explicitam suas queixas sobre o que consideram ser uma ordem hierárquica em que os fortes muitas vezes desfrutam de direitos especiais e na qual as instituições não oferecem espaço suficiente para emergentes – gerando desse modo, automaticamente, contestação (STUENKEL, 2018, pp. 32-33).

Stuenkel (2018) analisa ainda que entre as potências emergentes existe uma desconfiança sobre o pensamento ocidentocêntrico e a retórica do internacionalismo liberal, que supostamente esconderia a promoção dos interesses das grandes potências ocidentais estabelecidas. O pesquisador observa que a medida em o poder militar e econômico se descentraliza, as potências emergentes passam a questionar os preceitos intelectuais e regras hierárquicas constituídas, buscando criar um sistema multilateral no qual as mesmas regras se apliquem a todos. Enquanto isso, o pensamento ocidentocêntrico vê na ascensão do Sul Global uma ameaça contra sua retórica universalista e hierárquica que até então foi capaz de moldar a geopolítica mundial à sua imagem e que ainda busca integrar as potências emergentes combinando a liderança dos Estados Unidos com cooperação.

Na concepção de Stuenkel (2018), a ordem pós-unipolar que vivemos atualmente já nos obriga a ter uma visão mais ampla sobre os desafios globais envolvendo os países emergentes. O próximo passo seria avançar com uma visão de que esses países, até então considerados periferia da ordem global, são na verdade essenciais no sistema internacional e que a constituição de uma ordem multipolar equilibrada é executável. Para o professor da FGV, o mundo está diante de uma grande oportunidade de organizar um sistema muito mais equilibrado e distribuído, no qual seja possível agregar as diferentes vozes globais em níveis mais justos e equânimes. Nessa nova ordem pós-ocidental defendida por Stuenkel (2018), o mundo seria mais “próspero, com níveis muito mais baixos de pobreza numa escala global do que toda e qualquer ordem anterior” (p. 35). Por isso, acreditar na ideia de que o fim da ordem liberal possa produzir uma crise de autoridade, como é a preocupação de Ikenberry e do pensamento ocidentocêntrico, na verdade limitaria nossa capacidade de identificar e explorar novas alternativas de cooperação global.

Adicionalmente a essa descentralização ou deslocação de poder do ocidente, Castells (2018) identifica no processo de globalização a raiz para uma crise do Estado-nação enquanto ator incapaz de responder aos problemas globais de forma local, como crises financeiras, mudanças climáticas, terrorismo e a própria perda de poder simbólico representada pela descentralização da ordem global. Essa crise do modelo de Estado-nação coexistiria com uma crise de representação: a incapacidade de lidar com os problemas globais gera uma ruptura das relações entre governantes e governados que corrói a

legitimidade da representação política e, por conseguinte, das estruturas que fundam a democracia liberal tal como a conhecemos.

Dessa crise de representação, segundo Castells (2018), emergem lideranças políticas que, na prática, negam a política e as estruturas partidárias que a compõem, reverberando as crescentes vozes de descontentamento com o sistema por meio de uma retórica populista: Donald Trump, nos Estados Unidos; Le Pen e Macron, na França; Bolsonaro, no Brasil; e o Brexit, na União Europeia, seriam expressões dessa ordem pós-liberal emergente.

Adicionalmente a essa crise de representação, consoante Castells (2018), estaria ainda uma crise identitária, resultado do processo de globalização:

Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus. Enquanto as elites triunfantes da globalização se proclamam cidadãos do mundo, amplos setores sociais se entrincheiram nos espaços culturais nos quais se reconhecem e nos quais seu valor depende de sua comunidade, e não de sua conta bancária. À fratura social se une a fratura cultural. O desprezo das elites pelo medo das pessoas de saírem daquilo que é local sem garantias de proteção se transforma em humilhação. E aí se aninham os germes da xenofobia e da intolerância. Com suspeita crescente de que os políticos se ocupam do mundo, mas não das pessoas. A identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, vai sendo substituída por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política (CASTELLS, 2018, pp. 19-20).

Ainda segundo Castells (2018), essa crise identitária abre caminho para a exploração de uma política midiática emocional, facilmente penetrável no tecido social através das múltiplas redes de comunicação digital. A personalização da política em um líder que ecoe a insatisfação popular, aliado à criação de mensagens simples e apelativas, desenvolvendo uma narrativa de “nós” e “eles”, do “bem” e o “mal”, tem sido amplamente utilizada para permitir a ascensão e garantir o engajamento público de figuras populistas e, por vezes, autoritárias. Seriam esses novos atores políticos, que articulam discursos xenófobos e racistas, os representantes encarnados da restauração dos valores supostamente perdidos pela globalização. Esses líderes constroem sua legitimidade por

oposição geral ao estado das coisas, prometendo uma salvação por meio da ruptura com a ordem liberal.

Neste cenário internacional, o Brasil tem se posicionado ao longo das últimas décadas como uma nação emergente, potência regional latino-americana, tendo chegado a representar a sexta³ maior economia e a quarta⁴ maior democracia do mundo. Inserido na ordem global liberal, o país passou por um período de importante crescimento econômico e redução da pobreza nos primeiros anos deste século, criando uma nova classe média. Sua ascensão tanto doméstica como no cenário global, no entanto, desafia a crença de que os países emergentes necessariamente são adeptos fiéis da ordem liberal liderada pelos Estados Unidos.

Para Stuenkel e Taylor (2015), o Brasil, assim como outras nações consideradas potências médias, busca um maior reconhecimento e integração na ordem liberal ao mesmo tempo em que desafia suas hierarquias e defende uma reestruturação multipolar da ordem global. Historicamente, a política externa brasileira tem questionado e expressado sua oposição às estruturas de poder, regras e autoridades estabelecidas pela ordem liberal. Em alguns casos mais extremos, formuladores de política de Brasília questionaram a hegemonia estadunidense enquanto força imperialista, demarcando posicionamentos claramente opostos em temas como comércio internacional, direitos humanos e não-proliferação nuclear. Ao mesmo tempo, o país tem se beneficiado de vários arranjos proporcionados pela ordem liberal, seja em termos de valores democráticos, como de comércio e economia liberal. Por conta disso, segundo Stuenkel e Taylor (2015), o Brasil se encontra em uma posição ambígua: o país teria pouco a ganhar com mudanças profundas que questionassem a liderança dos Estados Unidos ao mesmo tempo em que demonstra descontentamento com o *establishment* e não possui o *hard power* suficiente para contestá-lo, como o fazem Rússia e China. Essas dicotomias explicariam, em parte, a ambivalência das posições de Brasília diante da conjuntura internacional e o papel que o Brasil ocupa nesse cenário.

³ A posição foi alcançada em 2011, durante o governo de Dilma Rousseff (PT), quando o Brasil ultrapassou o Reino Unido no ranking das maiores economias mundiais (INMAN, 2011).

⁴ Segundo publicação da Agência Senado (2006).

A ascensão de uma nova classe média, com novas demandas, aliada à recessão econômica, descontentamento com a classe política e declínio dos valores democráticos também repercutiu no Brasil como crise de uma democracia liberal. O resultado foi um processo de destituição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro, em 2018. Parece-nos importante, portanto, dedicarmos o próximo capítulo para tratar da política interna brasileira, buscando contextualizar o contexto doméstico de crise que abriu caminho para a eleição de Jair Bolsonaro e o estabelecimento de uma nova política externa para o país.

3.2. CAOS INSTITUCIONAL E ASCENSÃO DE BOLSONARO: A CONJUNTURA INTERNA DO BRASIL

Desde a Constituição de 1988, o Brasil vinha em um processo de consolidação de sua democracia. As pacíficas transições entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) contribuíram para uma relativa estabilidade política e o avanço de importantes projetos nacionais, como o controle da inflação por meio do plano Real, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de programas de combate à fome e de distribuição de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família. Aliados ao *boom* das exportações de *commodities*, esses elementos permitiram que o país entrasse no século XXI com uma classe média em ascensão e altos índices de crescimento econômico. Parecia que, por fim, o Brasil começava a abandonar um passado de carências sociais e tímido relevo internacional para se projetar como a grande potência emergente da América do Sul.

No entanto, esse movimento ascendente começou a perder força a partir de 2013, quando protestos generalizados pelo país manifestaram uma insatisfação com o sistema político e seus representantes. A desestabilização política foi agravada, em 2016, com a destituição da presidente Dilma Rousseff e sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer, que impôs um projeto de governo diferente do qual foi eleito, baseado em austeridade econômica. Era o fim do ciclo de governos socialmente progressistas e economicamente desenvolvimentistas do espectro social democrático brasileiro. Em 2018, em uma das eleições mais polarizadas da história do país, Jair Bolsonaro, deputado de ultradireita ligado às alas militares, aproveitando-se do sentimento generalizado de

descrença na política e em especial no Partido dos Trabalhadores (PT), ascendeu ao poder como presidente da república, posicionando o Brasil em outro espectro político, social e econômico.

Este subcapítulo busca dar um contexto da política interna brasileira e, com isso, permitir uma melhor compreensão de sua contribuição para as mudanças na política externa do país. Para isso, busca traçar um caminho desde os protestos de junho de 2013 e a destituição de Dilma Rousseff, em 2016, até o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, em 2019. Com esse objetivo, este subcapítulo divide-se em quatro partes: na primeira, contextualizamos o governo de Dilma Rousseff, a crise de representação política desencadeada a partir dos protestos de 2013 e seu processo de destituição. Na segunda, abordamos a posse de Michel Temer como presidente da república e seu projeto de governo de viés neoliberal e conservador. Na sequência, estudamos o processo eleitoral de 2018 e a polarização política que abriu caminho para a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república. Por fim, analisamos o primeiro ano de governo Bolsonaro, suas principais características, estratégias políticas e projetos para o Brasil.

Tendo em vista a proximidade temporal com os eventos abordados neste subcapítulo, utilizamos como principal base referencial artigos jornalísticos publicados na imprensa tradicional brasileira e portuguesa (dado o contexto geográfico em que esta dissertação se insere), além de artigos publicados em revistas científicas que analisam alguns aspectos específicos da política interna brasileira durante o período analisado.

3.2.1. Ruptura no Planalto: o impeachment de Dilma Rousseff

No dia 1º de janeiro de 2003, o Brasil assistia à tomada de posse de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, como o primeiro presidente operário da história brasileira. Líder sindical dos metalúrgicos no estado de São Paulo, Lula da Silva ascendeu ao cargo como o primeiro representante das camadas populares de esquerda do Brasil. Seus oito anos à frente do governo foram marcados pelos programas de distribuição de renda (Bolsa Família), combate à fome (Fome Zero), financiamento habitacional (Minha Casa, Minha Vida), além dos altos índices de crescimento econômico sustentados pelo aumento das exportações de *commodities* para a China. Ao deixar o cargo, em dezembro de 2010, Lula da Silva contava com a inédita aprovação de 87% da população (BONIN, 2010). Sua

popularidade recorde para um presidente permitiu a Lula da Silva apresentar sua sucessora: Dilma Rousseff, então Ministra da Casa Civil. Mesmo sem nunca ter concorrido em uma eleição, Rousseff venceu no segundo turno José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 56% dos votos, tornando-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil (G1, 2010).

Ao assumir a presidência, Rousseff prometeu dar continuidade ao modelo econômico e político de Lula da Silva. No entanto, tanto o cenário econômico quanto o político já davam sinais de desgaste nos primeiros anos de governo da sucessora. Na área econômica, as mudanças causadas pela crise financeira global geraram uma desaceleração do ciclo de crescimento baseado na exportação de bens primários, bem como uma pressão para adoção de iniciativas liberais por parte da burguesia empresarial (BASTOS, 2017). Ao mesmo tempo, Rousseff passou a encontrar dificuldades para manter a estabilidade do sistema de coalizão presidencial⁵ com os partidos da base aliada, que passaram a exigir cada vez mais vantagens e acesso a recursos públicos que lhes pudessem projetar politicamente de forma independente do governo (AVRITZER, 2017).

Bastos (2017) observa que os conflitos sociais se ampliaram de um modo que o governo não tinha mais capacidade de controlar: de um lado estavam as reivindicações empresariais e burguesas que reclamavam dos ganhos salariais causados pelos baixos índices de desemprego e do fortalecimento dos movimentos sindicais; por outro lado, os movimentos populares (base de apoio eleitoral do governo) faziam pressão por mais acesso a bens públicos e direitos sociais, bem como para a eliminação de privilégios tributários. Essas reivindicações conflitantes tornaram-se cada vez mais difíceis de equilibrar.

Diante dos impasses em responder a esses conflitos por parte do governo, em junho de 2013, as ruas das principais cidades brasileiras foram tomadas por protestos. No início,

⁵ O sistema de coalizão presidencial no Brasil foi concebido por consequência da Constituição de 1988 e seu sistema eleitoral, como forma de atingir uma maioria parlamentar. Uma vez que o presidente da república e congressistas são eleitos em listas distintas, para angariar parceria dos partidos e garantir apoio da maioria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Governo Federal costuma oferecer o comando de ministérios e órgãos públicos para partidos que venham formar aliança com o governo eleito. O sistema funcionou relativamente bem durante os governos de Cardoso e Lula da Silva. No governo de Rousseff ficou evidente que o acesso de diferentes partidos ao comando desses órgãos lhes conferia mais poder, influência e acesso facilitado a financiamento eleitoral privado e, portanto, independência do governo, além de colocar o financiamento eleitoral privado como principal meio de ascensão política.

as manifestações foram convocadas por grupos políticos mais à esquerda do PT, exprimindo descontentamento com políticas urbanas, como o aumento do custo dos transportes e o alto custo envolvido na organização da Copa do Mundo de 2014. Ao fim de três semanas de demonstrações, as pautas das jornadas de junho foram absorvidas pela direita, que passou a exprimir nas ruas sua ojeriza contra o sistema político e a corrupção através de um único alvo: o Partido dos Trabalhadores. Em uma tentativa de responder às demandas sociais, a presidente Dilma Rousseff apresentou ao congresso uma proposta de reforma política, que foi virtualmente ignorada pelo legislativo nas semanas seguintes (AVRITZER, 2017).

As eleições de 2014 colocaram ainda mais em evidência a cisão entre as demandas dos interesses empresariais e populares. Em sua campanha para reeleição, Dilma Rousseff criticou seus principais oponentes (Aécio Neves, do PSDB, e Marina Silva, da Rede), acusando-os de cortejarem os interesses de banqueiros que queriam trazer de volta recessão e desemprego ao país por meio de reformas fiscais e trabalhistas amplamente defendidas pelos meios de comunicação social e representantes de associações empresariais (BASTOS, 2017). Rousseff defendeu a manutenção do programa social-desenvolvimentista do PT, apesar de os principais indicadores da atividade econômica demonstrarem um esgotamento desse modelo e a necessidade de reformas. Além disso, estava cada vez mais manifesta a impossibilidade de manter uma coalizão presidencial sustentada com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de seu parceiro de chapa eleitoral e vice-presidente Michel Temer (AVRITZER, 2017).

Rousseff enfrentou no segundo turno Aécio Neves (PSDB) em uma das eleições mais acirradas desde a redemocratização e venceu com 51,6% dos votos válidos (G1, 2014), evidenciando um cenário de intensa polarização política no Brasil nessa altura. Sua recondução ao cargo representou a manutenção do PT no poder por 16 anos (2003-2018). No entanto, a vitória petista não foi reconhecida por Neves e o PSDB, que exigiram recontagem dos votos e contestaram publicamente a legitimidade das eleições realizadas, exigindo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a posse do segundo colocado (PASSARINHO, 2014).

Desde o primeiro dia de seu segundo governo, Rousseff enfrentou uma crise de legitimidade provocada pelo questionamento da lisura das eleições pelo PSDB e a falta de apoio do mercado financeiro ao seu novo mandato. Para apaziguar os interesses empresariais e a pressão por reformas fiscais e trabalhistas, a presidente conduziu ao cargo de Ministro da Fazenda⁶ Joaquim Levy, economista-chefe de um dos principais bancos brasileiros, o Bradesco, em uma busca por repetir a manobra de conciliação de opostos executada por Lula da Silva⁷, em 2003 (BASTOS, 2017). Essa estratégia, no entanto, foi rejeitada tanto pela base aliada quando pelas elites que tentava conquistar:

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos, e em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, teoricamente, apaziguariam a insatisfação empresarial, ainda que prejudicassem seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de “estelionato eleitoral” (ou mesmo “traição”) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária (BASTOS, 2017, p.5).

Outro elemento que acabou por enfraquecer ainda mais as bases do segundo governo de Dilma Rousseff foi a Operação Lava-Jato, desencadeada pela Polícia Federal para investigar um esquema de corrupção envolvendo a empresa estatal de petróleo Petrobras, empreiteiras e os principais partidos do Congresso Nacional, muitos dos quais faziam parte da base aliada governista. A Lava-Jato “minou os arranjos políticos tradicionais que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar a perda de popularidade do governo” (BASTOS, 2017, p. 5). Para além disso, as ações da Lava-Jato se aproximaram de empresários e políticos próximos do governo. Como Dilma Rousseff apoiava as investigações levadas a cabo pela operação, alguns de seus aliados suspeitos de participarem do esquema de corrupção passaram a apoiar a ideia de destituição da presidente como forma de barrar o avanço das investigações (BASTOS, 2017).

⁶ Equivalente a Ministro da Economia.

⁷ Ainda durante a campanha presidencial de 2002, Lula da Silva publicou uma “Carta ao povo brasileiro”, através da qual expressou a necessidade e disposição de dialogar com os diferentes setores da sociedade e conciliar os interesses empresariais e populares (FOLHA DE S. PAULO, 2002).

Diante dos impasses à governabilidade, o MDB, partido do vice-presidente Michel Temer e principal aliado, iniciou um movimento de separação do governo com o qual havia sido eleito. Temer aproveitou-se de um relativo poder independente de Rousseff para formalizar uma proposta alternativa de governo. Apresentada em outubro de 2015, em Brasília, o documento foi denominado “Uma ponte para o futuro” e propunha uma série de “reformas estruturais” alternativas ao plano de governo eleito em 2014, como a retomada do crescimento econômico através de ajustes fiscais, diminuição da taxa básica de juros e reforma do sistema previdenciário (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Na sequência de indícios de rompimento com o governo, o então vice-presidente enviou uma carta a Rousseff onde manifestava seu ressentimento com a desconfiança que a presidente alimentava sobre a lealdade dele e de seu partido, o MDB. A carta, que era supostamente privada, chegou à imprensa e consolidou o clima de rompimento entre a presidente e seu vice (SADI, 2015).

Enquanto isso, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do mesmo MDB, investigado pela Operação Lava-Jato, pressionava o governo de Rousseff por meio de chantagens com a ameaça de acolher os pedidos de impeachment feitos ao Congresso. Alvo de um processo de cassação no Conselho de Ética do parlamento, Cunha aguardou pelo posicionamento da bancada do PT, que votou favoravelmente a sua investigação, para autorizar a abertura do processo de destituição de Rousseff formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, sob a justificativa de a presidente ter cometido crime de responsabilidade por meio de manobras fiscais⁸ desaprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (PASSARINHO, 2015a e 2015b).

Sem contar com o apoio dos principais partidos aliados, o processo de destituição de Dilma Rousseff era um jogo de cartas marcadas que precisava ser votado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em 17 de abril de 2016 ocorreu a votação mais simbólica de todo o processo de destituição presidencial: com 367 votos favoráveis e apenas 137 contrários, o plenário da Câmara dos Deputados decidiu por dar

⁸ Conhecidas como pedaladas fiscais, essas manobras consistiam em atrasar repasses a bancos públicos como forma de cumprir metas orçamentárias para um determinado período. A prática de pedaladas fiscais também foi recorrente nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva (COSTAS, 2015).

prosseguimento ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (G1, 2016a). A sessão foi marcada pelos votos simbólicos dos ilustres deputados, que em muitos casos justificaram seus votos exaltando valores como “família”, “vida”, “esperança”, “fé” e “deus”, ao contrário de analisarem a legitimidade da acusação contra a presidente da república (PRANDI; CARNEIRO, 2018). Jair Bolsonaro, então parlamentar do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão (PSC), dedicou seu voto “contra o comunismo” e, em referência ao período em que a presidente Dilma Rousseff foi presa e torturada pela ditadura militar, enalteceu a “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, torturador e ex-chefe do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura (BARRUCHO, 2016).

Em 31 de agosto de 2016 o Senado Federal, em sessão especial, aprovou por 61 votos a favor e 20 contrários o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da presidência da república, que cedeu o cargo para seu vice, Michel Temer. Em seu último discurso antes de abandonar as funções no Palácio do Planalto, Rousseff denunciou ter sido vítima de um golpe de estado por meio de uma “farsa jurídica” perpetrada pelo Congresso Nacional (G1, 2016b). Sua destituição representou o fim antecipado da era petista e da esquerda no Governo Federal.

Para Avritzer (2017), o impeachment de Rousseff foi produto de uma crise política iniciada ainda em 2013 e possui dois elementos principais como desencadeadores: o primeiro é o colapso do sistema de coalizão presidencial e a ascensão de um relevante grupo conservador no Congresso Nacional, liderado por Eduardo Cunha; o segundo é atribuído a uma crise de representação associado ao financiamento ilegal de campanhas e a influência do dinheiro no sistema político.

3.2.2. Pavimentando o caminho conservador: o Governo de Michel Temer

Com a destituição de Rousseff, Michel Temer ascendeu ao cargo de presidente da república com a promessa de concretizar seu projeto alternativo de poder, o “Uma ponte para o futuro”, seguindo um viés ortodoxo de matriz neoliberal. Em declaração feita a empresário nos Estados Unidos, em 2016, Temer afirmou que o impeachment de Rousseff aconteceu pela sua recusa a adotar as medidas propostas pelo documento (VIEIRA, 2016). Desde o momento da sua posse como presidente interino, Temer provocou críticas pela

composição de seu novo governo, liderado unicamente por homens brancos. Apesar de ter prometido organizar um “governo de notáveis”, Temer manteve a política de agraciar velhos e novos aliados políticos com ministérios e chefias de órgãos públicos como forma de manter uma base de sustentação do governo no Congresso (STRUCK, 2016).

Com o objetivo de agradar o mercado financeiro e buscando meios de implementar seu plano de governo alternativo, Temer indicou para o cargo de Ministro da Fazenda o economista Henrique Meirelles, reconhecido tanto no meio acadêmico como político, financeiro e empresarial por suas posições liberais e experiência (GASPAR, 2017). Uma das primeiras conquistas de Temer e Meirelles na busca por estabilização econômica foi a aprovação do Novo Regime Fiscal, também conhecido como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos. Com o Novo Regime Fiscal, o governo estabeleceu um limite (ou teto) para o aumento dos gastos do Estado, não podendo ultrapassar o índice de inflação pelos próximos vinte anos (BRASIL, 2016a). Com essa medida, o governo buscou sinalizar ao mercado uma política de austeridade fiscal e contenção radical da dívida pública, já que a medida desconsidera a possibilidade de aumentos na disponibilidade orçamentária.

A agenda de reformas neoliberais de Temer também avançou com uma reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017. A reforma pretendia flexibilizar as relações laborais e incluir novos tipos de contrato, como os de trabalho remoto e intermitente. Por outro lado, as novas regras impuseram barreiras ao acesso à justiça trabalhista e enfraqueceram o poder dos sindicatos ao acabarem com a contribuição obrigatória (BRASIL, 2017).

O governo Temer ainda pautou uma reforma do sistema previdenciário. A proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, propunha a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, além de outras medidas para conter um suposto déficit público produzido pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) (BRASIL, 2016b). A proposta de reforma da previdência, no entanto, sofreu forte resistência no Congresso e um texto alternativo foi aprovado somente em 2019, passando a estar em vigor a partir de novembro desse ano (BRASIL, 2019).

Outra marca do governo de Michel Temer foi o avanço de um ambicioso plano de privatizações. Através do Programa de Parcerias de Investimento o governo privatizou a

Casa da Moeda e outras 57 empresas e autarquias públicas, como aeroportos, rodovias e terminais portuários (GONTIJO; RAMOS, 2019).

Em maio de 2017, Temer passou a ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Operação Lava-Jato por ter autorizado o executivo da JBS⁹, Joesley Batista, a subornar com dinheiro o ex-deputado Eduardo Cunha para que se mantivesse calado sobre o que sabia da operação (BBC BRASIL, 2017; ALESSI; BORGES, 2017). A divulgação do áudio da conversa entre Temer e Batista provocou uma crise de legitimidade sem precedentes no governo, colocando em dúvida a própria permanência de Temer no cargo. Por seu envolvimento na Lava-Jato e por defender pautas impopulares, Michel Temer alcançou a maior rejeição da história para um presidente da república. Em junho de 2018, pesquisas de opinião pública indicavam que apenas 3% da população considerava o governo bom ou ótimo (VEJA, 2018). Apesar de sua baixíssima popularidade, Temer manteve-se no cargo graças a uma forte articulação política com o Congresso, que passou a incluir as Frentes Parlamentares da Segurança Pública, Agropecuária e Evangélica¹⁰, mas também pela ausência de protestos fortes e de uma oposição contundente, bem como pelo apoio da elite econômica do país às medidas adotadas pelo governo (SCHREIBER, 2017).

A associação de Temer às alas conservadoras do Congresso Nacional representou um avanço da influência de grupos ruralistas, armamentistas e evangélicos no governo federal, assim como retrocessos no âmbito dos direitos humanos no Brasil. Durante a gestão de Temer, avançaram projetos polêmicos em detrimento do reconhecimento de territórios indígenas e do combate ao trabalho escravo (muito associado ao agronegócio). Também o direito das mulheres foi ameaçado com a apresentação pela bancada evangélica de uma proposta de proibição do aborto em qualquer circunstância, e a bancada da bala conseguiu flexibilizar as regras para posse de armas em zonas rurais (ALESSI, 2017).

O apoio do mercado ao projeto neoliberal de Temer foi garantido por meio da proposição e defesa de projetos citados anteriormente, como o teto dos gastos públicos, da

⁹ Empresa brasileira do ramo alimentício, conhecida pela exportação de carnes.

¹⁰ Essas frentes parlamentares são popularmente conhecidas como Bancada BBB (sigla para boi, bala e bíblia), pois compreende deputados e senadores conservadores que defendem pautas relacionadas ao agronegócio, liberalização das armas e valores cristãos-evangélicos, respectivamente. Essa bancada foi importante para garantir governabilidade ao governo Temer e contribuiu para a ascensão de Bolsonaro à presidência em 2018.

reforma trabalhista e previdenciária, mas também pelos resultados econômicos oriundos dessas medidas. Depois de dois anos de retração do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2015 e 2016, a gestão de Temer conseguiu retomar o crescimento da economia brasileira com crescimentos de 1,1% no PIB em 2017 e 2018 (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019). No segundo ano de governo, conseguiu também diminuir a inflação (de 9,32% ao ano para 2,76%) e a taxa básica de juros (de 14,25% ao ano para 6,5%), apesar de o número de desempregados ter aumentado no país no mesmo período, tendo avançado de 11,2% para 13,1% da população (MAZUI; MATOSO; MARTELLO, 2018).

Entre avanços econômicos e retrocessos sociais, Michel Temer encerrou seu governo fazendo um balanço positivo da gestão e sem novas ambições políticas (GZH, 2018). Três meses após deixar o cargo, em março de 2019, depois de perder o foro privilegiado concedido ao ocupante do cargo de presidente da república, Temer viria a ser preso no âmbito da operação Lava-Jato, acusado de ser o líder de uma organização criminosa responsável por formação de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e fraudes em concursos públicos relacionados à construção de uma central nuclear no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2019).

3.2.3. Eleições de 2018 e a ascensão da ultradireita no Brasil

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 2011, p.46).

Essa célebre análise de Karl Marx aparece no livro *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Em seu prólogo à obra de Marx, Marcuse acrescenta que “a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue” (2011, p.23). Ao analisarmos as eleições presidenciais brasileiras de 2018 temos a impressão de identificarmos na vitória de Jair Bolsonaro uma farsa perversa que assume o poder na sequência do que já representava uma tragédia para a democracia brasileira.

Apesar de se apresentar como novidade nas eleições, Jair Messias Bolsonaro acumulava, em 2018, uma carreira política de trinta anos: dois como vereador da cidade do Rio de Janeiro (1988-1990) e 28 anos como deputado federal (1990-2018). Apesar disso,

tornou-se objeto de atenção pública pela primeira vez ainda em 1987, quando a revista *Veja* publicou um artigo informando que o então capitão do exército era acusado de elaborar um plano para explodir quartéis em protesto pelos baixos salários. Acusado de cinco irregularidades, Bolsonaro foi condenado pelo Conselho de Justificação e, posteriormente, inocentado pelo Superior Tribunal Militar. Apesar de inocentado, abandonou a carreira militar para se dedicar à vida política como vereador (POMPEU, 2017; AZEVEDO, 2018b).

Durante seus 28 anos como deputado federal, Bolsonaro sempre pertenceu ao baixo clero¹¹ da Câmara, defendendo pautas conservadoras, os interesses militares e sendo reconhecido mais por seus discursos absurdos do que por sua atuação política. Entre as barbaridades ditas por Bolsonaro enquanto deputado e que ficaram conhecidas está uma entrevista ao programa *Câmera Aberta*, da TV Bandeirantes, em 1999, na qual se declara favorável à tortura, admite sonegar impostos e diz que o Brasil só mudaria com uma guerra civil que matasse pelo menos 30 mil pessoas, começando pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (TAVARES, 2021). Somam-se a essa entrevista outras declarações polêmicas de cunho misógino, homofóbico, racista e antidemocrático, como, por exemplo, quando disse que uma colega deputada não merecia ser estuprada porque era “muito feia” e quando defendeu a violência física para curar um filho “gayzinho” (CARTA CAPITAL, 2018).

Apesar da repercussão de suas falas nos meios de comunicação social e no debate público, sua atuação como deputado pode ser considerada pífia: em quase três décadas, teve apenas um projeto de lei de sua autoria aprovado: a lei nº 10.176 de 2001, que concede benefícios fiscais ao setor de tecnologia da informação (BRASIL, 2001). Para além disso, nunca foi relator de importantes propostas em pauta na Câmara dos Deputados nem presidiu comissões parlamentares ou foi liderança de bancada (POMPEU, 2017). Mesmo assim, Bolsonaro sempre conseguiu manter um séquito de eleitores que se viam representados por suas opiniões, o que contribuiu para a promoção de sua família no cenário político: atualmente, três dos cinco filhos do presidente possuem cargos eletivos.

¹¹ Como são conhecidos os congressistas de baixa relevância e influência política limitada, geralmente filiados a pequenos partidos.

Flávio Bolsonaro é senador, Eduardo Bolsonaro é deputado federal e Carlos Bolsonaro é vereador no Rio de Janeiro (BRANT; ALBUQUERQUE; CARVALHO, 2019).

O nome de Bolsonaro passou a ser considerado para concorrer à presidência da república com mais empenho depois de seu voto a favor da destituição de Dilma Rousseff, em 2016, dedicado ao torturador Brilhante Ustra, como já registramos anteriormente no subcapítulo dedicado ao governo Rousseff. Não obstante a truculência de sua manifestação, a sessão de votação pelo impeachment de Rousseff foi transmitida ao vivo pelas principais emissoras de televisão do país, o que contribuiu para a repercussão de sua mensagem e a consolidação da imagem de Bolsonaro como oposição real e combativa em relação ao PT, Lula da Silva, Rousseff e a esquerda em geral. Para Hunter e Power (2019), essa declaração de menos de dois minutos veio a público no momento ideal, permitindo a Bolsonaro aproveitar-se do crescente movimento antipetista e a aproximação das eleições presidenciais.

Vale mencionar que em 2018, segundo estudo do Latinobarómetro (2019), o Brasil atingiu um de seus menores índices de apoio à democracia, com apenas 34% dos inquiridos respondendo que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, enquanto 41% disseram ser indiferentes sobre um governo democrático ou não democrático e 14% admitiram que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível.

Para concorrer nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro desfilou-se do PSC (Partido Social Cristão) e entrou para o PSL (Partido Social Liberal). Na cerimônia de filiação, em maio de 2018, no Congresso, em Brasília, o pré-candidato fez alusão a derramamento de sangue, armamento da população, religião, gestos fascistas e autopromoção, dizendo ser o “Messias”¹² do Brasil. Com isso, tentou consolidar sua imagem a de um *condottiere*, que guia seu povo em tempos difíceis, aproveitando para pedir ao público apoio para eleger a “bancada da metralhadora”. Seus colegas de partido acolheram o mais novo membro do PSL e pré-candidato à presidência chamando-o ora de “presidente”, ora de “mito” (ARIAS, 2018; BENITES, 2018; GONTIJO; RAMOS, 2019). Em agosto, Jair Bolsonaro oficializou sua candidatura como presidente escolhendo como vice de sua chapa o general Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

¹² Bolsonaro utilizou-se de seu segundo nome, Messias, para associar sua imagem a Jesus Cristo.

(PRTB), de extrema-direita (STRUCK, 2018). A campanha de Bolsonaro e Mourão adotou o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, uma apropriação de brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, por onde ambos os candidatos passaram em suas carreiras militares. O slogan foi criticado por guardar semelhança com o “*Deutschland über alles*”¹³, utilizado pelo governo nazista (SETO, 2018). A campanha de Bolsonaro, que possuía ínfimos oito segundos de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral¹⁴, apostou na construção da imagem de um mito associado a valores patrióticos e religiosos, bem como na produção virtual de desinformação, utilizando grupos de WhatsApp como principal meio de difusão de informações da campanha (ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2020).

O principal adversário de Bolsonaro nas eleições de 2018 seria o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT. No entanto, em abril desse ano, Lula da Silva foi preso no âmbito da Operação Lava-Jato por ordem do juiz Sergio Moro, juiz federal no estado do Paraná. Acusado de ter recebido da construtora OAS um apartamento estilo triplex no litoral de São Paulo como propina em contrapartida do favorecimento da empresa em contratos públicos, Lula da Silva negou as acusações e disse ser vítima de uma perseguição política com o único propósito de inviabilizar sua candidatura. Em uma manifestação de resistência ao mandado de prisão contra Lula da Silva, seus apoiadores cercaram por dois dias a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, em uma tentativa de impedir que o ex-presidente se entregasse à Polícia Federal. Em discurso para uma multidão antes de se apresentar à Polícia, Lula da Silva disse não ser mais um ser humano, mas uma ideia que habita cada um de seus apoiadores incumbidos de seguir a militância em seu nome (RIBEIRO, 2018). Mesmo preso em Curitiba, Lula da Silva manteve-se como pré-candidato à presidência do PT, até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu sua candidatura no final de agosto (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). Uma das pesquisas de intenção de voto realizadas enquanto Lula da Silva ainda era o nome do PT para concorrer à presidência indicava o ex-presidente como favorito para vencer as eleições. Segundo pesquisa conduzida pelo Instituto Datafolha, em

¹³ Em português, *Alemanha acima de todos*.

¹⁴ O Tribunal Superior Eleitoral reserva espaços da rede nacional de rádio e televisão para veiculação gratuita de campanhas eleitorais. O espaço destinado a cada chapa é definido de acordo com a quantidade de partidos que formam a coligação e suas presenças proporcionais no Congresso Nacional.

agosto de 2018, 39% dos eleitores tinham intenção de votar em Lula da Silva, enquanto 19% pretendiam votar em Jair Bolsonaro (G1, 2018).

Dada a impossibilidade de Lula da Silva oficializar sua candidatura à presidência da república, o TSE determinou que a coligação liderada pelo PT indicasse outro nome para substituí-lo no prazo de 10 dias (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018). O escolhido foi o então candidato a vice-presidente Fernando Haddad, do PT, ex-ministro da educação durante o governo de Lula da Silva, ex-prefeito da cidade de São Paulo e professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP). Para compor a chapa “Brasil Feliz de Novo”, foi escolhida como candidata a vice-presidente a deputada estadual do Rio Grande do Sul Manuela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (GONTIJO; RAMOS, 2019; LÔBO, 2018). Ao contrário de Lula da Silva, Fernando Haddad era uma figura até então conhecida apenas no círculo de São Paulo, onde foi prefeito, e entre os interessados por política que o reconheciam pela atuação como ministro da educação. Para projetar sua imagem como candidato substituto, o PT associou seu nome ao de Lula da Silva, utilizando amplamente o slogan “Haddad é Lula, Lula é Haddad”, com o intuito de transferir as intenções de votos de um para o outro. Utilizando essa estratégia, aliada à forte presença em campanhas televisivas e debates, Haddad, que em sondagens de agosto tinha apenas 6% das intenções de voto, chegou às vésperas do primeiro turno das eleições, em outubro, com 28% (GONTIJO; RAMOS, 2019).

Somente pelo cenário que descrevemos até este ponto poderíamos concluir que a campanha eleitoral de 2018 foi, de longe, uma das mais invulgares da história democrática brasileira, considerando seu contexto, a particularidade dos eventos que se sucederam e dos personagens envolvidos. Gontijo e Ramos (2019) analisam que nesse pleito ficou evidente o tamanho de Lula da Silva para a política brasileira: os principais candidatos construíram suas imagens em relação a ele, seja por associação ou oposição. “Lula é o centro ao redor do qual orbitam todos os políticos brasileiros contemporâneos” (GONTIJO; RAMOS, 2019, p.14).

Para complementar o roteiro dramático dessas eleições, em setembro, enquanto promovia um ato político na cidade de Juiz de Fora, Jair Bolsonaro sofreu um atentado com faca no abdômen. A gravidade do corte fez com que o candidato passasse por duas cirurgias

e um longo período de recuperação na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Esse episódio foi amplamente explorado pelos meios de comunicação social e pela própria campanha de Bolsonaro, transformando-se em um espetáculo político e dando outro rumo para a narrativa eleitoral, que passou a reforçar a imagem de um candidato perseguido politicamente e que sobrevive ao atentado para liderar seu povo (DIAS; FERNANDES, 2020). Weber (2011), analisa a sofisticação dos meios de comunicação social ao apropriarem-se do acontecimento singular e das paixões florescentes durante uma campanha política polarizada:

Nas paixões reside o núcleo da estrutura vital dos acontecimentos que permite sua apropriação pelos poderes, desde que preservada a essência, porque a paixão é vulnerável e pertence a cada indivíduo. Da sua adequada manipulação entendem os ditadores e seus grandes espetáculos. Quanto maior a densidade simbólica do acontecimento, mais instigados serão os indivíduos a se manifestar e mais passional será o espetáculo político-midiático, beneficiando os investidores políticos e midiáticos. Da catarse à comercialização (WEBER, 2011, p.194).

Após o atentado, a campanha de Bolsonaro elevou ainda mais a associação de sua imagem a um “mito”, o “Messias”, ampliando sua presença nas redes sociais e aproveitando a extensa cobertura jornalística que se sucedeu o acontecimento. Uma das estratégias mais emblemáticas foi a utilização da condição de convalescente como justificativa para não comparecer aos debates e encontros diretos com seu principal adversário, Fernando Haddad, em tradicionais programas de televisão, mesmo com autorização médica para isso. Essa tática representou uma ruptura do padrão de campanhas eleitorais que vigorava até então. Por fazer parte de uma chapa composta por partidos pequenos e com pouco tempo de rádio e televisão, a estratégia de utilizar canais digitais em detrimento da participação em debates tradicionais, como o da TV Globo, provocou um esvaziamento do papel da televisão enquanto principal meio de comunicação no Brasil e concentrou sua mediação por meio de canais digitais (DIAS; FERNANDES, 2020).

No âmbito social, a intensa e inusitada campanha eleitoral de 2018 representou uma cisão nacional entre dois programas muito distintos. Ao final de vários meses de campanha e de dois turnos de votação, no dia 28 de outubro de 2018, os resultados das eleições deram vitória a Jair Bolsonaro, do PSL, com 55,13% dos votos, contra 44,87% de seu opositor, Fernando Haddad, do PT (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018). Surpreendentemente, o mesmo

candidato que em sua história política fez apologia à tortura, à violência, homofobia, racismo e estupro foi escolhido pela maioria dos eleitores brasileiros como a melhor opção para governar o país pelos próximos quatro anos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Para Hunter e Power (2019), a ascensão da ultradireita no Brasil, personificada em Jair Bolsonaro, foi possível graças à combinação de um contexto político e social em crise (recessão econômica e corrupção sistêmica), uma oposição sem força capaz de fazer frente ao poder ascendente e a completa ruptura das dinâmicas de campanha política proporcionada pelas redes sociais.

3.2.4. O primeiro ano do Governo Bolsonaro

No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro tomou posse e se tornou o 38º presidente da República. Na cerimônia em que recebeu a faixa presidencial de seu antecessor, Michel Temer, o novo chefe de Estado brasileiro fez o símbolo de arma com as mãos e prometeu “restabelecer a ordem” do país e pôr em prática o desejo de mudança expresso nos quase 58 milhões de votos que o elegeram (MAZUI, 2019). Durante seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro manteve a postura polemista de sua história política e proferiu inúmeras declarações e ataques que foram amplamente midiaticizados. Neste subcapítulo, porém, nos deteremos a fazer uma síntese do primeiro ano de seu governo sem nos atermos a essas polêmicas, que muitas vezes foram intencionalmente proferidas para desviar a atenção das ações e fragilidades do governo e de sua atuação como presidente. Salientamos, ainda, que os assuntos relacionados à política externa são tratados no capítulo 3.3.2, dedicado especialmente a estudar a nova política externa brasileira sob Bolsonaro.

Durante a campanha presidencial de 2018, Jair Bolsonaro prometeu a redução do número de ministérios como forma de conter gastos do governo e romper com o sistema de loteamento de partidos políticos no Governo Federal. Ao assumir o cargo, o novo presidente reduziu a esplanada da República de 29 para 22 ministérios (MAZUI, 2019). Também durante a campanha, Bolsonaro confessou não ter conhecimento sobre assuntos estratégicos relacionados à administração pública, como economia, e por isso prometeu montar um governo de tecnocratas especialistas nas áreas dos ministérios para os quais fossem indicados (GRILLO; MENEZES; PRADO, 2018). Ao assumir o cargo, Bolsonaro formou o governo nomeando ministros de três categorias que compõem sua base aliada: os

anti-globalistas, alinhados ideologicamente com a ultradireita conservadora e com Olavo de Carvalho¹⁵, como o ministro das relações exteriores Ernesto Araújo; os militares, que apoiam e dão sustentação ao governo com um posicionamento de equilíbrio institucional, como é o caso do vice-presidente, o general Hamilton Mourão; e por fim, o grupo dos tecnocratas, convidados por Bolsonaro como especialistas legitimados para tratar de assuntos específicos, como é o caso do ministro da economia, Paulo Guedes, doutor em Economia pela Universidade de Chicago e nomeado com o propósito de atender a agenda neoliberal da elite econômica brasileira que o apoiou durante a campanha (CHAGAS-BASTOS, 2019).

Também está incluído no grupo de tecnocratas o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, ex-juiz que ficou conhecido por ter expedido o mandado de prisão do ex-presidente Lula da Silva. Aproveitando-se da popularidade e da imagem de luta anticorrupção do então juiz nos núcleos antipetistas, Bolsonaro convidou-o para ser ministro mesmo ele tendo sido o artífice da supressão de seu principal adversário político. Ao aceitar ser nomeado para o cargo, Moro acabou por admitir fazer parte, enquanto magistrado, de uma farsa na sequência de uma tragédia, tal como mencionada por Marx (2011) anteriormente.

Chama a atenção nesse esquema ministerial montado por Bolsonaro a presença quase irrelevante de quadros políticos, o que nos leva a examinar sua estratégia de romper com o sistema de coalizão governamental e de busca por maioria de apoio parlamentar. O partido pelo qual foi eleito, o PSL, possui apenas 55 deputados e 4 senadores no Congresso Nacional, o que é insuficiente para aprovar qualquer proposta enviada pelo Executivo. Não obstante, nos primeiros meses como presidente, Bolsonaro se recusou a negociar uma coalizão parlamentar de apoio com os partidos políticos por considerar esse sistema, em seus termos, “a velha política” (CHAGAS-BASTOS, 2019).

[...]Bolsonaro rejeita a política, associando-a à corrupção, clientelismo e *gerrymandering* - que é exatamente o que ele vem fazendo desde que tomou posse, mas chamando-a de 'nova política' ou 'política não ideológica'. Isso só tem sido

¹⁵ Professor autodeclarado filósofo, astrólogo, jornalista e influenciador digital que se tornou referência para o movimento conservador brasileiro e inspira ideologicamente Bolsonaro e seus filhos (DELLA COLETTA, 2018).

possível graças ao frágil estado que as instituições brasileiras alcançaram desde a crise política sem fim desencadeada pelo processo de impeachment de Rousseff em 2015 (CHAGAS-BASTOS, 2019, p. 98, tradução nossa).

Apesar de rejeitar o sistema de coalizão, Bolsonaro conseguiu aprovar no Congresso uma proposta de reforma da previdência social. A pauta contava com o apoio das frentes liberais do Congresso e dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, que lideraram os debates e promulgaram o novo sistema previdenciário brasileiro que fixa idades mínimas para reforma e regras de transição entre sistemas (BRASIL, 2019; CLAVERY, 2019).

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro prometeu dar “carta branca” ao ministro da economia Paulo Guedes para que conduzisse um ambicioso projeto de privatizações de empresas e órgãos estatais, bem como de cortes de gastos públicos e redução de alguns direitos sociais em benefício dos setores empresariais (COUTO, 2020). Essas propostas tinham o objetivo de atrair o apoio e confiança das elites econômicas. No entanto, segundo nota técnica da área econômica elaborada por Couto (2020), ficou evidente, no primeiro ano de governo Bolsonaro, a dificuldade em transformar promessas em realizações. Para o professor de Economia, nos primeiros meses de governo manteve-se uma “trajetória medíocre” (p.98) na área econômica, com baixos índices de crescimento, desemprego elevado e poucos avanços nas promessas neoliberais de privatizações. O ponto positivo, analisa Couto (2020), foram os baixos índices de inflação e taxas de referência de juros reduzidas, graças à atuação do Banco Central.

Cumprindo uma de suas bandeiras de campanha, Bolsonaro avançou com projetos de lei e decretos presidenciais que preveem a facilitação da compra, posse e porte de armas de fogo no Brasil. Somente no primeiro ano de governo, o presidente da república publicou cinco decretos e enviou ao Congresso um projeto de lei sobre o tema (ORTIZ, VIVAS, 2019). Adicionalmente à flexibilização das regras sobre armas de fogo, Bolsonaro e o Ministro da Justiça e da Segurança Pública Sérgio Moro também enviaram ao Congresso um pacote de propostas que ficou conhecido como lei anticrime. Uma das propostas desse pacote era o de excludente de ilicitude para agentes de segurança que atuam em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em casos de necessidade, legítima defesa ou no cumprimento de seus deveres. Essa proposta visava contemplar as alas militares que

apoiam o governo, mas foi vista por muitos parlamentares como uma “carta branca” que poderia livrar de punições os policiais que cometem abusos no exercício de suas funções (SALOMÃO, 2019; MAZUI, 2019a). Além disso, vai de encontro às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Anistia Internacional sobre o uso excessivo de força policial. Segundo relatório da Anistia Internacional (2015), a polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo, sendo responsável por boa parte dos homicídios no país e vitimando em sua maioria jovens homens negros.

Na área ambiental, Bolsonaro afirmou que as áreas de proteção ambiental dificultam o progresso nacional (MAZUI, 2019b), por isso, o novo governo brasileiro empreendeu uma série de medidas para afrouxar a maior parte da legislação ambiental e reduzir a fiscalização das áreas florestais do país (MOTA, 2019). Como resultado, os desmatamentos na Amazônia aumentaram 34,4% em 2019 e atingiram os níveis mais altos dos últimos dez anos, segundo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2020). Além disso, em 2019 as florestas brasileiras sofreram com o aumento da estiagem e queimadas. Somente no mês de agosto desse ano, foram registrados 51.936 focos ativos de incêndio, o que representou um aumento de 128% em relação ao mesmo mês de 2018 (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2021). Essa expressiva elevação nos índices de desmatamento e queimadas chamou a atenção da comunidade internacional: organizações de proteção ambiental, líderes internacionais, como o presidente da França, Emanuel Macron, e a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, reagiram às omissões do governo brasileiro sobre o assunto durante o encontro do G7 (FERNANDES, 2019).

Assim como havia atuado durante a campanha presidencial de 2018, enquanto presidente da república Jair Bolsonaro manteve uma estratégia de descridibilização dos veículos de comunicação. Para isso, evitou dar declarações e entrevistas à imprensa e limitou o acesso de jornalistas aos palácios do Planalto¹⁶ e Alvorada¹⁷. O único espaço destinado ao trabalho da imprensa pelo governo Bolsonaro foi junto aos apoiadores do presidente, que se aglomeram diariamente nas saídas do Palácio da Alvorada e disputam a atenção do líder do executivo. Para além disso, Bolsonaro proíbe veículos de comunicação

¹⁶ Palácio sede do poder executivo federal.

¹⁷ Residência oficial do Presidente da República.

que publicam conteúdos críticos ao seu governo de participarem de eventos especiais: três dos principais jornais do país (*Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*) foram impedidos de cobrir a primeira entrevista do presidente eleito. Em compensação, o presidente prefere dialogar com a imprensa amiga, como a TV Record, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, e *sites* e *blogs* de posicionamento claramente à direita (MILZ, 2019). Segundo relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (2020), a ascensão de Bolsonaro à presidência provocou um regresso da liberdade de imprensa no Brasil. Somente no primeiro ano de governo, o presidente foi responsável por 114 casos de descrédibilização da imprensa e sete ataques diretos, como agressões verbais e ameaças a profissionais da comunicação. Para se proteger da imprensa crítica, Bolsonaro aderiu também à mesma estratégia de comunicação do então presidente estadunidense Donald Trump, que utilizava redes sociais, especialmente o Twitter, para fazer declarações públicas. De acordo com Pereira (2021), Jair Bolsonaro utiliza o Twitter como canal de comunicação direta com seus apoiadores, através do qual desqualifica a imprensa, produz e mantém inimigos, como se estivesse em permanente campanha, e assim mantém uma base de apoiadores mobilizada por meio da desinformação.

A postura do presidente da República – ou melhor, a falta dela – mostra que, de fato, a liberdade de imprensa está ameaçada no Brasil. O chefe de governo promove, por meio de suas declarações, sistemática descrédibilização da imprensa e dos jornalistas. Com isso, institucionaliza a violência contra a imprensa e seus profissionais como prática de governo (BRAGA, 2020, p.4).

Na visão de Castilho (2020), o conflito entre o governo brasileiro e a imprensa profissional coloca em evidência o sistemático “desprezo da extrema direita pela lógica política tradicional, pela coerência, credibilidade, ética formal, normas democráticas, direitos humanos e valores republicanos” (n.p), buscando, com isso, “gerar um clima de instabilidade e incertezas” (n.p). Nobre (2019), por sua vez, identifica na instabilidade e caos institucional provocado pelo presidente da república uma estratégia de manutenção do poder. Para Nobre (2019), “a única forma de Bolsonaro garantir-se no poder é mantendo ativamente em estado de colapso as instituições políticas do país, o mesmo estado de colapso que levou à sua eleição” (n.p). Isso justificaria seus constantes ataques à imprensa independente a aos adversários políticos, porque “a fidelidade do núcleo duro que esteve com ele desde o começo depende da manutenção do colapso institucional” (n.p).

Apesar de contar com grupos de apoio fiéis, como os de evangélicos e empresários, Jair Bolsonaro foi o presidente mais impopular no primeiro ano de mandato desde a redemocratização do Brasil. Segundo pesquisa Datafolha, em dezembro, seu governo era aprovado por apenas 30% dos brasileiros (DATAFOLHA, 2019). Em mais um episódio de ruptura com o *establishment* político, em novembro Bolsonaro anunciou sua desfiliação do PSL, partido com o qual concorreu à presidência da república, e a criação de um novo partido, a Aliança pelo Brasil (MAZUI; RODRIGUES, 2019). Enquanto não consegue reunir os requisitos mínimos para a criação de um partido, Bolsonaro, ainda em 2021, governa sem adesão a nenhum partido político.

Para Chagas-Bastos (2019), apesar de todas as negatividades do primeiro ano de um governo de ultradireita no poder, os brasileiros elegeram, afinal, um presidente sincero: desde a campanha Bolsonaro confessava não ter conhecimentos sobre administração pública, saúde ou economia. Como resultado, o atual governo não possui, em concreto, nenhuma estratégia política, econômica ou social para o Brasil.

3.3. NOVO ITAMARATY: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB BOLSONARO E ARAÚJO

Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global. Queríamos ser um bom aluno na escola do globalismo, e achávamos que isso era tudo. Éramos um país inferior, aplicando a classificação de Fernando Pessoa. Mas o Brasil volta a dizer o que sente, e a sentir o que é (ARAÚJO, 2020, p.24).

Nessa passagem do discurso de posse, o então Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo deixa evidente uma mudança nos rumos da política externa brasileira. Com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república, o Brasil inaugurou uma nova era em sua política exterior caracterizada pelo alinhamento com nações igualmente comandadas pela extrema-direita, radicalização da retórica diplomática e ruptura com algumas tradições do Itamaraty.

Neste subcapítulo estudamos a política externa brasileira e suas principais características e mudanças ao longo das últimas décadas, para depois analisarmos em específico a nova política externa do governo de Jair Bolsonaro, buscando explicar seus

principais fundamentos e pontos de mudança em relação à tradição diplomática mantida pelo Itamaraty até então.

3.3.1. A PEB que antecedeu Bolsonaro

Desde meados do século XX, em um contexto de consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica internacional e de industrialização e modernização interna, o Brasil aderiu a um projeto praticamente unânime para a política externa: o da autonomia. Essa estratégia atendia à necessidade de consolidação de um capitalismo nacional autônomo em relação a um sistema internacional centrado no Atlântico Norte. Assim como o Brasil, países como a China, Índia e Rússia também buscam, ressalvadas as diferenças, essa participação no processo de globalização sem, no entanto, aderir completamente à ordem liberal ocidental (SPEKTOR, 2014).

Esse projeto sobreviveu à ascensão e queda do sistema mundial bipolar, ao nascimento e colapso do nacional-desenvolvimentismo e a um ciclo de autoritarismo e democracia. Sua extraordinária aderência no tempo foi produto do amplo apoio institucional que recebeu em todo o espectro político-partidário, nas forças armadas, em círculos empresariais e nas elites intelectuais. Assim, o Itamaraty não foi o único nem o principal baluarte dessa opção estratégica, embora seja seu principal guardião institucional. Ao longo de sua vida, a ideologia da autonomia transformou-se no modo hegemônico de pensar as relações internacionais do país (SPEKTOR, 2014, p.47).

Como pontua Spektor (2014), a estratégia autonomista para a política externa resistiu desde a década de 1950 a diferentes governos, regimes autoritários e democráticos. Apesar disso, segundo o autor, essa proposta nunca foi articulada de forma unânime ou aural. Muitos personagens e instituições contribuíram, não sem debates internos, para a formação de um consenso sobre o assunto. Spektor (2014) elenca três elementos principais que sustentam e, em certa medida, justificam o autonomismo como projeto estratégico de política externa para o Brasil: 1) equilíbrio de poder: pela concepção autonomista, o sistema econômico internacional surgido a partir da segunda metade do século XX é injusto porque privilegia as grandes potências ocidentais enquanto cria uma periferia dependente. A partir de um posicionamento autonomista, seria estratégico para o Brasil aderir ao capitalismo internacional de forma negociada, mantendo cláusulas de cautela e proteção da economia e dos interesses nacionais; 2) a natureza da aliança liberal: na visão autonomista, a aliança

liberal liderada pelos Estados Unidos não garante estabilidade e justiça para os países do Sul Global. Pelo contrário, o sistema hegemônico contribui para reforçar desigualdades estruturais que condenam parte do mundo à pobreza. Por isso, mostra-se plausível para o Brasil defender os princípios liberais sem, no entanto, aderir incontestavelmente à hegemonia estadunidense; 3) identidade internacional do Brasil: segundo os autonomistas, o Brasil se posiciona em uma posição privilegiada no sistema internacional porque, apesar de ser considerado um país ocidental, não está completamente alinhado com esses valores. Devido à sua formação plural e postura conciliadora, o Brasil seria capaz de se posicionar como uma potência latino-americana sem ambições hegemônicas, mas de cumprir um papel de intermediação entre os diferentes povos e nações do sistema internacional.

Dentro do espectro autonomista, Vigevani e Cepaluni (2007) identificam quatro estratégias que foram adotadas na política externa brasileira ao longo das últimas décadas, são elas: a) autonomia na dependência: entre as décadas de 1940 e 1950 o Brasil buscou uma relativa autonomia dentro do quadro possível de dependência externa, especialmente dos Estados Unidos; b) autonomia pela distância: nas décadas de 1960 a 1980, marcadas pelo período de governos da ditadura militar e um plano econômico de substituição das importações, o Brasil adotou um posicionamento de distanciamento tanto dos Estados Unidos como da União Soviética como forma de preservar sua margem decisória o mais independente possível; c) autonomia pela participação: com o fim da Guerra Fria e afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica da nova ordem liberal, os governos brasileiros do início da década de 1990 adotaram uma estratégia de autonomia através da participação nos principais fóruns globais que regiam as relações internacionais ao mesmo tempo em que aderiu a um modelo econômico neoliberal alinhado ao novo ciclo emergente; d) autonomia pela integração e autonomia pela diversificação: mais recentemente, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, o Brasil passou primeiro por um processo de integração com os principais tratados internacionais sobre democracia, economia e não-proliferação nuclear, além de se aliar ao regionalismo por meio do Mercosul. Na sequência, o país passou por uma busca pela diversificação de seus parceiros internacionais, incrementando sua presença nos fóruns da Organização Mundial do Comércio e das Nações Unidas, bem como por meio de uma diplomacia presidencial direta que formalizou novos aliados no Sul Global.

Fonseca (2011) classifica este último período dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva como o período de revelação internacional do Brasil. Segundo a pesquisadora, ao tomar posse, em 1995, FHC “introduziu uma nova atitude nas estratégias da política externa do Brasil” (2011, p. 38), que incluía uma participação mais ativa do país na política internacional em um contexto de reestruturação da ordem global e da necessidade de adequação dos posicionamentos do país no exterior. Em artigo publicado em 1998, o então Ministro das Relações Exteriores do governo FHC Luiz Felipe Lampreia defendia a estratégia de autonomia pela integração. Para o chanceler, o mundo pós Guerra-Fria dos anos finais do século XX se caracterizava por uma realidade muito mais complexa, que exigia do Brasil uma política de integração internacional tanto no plano econômico como político. Fonseca (2011) observa que a administração de FHC foi responsável por introduzir uma gestão da política externa marcada pela diplomacia presidencial, na qual o presidente da república assumia papel fundamental nos assuntos e relações com o exterior. Do mesmo modo, adotou como estratégia uma aposta na região sul-americana, com a valorização do Mercosul como principal órgão de integração regional do subcontinente, além do alinhamento com as regras dos regimes internacionais e um programa de intensificação do multilateralismo. Com isso, FHC buscou equilibrar uma maior projeção e participação internacional do Brasil a partir de uma dimensão global ao mesmo tempo em que se centrava na consolidação das relações com os vizinhos latino-americanos. Em síntese, Lampreia (1998) refere-se à política externa brasileira do período FHC como uma continuidade da estratégia autonomista que, historicamente, garantiu credibilidade à diplomacia do Brasil ao mesmo tempo em que inseriu novos elementos constitutivos, entre eles: a estabilidade econômica e, por conseguinte, credibilidade internacional, através do Plano Real; uma política de abertura comercial mais ampla; a diplomacia presidencial e, aliado a ela, o compromisso pessoal do presidente com os valores democráticos, da paz, dos direitos humanos, preservação ambiental e justiça social. Fonseca (2011) analisa ainda que, no âmbito das relações com os Estados Unidos, o governo FHC manteve uma relação cordial, pese algumas incompatibilidades sobre a área de livre comércio: enquanto os EUA propunham a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na ocasião da Cimeira das Américas, no ano 2000, em Brasília, o Brasil propôs a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) e da Iniciativa para a Integração da

Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que iam de encontro com as expectativas dos vizinhos do Norte ao mesmo tempo em que o Brasil firmava seu posicionamento autonomista. O final do mandato de FHC assistiu, ainda, a uma reorganização das relações bilaterais com os Estados Unidos devido à substituição de Bill Clinton (com uma política mais próxima da América do Sul) por George W. Bush, além, da mudança repentina das estratégias internacionais e de segurança dos Estados Unidos na sequência dos atentados terroristas de 11 de Setembro. Esses eventos contribuíram para que, no final do mandato, FHC buscasse fortalecer as relações multilaterais do Brasil. A iniciativa multilateral iniciada por FHC fazia parte também de uma estratégia de afastamento da associação automática com as regras do neoliberalismo. Embora FHC tenha tentado, no início de seu mandato, recuperar o modelo neoliberal, esse sistema de adesão às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial mostrou-se infundada para a região, provocando graves crises econômicas no Brasil e Argentina. Diante do colapso do modelo neoliberal, já no final de seu mandato, FHC pediu, na abertura da Assembleia das Nações Unidas, em 2001, uma ordem internacional mais solidária: “A globalização só será sustentável se incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da ‘globalização solidária’, em contraposição à atual globalização assimétrica” (CARDOSO, 2009).

O trabalho mais intenso de reforço do multilateralismo com foco na projeção internacional do Brasil, no entanto, ficou a cargo de seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou posse em 2003. Para Fonseca (2011), a política externa de Lula da Silva beneficiou-se dos avanços proporcionados pelo seu antecessor e, por isso, verifica-se mais uma adequação das estratégias que propriamente mudanças na política externa entre os dois governos. Ainda que em seus discursos oficiais Lula da Silva defendesse uma ideia de mudança na política externa brasileira, a verdade é que a atuação de seu governo foi muito mais no sentido de consolidar relações já estabelecidas e intensificar algumas questões em detrimento de outras do que propriamente alterar as estratégias de política externa em andamento. Vigevani e Cepulani (2007) argumentam que, mesmo apresentando ações e prioridades distintas, os governos de FHC e Lula da Silva estavam alinhados em manter uma tradição diplomática: a de desenvolver a economia brasileira, mantendo sua autonomia política. Por outro lado, Saraiva (2013) observa que a ascensão de Lula da Silva significou um reforço da corrente autonomista, representado pela atuação na “defesa de uma projeção

autônoma e proativa do Brasil na política internacional” (p. 66). Essa corrente buscou uma reforma das dinâmicas das instituições internacionais na qual o Brasil e os demais países do Sul Global pudessem ter mais espaço de decisão e representatividade. Ao buscar o estreitamento e expansão de relações diplomáticas com países do Sul Global, o Brasil assumiria um posicionamento político-estratégico de enfrentamento das questões Norte/Sul, além de se afirmar como a liderança regional sul-americana e parceiro próximo de países emergentes e africanos. Saraiva (2013) verifica, ainda, que o programa do primeiro governo de Lula da Silva (2003-2006) apontava para a priorização das políticas regionais e de valorização das relações com a América do Sul como forma de desenvolver a economia nacional, assim como para a diminuição dos conflitos internacionais e a construção de uma ordem internacional mais equilibrada. Fonseca (2017) acrescenta que, ainda que a prioridade anunciada pelo governo Lula da Silva fosse a região sul-americana, durante o seu governo o Brasil buscou também projeção global:

Com Lula, coexiste o aprofundamento da relação com a região e a percepção, entre os formuladores da política externa, de que o Brasil detinha capacidade para atuar e mesmo influenciar o sistema internacional, o qual começara a adquirir contornos propícios à emergência de países como o Brasil – potências regionais, com sistemas políticos estáveis e legítimos, economias em crescimento e sociedades urbanas em evolução (FONSECA, 2017, p. 55).

Com isso, para Fonseca (2017), fica evidente que o objetivo final da política externa brasileira no período de Lula da Silva era “a projeção internacional do Brasil e a reorganização do sistema internacional, transitando para uma possível ordem multipolar com foco nos organismos multilaterais” (p.55). Na relação com os Estados Unidos, Vigevani e Cepulani (2007) observam que, apesar de evitar confrontos com os vizinhos do norte, o governo de Lula da Silva buscou ativamente relações com países emergentes, União Europeia e Mercosul como forma de reduzir as assimetrias da ordem global provocadas pela hegemonia estadunidense. Mesmo utilizando-se dessa estratégia, os autores ressaltam que não houve rupturas ou crises acentuadas com países ricos, mas uma “razoável capacidade de distinguir as questões específicas de objetivos mais amplos, como o desenvolvimento econômico e a manutenção de uma política externa autônoma” (p. 326). Fonseca (2017) resalta como evidências dessa articulação a participação ativa do Brasil no fóruns do G-20, dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBSA

(Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) e, adicionalmente, a recuperação da política de aproximação com o continente africano, que tivera seu auge nos anos 1970, buscando aprofundar acordos econômicos, energéticos e geoestratégicos, especialmente com os países lusófonos, com os quais o Brasil compartilha uma matriz cultural e identitária comum. Saraiva (2014) ressalta, ainda, que em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil e, em 2010, passou a ser o maior investidor no país. A importância da China para a política comercial brasileira elevou a centralidade desse país nas relações diplomáticas e na política externa brasileira.

Em 2011, Dilma Rousseff ascende à presidência da república pelo mesmo partido de Lula da Silva, herdando de seu antecessor estratégias definidas de política externa, como a orientação voltada para o Sul Global e América do Sul, o apoio ao multilateralismo e um posicionamento revisionista das instituições internacionais (SARAIVA, 2014). Como observa Saraiva (2014), a corrente autonomista que predominou no Itamaraty durante os governos de Lula da Silva e FHC foi mantida, assim como os principais *policymakers* da política externa brasileira. No entanto, a conjuntura econômica tanto doméstica como internacional impuseram dificuldades a Rousseff em seu empenho de levar a cabo as estratégias de seu antecessor. Com isso, “o Brasil foi perdendo protagonismo da política global e seus movimentos assumiram um caráter reativo” (SARAIVA, 2014, p. 25).

Como vimos no capítulo 3.2.1, ao deixar a presidência, em 2010, Lula da Silva contava com uma popularidade recorde entre a população brasileira e seus efeitos podiam ser sentidos nas relações com o exterior, já que Lula da Silva aproveitou de sua notoriedade para explorar a diplomacia presidencial. Saraiva (2014) observa, no entanto, que Rousseff abandonou a centralidade da diplomacia presidencial como estratégia de projeção global e regional do Brasil, priorizando dar atenção a assuntos internos. Como consequência, o Brasil reduziu sua participação proativa na política global. Em contrapartida, as posições brasileiras no âmbito do multilateralismo e do apoio às reformas das instituições globais foram mantidas, aliadas ao tradicional posicionamento de não intervenção e solução diplomática de eventuais disputas. Uma das atuações mais destacadas da política externa de Dilma Rousseff foram as alianças comerciais dos BRICS e no âmbito do G-20. Como ressalta Saraiva (2014), os BRICS constituíram o “foco principal e renovado da política de Dilma Rousseff” (p. 30). Por meio das cúpulas desse bloco foram firmados diversos

acordos, mas especialmente, em 2014, a criação de um banco para financiar infraestruturas e o desenvolvimento dos países do grupo. Os BRICS também foram aliados no âmbito do G-20 ao resistirem a mudanças sugeridas pelas potências ocidentais para introduzir novas regulamentações sobre o fluxo de capitais.

Nas relações externas, Saraiva (2014) observa que a crise financeira da zona do Euro desestimulou o avanço das parcerias com a União Europeia, especialmente o acordo de livre comércio Mercosul-UE. Nas relações com os Estados Unidos, manteve-se uma relação cordial e de aproximação até 2013, quando foi revelada a espionagem por parte de agências estadunidenses sobre empresas brasileiras e a própria presidente da república. Dilma Rousseff cancelou uma reunião bilateral com Barack Obama prevista para o mesmo ano a espera de um pedido formal de desculpas que nunca aconteceu. Na esfera de cooperação com os países africanos, o governo de Rousseff procurou manter as relações e a importância estratégica do continente sem, entretanto, avançar com novas iniciativas importantes. O mesmo aconteceu nas relações com a América do Sul que, apesar de figurarem como prioritárias para as ambições regionais brasileiras, não assistiram consistentes avanços em relação à política já estabelecida por Lula da Silva (SARAIVA, 2014). Cornetet (2014) conclui que as diferenças pessoais entre Lula da Silva e Dilma Rousseff representaram um fator de ruptura na política externa brasileira, que fica evidente nos resultados obtidos por meio da diplomacia presidencial em cada um dos governos. Para Cornetet (2014), o grau de mudança da política externa brasileira de Rousseff em relação a Lula da Silva pode ser resumido em “redução de esforços com manutenção dos objetivos e dos meios” (p. 128).

Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff do cargo, em maio de 2016, Michel Temer assume como presidente interino, apresentando também uma nova composição ministerial. O escolhido para ser Ministro das Relações Exteriores foi o político de carreira¹⁸ José Serra, do PSDB, partido aliado de Temer. Em seu primeiro discurso como chanceler, Serra anunciou dez diretrizes de uma “Nova Política Externa Brasileira” que evidenciaram a intenção de redirecionar as relações brasileiras do eixo sul-

¹⁸ A escolha de um político *strictu sensu* contrariou uma tradição do Itamaraty: ser chefiado por diplomatas de carreira.

sul para o eixo norte-sul, além de priorizar a abertura de mercados e dinamização econômica e comercial do Brasil (SERRA, 2016):

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior (SERRA, 2016, n.p.).

Fonseca (2018) observa que esse discurso de desideologização da PEB buscava expressar um desejo de reordenamento das relações brasileiras, buscando privilegiar, por exemplo, acordos bilaterais com países do centro do capitalismo global em detrimento do multilateralismo. Uma das intenções do novo governo era evidenciar uma ruptura com o modelo de política externa brasileira “altiva e ativa” levada a cabo durante os governos petistas e buscando, por outro lado, a construção de uma imagem externa de defesa da ordem internacional vigente, assim como de um Brasil economicamente responsável, em substituição do país “pujante” e “emergente”, inviabilizado pela crise econômica contemporânea ao período. Esse reordenamento pode ser interpretado como substituto do posicionamento revisionista da ordem internacional defendido pelo Brasil até então (SILVA, 2019).

Sem contar com plena legitimidade interna no pós-impeachment, o governo de Michel Temer buscou construir uma imagem de responsabilidade econômica e política como forma de mitigar a imagem de caos institucional da política interna. Alinhada a essa nova imagem, a PEB passou a consentir com a ordem internacional vigente, expressando, por exemplo, a intenção de entrar como país-membro da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e uma política econômica ortodoxa, destoante do modelo neodesenvolvimentista dos governos anteriores. Em resumo, as ações da política externa brasileira durante o governo Temer buscavam um respaldo tanto interno, através das elites econômicas, quanto externo para seu programa econômico (SILVA, 2019). Silva (2019) analisa ainda que a atuação da diplomacia presidencial, que já havia perdido impulso com Dilma Rousseff, foi ainda mais relegada a um segundo plano sob Michel Temer. O então presidente exercia o seu mandato com menor legitimidade, sob pressão de investigações de corrupção envolvendo seu nome e carregando o estigma de um processo de impeachment considerado suspeito. Além disso, o cenário internacional era

instável e a proximidade das eleições de 2018 criaram um ambiente pouco propício para que Temer explorasse sua imagem como chefe de estado brasileiro no exterior.

Miranda (2019) observa que uma das mudanças mais emblemáticas na condução da política externa brasileira durante o governo de Michel Temer foi no âmbito das relações com a América do Sul. Considerada como região de projeção prioritária durante os governos anteriores, o subcontinente sul-americano teve sua importância rebaixada na estratégia diplomática brasileira, passando a “representar um espaço de menor relevância, quando não um front de desgaste para nossas relações exteriores” (p. 134). Essa dinâmica também rompeu com a “tradição de centralidade do Itamaraty na condução das relações exteriores, algo que se percebe, por exemplo, na significativa elevação do ‘tom’ que passou a grassar nos discursos brasileiros” (p. 134). Miranda (2019) ressalta que a mudança no tratamento dedicado à América do Sul ficou evidente pela redução da quantidade de visitas de estado na região, assim como a priorização dada a iniciativas do Norte Global, como a Aliança do Pacífico, em detrimento de instituições e grupos regionais, como a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e o próprio Mercosul. Para além disso, a política externa brasileira de Temer inaugurou “uma dinâmica conflituosa e persecutória em relação à Venezuela” (p. 134) no que, para Miranda (2019), pode ser interpretado como uma ameaça aos tradicionais princípios do Itamaraty de não-intervenção e defesa da soberania. Rezende (2016) relembra que a elevação do tom diplomático brasileiro na era Temer provocou desconfortos com outros vizinhos sul-americanos, como Bolívia, Equador e Uruguai. Por mais que o governo brasileiro não concordasse com suas políticas domésticas, até então o Itamaraty nunca havia servido para fazer inferências em assuntos internos de outros países.

3.3.2. A Nova Política Externa Brasileira sob Bolsonaro e Araújo

Ainda antes de ser eleito presidente, em 2018, quando Jair Bolsonaro despontava na disputa eleitoral com reais chances de ser eleito, passou-se a especular como seria a condução do Ministério das Relações Exteriores sob seu eventual governo. O então presidente da república Michel Temer chegou a se manifestar na TV Brasil dizendo que tinha convicção de que Bolsonaro manteria a linha universalista da política externa brasileira. Conjeturavam-se nomes de diplomatas bastante experientes e identificados com

as tradições do Itamaraty, como Marcos Galvão (secretário-geral do MRE durante o governo Temer), José Alfredo Graça Lima (diplomata próximo do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia, do governo de FHC) e Nazareth Farani Azevedo (chefe da delegação brasileira na ONU). No entanto, o indicado para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi Ernesto Araújo, um diplomata recém-promovido à primeira classe e que ainda não havia comandado nenhuma embaixada no exterior (FREIXO, 2019).

No entanto, Araújo trazia como credenciais a indicação do escritor conservador Olavo de Carvalho, a simpatia do deputado Eduardo Bolsonaro (filho do presidente, que desde a campanha eleitoral vinha procurando se afirmar como uma liderança internacional do neoconservadorismo) e o ativismo político pró-candidatura Bolsonaro exercido em seu blog pessoal, prática pouco usual em um diplomata (FREIXO, 2019, n.p.).

Dieguez (2019) relata ainda que Felipe Martins, então secretário de assuntos internacionais do PSL e atual assessor internacional do presidente Bolsonaro também influenciou na decisão. O nome de Araújo passou a se destacar após publicar, em 2017, um artigo nos *Cadernos de Política Exterior*¹⁹, intitulado “Trump e o Ocidente”. Na publicação, Araújo defende a imagem do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como defensor dos valores de liberdade norte-americanos e crítico dos conceitos de “Ocidente pós-moderno” ou “Ocidente politicamente correto” que emergiram com a globalização:

Os EUA iam entrando no barco da decadência ocidental, entregando-se ao niilismo, pela desidentificação de si mesmos, pela desaculturação, pela substituição da história viva pelos valores abstratos, absolutos, inquestionáveis. Iam entrando, até Trump (ARAÚJO, 2017, p. 348).

Os enfáticos posicionamentos de Araújo expressos no artigo em apoio a Trump e ao nacionalismo e em oposição à globalização foram em boa parte reproduzidos em seu discurso de tomada de posse, em janeiro de 2019, como resume Dieguez (2019):

Surpreendeu, de cara, ao fazer citações em grego e latim e rezar uma Ave-Maria em tupi. Defendeu em seguida que o Brasil se aproximasse dos Estados Unidos e de Israel; se disse admirador dos novos governos da Itália, Hungria e Polônia; sugeriu que os diplomatas ouvissem mais Raul Seixas e menos a CNN; colocou-

¹⁹ Revista semestral do IPRI (Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais), do Itamaraty.

se outra vez contra o “globalismo” e desprezou os riscos do aquecimento global. Como se fosse pouco, constrangeu o corpo diplomático brasileiro ao afirmar que o ministério estava distante do povo e que a política externa do país vinha se atrofiando por medo de ser criticada. Arrematou o discurso pregando a “libertação” do Itamaraty (DIEGUEZ, 2019, n.p.).

O discurso de posse de Ernesto Araújo deixou evidente seu entusiasmo com o “novo Brasil” que emergia com a ascensão de Bolsonaro ao poder. Nas palavras do novo Ministro, o presidente recém-empossado personificaria os anseios populares de um Brasil renascido por meio de uma “nova independência”, alheia ao “globalismo” e que rompe com a tradição universalista. Para Araújo, o novo Brasil deveria abandonar a ideia de que sua tradição universalista o limita a ser uma nação politicamente correta e submissa ao sistema internacional. Era preciso dar ao Itamaraty e ao Brasil um propósito claro e posicionamentos mais contundentes no âmbito internacional (ARAÚJO, 2020). Para Freixo (2019), a chegada ao Itamaraty dessa perspectiva de missão quase religiosa sobre a implementação de uma agenda radical na política externa brasileira deve ser interpretada também como uma estratégia de reformulação do próprio Ministério de Relações Exteriores, por meio de uma nova visão sobre o papel da diplomacia alinhada com a extrema-direita mundial e ao bolsonarismo²⁰. Com o objetivo de institucionalizar essa nova visão da diplomacia, foram implementadas algumas alterações no programa de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco²¹, como a remoção da disciplina de História da América Latina, reformulação da disciplina de Política Internacional e priorização de um currículo voltado para o estudo de Clássicos (FREIXO, 2019).

Outras mudanças práticas na condução do Itamaraty sob Araújo tornaram-se evidentes já nas primeiras semanas de governo Bolsonaro. Uma das primeiras viagens ao exterior do novo chanceler foi a Varsóvia, na Polônia, país simpático ao novo governo brasileiro e governado pela ultradireita, por ocasião da Conferência Ministerial para Promoção de um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio, em fevereiro de 2019. O

²⁰ Bolsonarismo, para Freixo (2019), pode ser entendido como um fenômeno que transcende a figura de Bolsonaro: “Caracteriza-se por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo” (n.p.).

²¹ O Instituto Rio Branco é o centro de formação para a carreira diplomática associado ao Ministério das Relações Exteriores. O acesso ao curso de formação é feito por concurso público.

evento foi organizado pelos Estados Unidos, com apoio da Polônia. O Brasil foi o único país da América Latina presente e, apesar de se tratar de um assunto distante das preocupações diretas da política externa brasileira, Araújo viu na conferência uma oportunidade de ganhar projeção internacional e mostrar ao mundo quais eram os novos aliados do atual governo brasileiro. Para Dieguez (2019), o ministro das relações exteriores abriu o jogo e deixou evidente algumas posições da nova PEB que emergia do encontro: um alinhamento definitivo com os Estados Unidos de Donald Trump, ressalvas ao governo da China, apesar de ser o principal destino das exportações brasileiras, e a ponderação sobre a transferência da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, uma das reivindicações dos grupos evangélicos²² apoiantes de Bolsonaro. A escolha de um lado nos conflitos árabe-israelenses, por exemplo, representa uma clara ruptura com os princípios que guiavam a política externa brasileira até então. Segundo Freixo (2019), essa nova postura sinaliza também o abandono de algumas diretrizes centrais do Itamaraty, como a busca por autonomia, diversificação de parcerias, pragmatismo das relações exteriores e apoio ao multilateralismo, formações regionais, além de uma reforma das organizações internacionais.

Na sequência da viagem à Polônia, uma comitiva brasileira liderada pelo presidente Jair Bolsonaro com seus três principais nomes para assuntos internacionais (Ernesto Araújo, seu filho e deputado Eduardo Bolsonaro e o assessor Felipe Martins) embarcou em março para os Estados Unidos naquela que seria a primeira visita de estado²³ do presidente brasileiro no exterior. A escolha dos Estados Unidos como o primeiro destino internacional deixa evidente o alinhamento brasileiro com o vizinho do Norte, além de representar uma importante mensagem simbólica para a comunidade internacional sobre os posicionamentos do novo governo brasileiro. Stuenkel (2019) observa que, apesar do amadorismo da comitiva brasileira, que, por exemplo, insistiu em fazer uma reunião com o ex-assessor da campanha de Trump, Steve Bannon, o grupo regressou ao Brasil com um alentador pacote de acordos com o governo estadunidense. Foram assinados acordos de cooperação na área militar e de segurança, além de uma convenção sobre o acesso dos

²² Para os evangélicos, a recuperação integral de Jerusalém pelos judeus simboliza a redenção da humanidade e a reaparição de Cristo na terra.

²³ As primeiras viagens ao exterior dos presidentes eleitos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff foram ao Uruguai, Equador e Argentina, respectivamente (BRASIL, s.d., 2003, 2011).

Estados Unidos ao Centro de Lançamento de Alcântara²⁴. No âmbito comercial, o Brasil renunciou ao Tratamento Especial e Diferenciado (TED) junto à OMC como condição para que a Casa Branca apoiasse sua candidatura à OCDE. Além disso, o Brasil decidiu unilateralmente, a despeito da tradição diplomática de reciprocidade, isentar os cidadãos dos Estados Unidos de requererem visto para entrada no país sem qualquer contrapartida. Stuenkel (2019) alerta para uma “aposta de alto risco” com o alinhamento total a Trump manifestado por ocasião do encontro em Washington. Para o pesquisador, a associação do Brasil ao que chama de “facção antiglobalista e pró-Trump” (n.p.) poderia minar as relações Brasil-Estados Unidos numa eventual vitória dos Democratas em 2020²⁵, além de enviar uma mensagem clara para o mundo de que o Brasil aderiu ao lado antiglobalista, o que em certa medida é contraditório, porque o Brasil depende muito mais do sistema multilateral do que os Estados Unidos. Esse posicionamento, para Stuenkel (2019), pode ainda trazer implicações para a autonomia do Brasil e suas relações com outros atores globais. Dieguez (2019) observa que nem mesmo os governos brasileiros durante a ditadura militar, contemporâneos ao período da Guerra Fria, aderiram tão incondicionalmente aos Estados Unidos como agora. Pelo contrário, nesse período o Brasil se indispôs algumas vezes com o governo americano, como quando reivindicou o aumento do mar territorial em 200 milhas, saindo vencedor. “No campo da segurança, os militares brasileiros sempre foram cautelosos em relação ao maior parceiro do Norte” (DIEGUEZ, 2019, n.p.).

Outra importante viagem internacional de Bolsonaro como chefe de estado aconteceu dias depois de retornar do encontro com Donald Trump. O presidente viajou a Israel com a intenção de se estreitar os laços diplomáticos com esse país que já era mencionado como exemplo de força militar e tecnológica por Bolsonaro ainda durante a campanha eleitoral. Além disso, Israel possui uma importância simbólica para seus apoiadores evangélicos. A ida a Tel-Aviv também era uma forma de retribuir a visita que recebeu do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu por ocasião da cerimônia de tomada de posse, em janeiro de 2019, em Brasília. Segundo o governo, a expectativa era aproximar os dois países e firmar acordos de cooperação na área de segurança, tecnologia

²⁴ Base de lançamento de foguetes espaciais da Força Aérea Brasileira localizada no estado do Maranhão. A exploração da base pelos Estados Unidos depende de aprovação do Congresso Nacional.

²⁵ O prognóstico acabou se confirmando com a vitória do democrata Joe Biden.

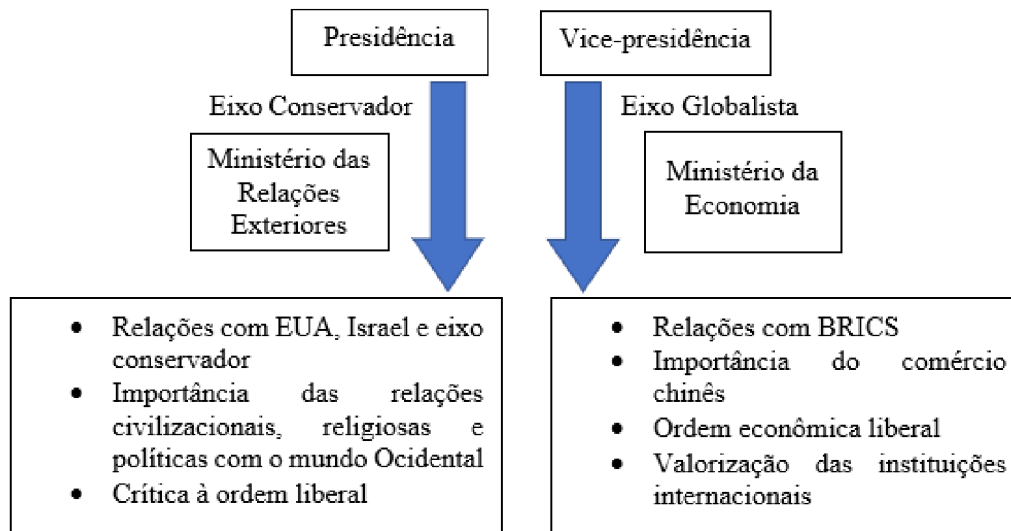
e cibersegurança. Especulava-se também a possibilidade aventada pelo presidente de, tal como os Estados Unidos, transferir a Embaixada Brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém²⁶. Segundo noticiou a BBC Brasil (2019), a histórica aproximação com Israel causou um incômodo com os países árabes e islâmicos, os quais respondem por quase 6% das exportações brasileiras e cerca de 10% das exportações do setor agropecuário. Em termos de comparação, Israel responde por menos de 1% das trocas comerciais brasileiras. Aqui identificamos, portanto, um desequilíbrio entre as narrativas criadas para a política externa e o comércio internacional.

Apesar da força dos grupos ideológicos no governo Bolsonaro e no Itamaraty que impulsionaram as primeiras ações do governo rumo a uma aproximação com Estados Unidos, Israel, Polônia e outras nações igualmente lideradas pela ultradireita, com o passar do tempo essa ideologia fervorosa precisou dividir terreno com o pragmatismo das relações internacionais e de uma economia integrada ao sistema global. Para diminuir o impacto das ações ideológicas do governo Bolsonaro no âmbito externo, Saraiva e Silva (2019) identificam a formação e interferência de uma “ala pragmática” composta pelos militares (representados pelo vice-presidente Hamilton Mourão), Câmara dos Deputados, além de grupos ligados ao agronegócio e às elites econômicas. Segundo os autores, o grupo de influência pragmática do governo é responsável por orientar um discurso mais reservado do presidente e atores da política externa, buscando preservar acordos já estabelecidos e não criar impasses diplomáticos com importantes parceiros comerciais, como a China e a Liga Árabe. Saraiva e Silva (2019) ressaltam ainda a atuação da Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina Dias, que constantemente buscou deixar clara a necessidade de moderação dos discursos ideológicos no ambiente externo sob o risco de prejudicar as exportações do setor agropecuário brasileiro. Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2020) identificam nesse esquema uma flagrante contradição entre os discursos ideológicos e ações da política externa brasileira no primeiro ano de Bolsonaro, contrabalançada por dois polos de forças distintas: ideologia e pragmatismo. Os autores observam ainda que a política externa brasileira durante o primeiro ano de Bolsonaro na presidência passou a dialogar com uma “tendência conservadora e religiosa-civilizacional” (p.16) aliada a uma

²⁶ A hipótese, no entanto, foi descartada e no lugar da transferência da Embaixada o governo brasileiro anunciou a abertura de um “escritório de negócios” em Jerusalém.

visão crítica sobre a globalização e a suposta ameaça que a ascensão dos países emergentes representaria para o mundo ocidental. Além de identificarem nesse novo posicionamento uma crise de autoimagem (o Brasil é uma potência emergente que se beneficia do multilateralismo), os autores alertam para a possibilidade de gerar “isolamento e incompreensão a nível global” (p.17). Para além disso, mesmo que os posicionamentos mais conservadores sejam propositalmente levados a cabo como forma de atender aos anseios do público apoiante de Jair Bolsonaro, para os pesquisadores o neoliberalismo defendido pelas elites econômicas que apoiaram o presidente dificilmente coadunam com o conservadorismo internacional, portanto um hibridismo entre liberalismo econômico e conservadorismo representaria uma contradição capaz de “levar à formação de novos blocos governamentais e rearranjo de forças” (p.17). Saraiva e Silva (2019) ressaltam que apesar da radicalização narrativa na PEB brasileira ter provocado perdas às relações exteriores do país, suas ações estão ainda limitadas pelas fronteiras do pragmatismo.

FIGURA 2 – Quadro sintético das tendências e contradições na política externa de Bolsonaro



FONTE: MEDEIROS; VILAS BOAS; ANDRADE, 2020, p. 16

No âmbito da América do Sul, Saraiva e Silva (2019) observam uma conciliação entre as alas conservadora e pragmática com algumas oportunidades. Apesar disso, o presidente Jair Bolsonaro enfatizou a oposição ao regime de Nicolás Maduro, na Venezuela, e protagonizou episódios de crise na relação com a Argentina. O primeiro foi

quando se declarou abertamente apoiante da reeleição de Mauricio Macri nas eleições presidenciais argentinas em uma flagrante quebra da tradição de não interferência em assuntos internos de outros países. Face à vitória do opositor Alberto Fernández, Bolsonaro fez declarações ofensivas ao presidente eleito e disse temer pelo futuro da Argentina. Bolsonaro não compareceu à cerimônia de posse de Fernández, rompendo uma tradição histórica. Coube ao vice-presidente Hamilton Mourão amenizar o tom comparecendo ao evento de posse e declarando que as relações com o país vizinho se manteriam estratégicas para o Brasil. Em resposta, o presidente argentino defendeu a liberdade do ex-presidente Lula da Silva, o que elevou ainda mais a tensão entre os mandatários. Eduardo Bolsonaro, deputado presidente da Comissão de Relações Exteriores e filho do presidente brasileiro, fez uma publicação em tom homofóbico em uma rede social na qual utilizou uma imagem do filho do presidente argentino Estanislao Fernández vestido de *drag queen* ao lado de uma fotografia sua posando com armas. Já em relação ao Mercosul, enquanto as alas conservadoras ponderavam rever a manutenção do Brasil no bloco, os pragmáticos defenderam não tomar decisões precipitadas e avançar em um projeto de “dinamizar” o grupo, por meio da reversão do viés “social” e foco na liberalização dos mercados. Uma das conquistas mais importantes dessa estratégia foi a concretização do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia, em junho de 2019, em consonância com os objetivos da presidência *pro-tempore* da Argentina, ainda liderada por Mauricio Macri. Após duas décadas de negociações e impasses, os dois blocos finalmente acordaram em gradualmente liberalizar ou reduzir as taxas de importação de setores específicos, como agropecuário, de bebidas e manufaturados. A formalização do acordo foi bem recebida pelas alas pragmáticas do governo, bem como pelas elites econômicas e agropecuárias do Brasil. Apesar da aprovação simbólica do acordo, sua ratificação está em causa devido às cláusulas sobre proteção da Amazônia e impasses diplomáticos com a França²⁷. Em relação às demais iniciativas de regionalismo na América do Sul, o Brasil formalizou, em abril de 2019, a saída da Unasul²⁸, associada aos governos de esquerda da América do Sul, e aderiu

²⁷ O presidente francês Emmanuel Macron criticou duramente as ações do governo brasileiro sobre as queimadas que assolavam a Amazônia em 2019. Em resposta, Jair Bolsonaro desmarcou encontro bilateral que teria com o Ministro das Relações Exteriores da França para ir ao barbeiro, além de ter endossado um comentário ofensivo sobre a primeira-dama francesa em uma rede social.

²⁸ Grupo de países criado em 2008 por iniciativa do então presidente venezuelano Hugo Chávez e de seu par brasileiro Lula da Silva.

ao documento de constituição do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), idealizado por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru como substituto da Unasul (VEJA, 2019).

Chagas-Bastos e Franzoni (2019) questionam se as ações do governo Bolsonaro no âmbito das relações exteriores podem, afinal, ser consideradas uma política externa. Para os autores, no primeiro ano de Bolsonaro na presidência, o Itamaraty rompeu com alguns preceitos básicos da diplomacia brasileira e a política externa passou a ser imprevisível. Bolsonaro está engajado em promover a imagem de um Brasil renovado no exterior, desassociado de algumas bandeiras históricas, como direitos humanos e multilateralismo, ao mesmo tempo em que busca dar ênfase ao mercado aberto em parceria com o Norte Global em detrimento da estratégia de liderança regional, tudo isso enquanto busca legitimidade para suas políticas internas. Chagas-Bastos e Franzoni (2019) argumentam que com uma condução “incoerente” da política externa, “o emergente gigante sul-americano é agora apenas um gigante burro: sem direção ou estratégia” (n.p., tradução nossa). A estratégia mais concreta apresentada por Bolsonaro em seu primeiro ano de governo seria apenas uma cruzada contra a esquerda, o comunismo e qualquer política pública que esteja minimamente associada a esses grupos. Saraiva e Silva (2019), no entanto,

Moreira (2020), por sua vez, observa na política externa de Bolsonaro uma continuidade das estratégias inauguradas durante o governo de Michel Temer, cujo ministro José Serra lançou as diretrizes da “Nova Política Externa” (vide capítulo 3.3.1). Para Moreira, apesar de o governo Bolsonaro avançar com um novo percurso, caracterizado pelo radicalismo retórico e pela “ruptura nos procedimentos diplomáticos, especialmente se comparada com a tradição do Itamaraty nos últimos 30 anos” (p.11), suas ações em temas como ideologização, comércio e segurança podem ser consideradas como continuidades da reforma institucional iniciada a partir de 2016, assim como a ênfase no reposicionamento internacional do Brasil e de suas relações bilaterais.

Em resumo, podemos observar que a nova política externa de Bolsonaro é caracterizada principalmente por um alinhamento com os Estados Unidos de Donald Trump e as demais nações do norte global governadas por ideologias populistas de

extrema-direita, com o objetivo constante por se posicionar como uma nação renovada e aberta aos negócios do capitalismo global e como ponto de divergência dos governos que se sucederam. Além disso, a PEB sob Bolsonaro é crítica à globalização, ao multilateralismo e algumas pautas consideradas progressistas, como direitos humanos e proteção ambiental. Esses posicionamentos são evidenciados e reforçados pela retórica, menos conciliadora e mais incisiva, especialmente ao tratar de nações vizinhas governadas pela esquerda, como também pelas ações, demonstradas pela proximidade ou distanciamento que estabelece com diferentes países, muitas vezes ignorando o histórico e a tradição dessas relações diplomáticas e importância comercial para o Brasil.

4. A COBERTURA DA PEB NA IMPRENSA EM 2019: *FOLHA DE S. PAULO*

Neste capítulo desenvolvemos uma pesquisa empírica sobre as edições impressas do jornal *Folha de S. Paulo* publicadas durante o ano de 2019 com o objetivo de responder à pergunta de partida desta dissertação: como a imprensa cobriu a nova política externa brasileira de Jair Bolsonaro?

Para desenvolver esta pesquisa, este capítulo divide-se em quatro partes, seguindo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Na primeira parte apresentamos informações relevantes sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, utilizado como amostra desta investigação. Com isso, buscamos justificar a escolha desse diário por meio de sua relevância tanto em termos de audiência como de influência no cenário político-mediático brasileiro. A segunda parte dedica-se à fase de organização da pesquisa, na qual explicamos os métodos, critérios e variáveis levadas em consideração para analisar o conjunto material coletado. Na terceira parte, fazemos a exploração quantitativa do objeto de estudo, na qual apresentamos os resultados em gráficos. Por fim, na quarta e última parte, fazemos uma análise dos resultados obtidos, adicionando inferências e interpretações possíveis de estabelecer.

4.1. UM JORNAL CENTENÁRIO NO BRASIL: *FOLHA DE S. PAULO*

No capítulo 2.4 vimos que os jornais impressos, ainda hoje, representam as principais fontes de informação e de agendamento político dos meios de comunicação de massa e das plataformas de comunicação digitais. Segundo Azevedo (2017), as publicações impressas dão origem às principais notícias e comentários que são replicados nas novas mídias digitais e no sistema de rádio e televisão de massas, desempenhando, assim, um papel crucial na produção de notícias e no agendamento de novos temas para o debate público.

No caso brasileiro, segundo o Portal Imprensa (2021), são três os jornais impressos generalistas de maior relevância nacional: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Segundo relatório do IVC (Instituto Verificador de Comunicação) publicado pela *Folha de S. Paulo* (2021a), este diário possui o maior número de assinantes mensais (considerando-se as edições impressas e online), com uma média mensal de 337.854

exemplares diários, seguido de *O Globo*, com 332.176 e *O Estado de S. Paulo*, com 239.935. Além de sua expressiva audiência geral, a *Folha de S. Paulo* possui uma importante presença geográfica se levarmos em consideração as dimensões do Brasil: lidera em circulação total em 25 das 27 unidades da federação.

Autointitulado “o jornal mais influente do Brasil” (FOLHA DE S. PAULO, s.d.), a *Folha de S. Paulo* nasceu em 1960 a partir da fusão de três jornais do Grupo Folha: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Em 1961 o jornal foi adquirido por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que investiram na modernização do periódico, ampliação das receitas e abrangência. (AZEVEDO, 2018b). No Brasil, a *Folha de S. Paulo* foi pioneira, por exemplo, na impressão *offset*²⁹ em cores, no uso exclusivo de computadores na redação, além de ter implementado a figura do *ombudsman*³⁰, em 1989. Azevedo (2018b) observa que a *Folha de S. Paulo* apoiou o golpe de estado de 1964 e os primeiros anos de regime militar no Brasil. Somente a partir de 1976, em um conjunto de renovações gráficas e editoriais, é que o jornal focou seu público-alvo nos segmentos mais intelectualizados e progressistas do ponto de vista político.

Essas mudanças se dão num período marcado pela abertura política, em que a luta pela anistia e pela redemocratização começava a tomar impulso no país e a ganhar o coração e as mentes da classe média. Reposicionado editorialmente, valorizando o pluralismo e o debate de ideias, o jornal cresceu nos segmentos da audiência mais jovem e de classe média, e apoiou a luta em favor da anistia, da Constituinte e das eleições diretas, fazendo coberturas extensas de episódios políticos críticos para o regime militar e aderindo à campanha das “Diretas Já”, que recebeu grande apoio da publicação (AZEVEDO, 2018b, p. 277).

Segundo Azevedo (2018b), atualmente a *Folha* (como é comumente chamada) mantém a mesma linha editorial e diversidade interna, estando posicionada ao centro do espectro político, com abertura para o debate e confronto de ideias em suas páginas. Para o autor, poderia ser classificada ainda como “publicação alinhada com os ideários liberais na política e na economia, mas comprometida com uma audiência menos conservadora”

²⁹ Técnica de impressão indireta que utiliza cilindros intermédios e permite a impressão de grandes quantidades de papel.

³⁰ Figura responsável por receber críticas e sugestões dos leitores, assim como fazer análises críticas independentes sobre a atuação e posicionamento do jornal. Geralmente o cargo é ocupado por jornalistas experientes.

(AZEVEDO, 2018b, p. 278). O atual *slogan* do diário é “Um jornal a serviço da democracia”. Esse posicionamento seria o diferencial da Folha diante de seus dois principais concorrentes a nível nacional (*O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), que abrangem um público mais à direita no espectro político. Em 2021, o jornal celebrou 100 anos, considerando o início da circulação da *Folha da Noite* em 1921.

4.2. PRÉ-ANÁLISE

Nesta seção de pré-análise, nosso objetivo é elucidar e sistematizar os objetivos da análise de conteúdo, demonstrando os critérios de escolha do *corpus* de pesquisa e elaborando algumas hipóteses preliminares. Para isso, partimos de uma leitura flutuante, tal como sugere Bardin (2016), que “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (p. 126). A partir da leitura prévia das edições e dos eventos factuais abrangidos pela cobertura jornalística do jornal em questão, definimos como objeto empírico os textos, independentemente do gênero jornalístico utilizado, publicados na edição principal impressa do jornal *Folha de S. Paulo* durante o ano de 2019. Por edição principal nos referimos ao jornal em sua forma regular de publicação, sem considerar, por exemplo, edições extras, cadernos especiais ou informes publicitários externos que acompanham as edições. Para selecionar as publicações relevantes para nossos objetivos, utilizamos a plataforma de busca avançada do Acervo Folha³¹, onde filtramos a pesquisa utilizando a busca por conteúdos que continham o termo “política externa” ou que estivessem relacionados a ela e que foram publicados no período de análise em todas as seções do jornal (Poder, Mundo, Mercado, Ilustrada, entre outras).

A seleção do *corpus* de pesquisa seguiu a regra da pertinência, tal como postula Bardin (2016), segundo a qual “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (p.128). Desse modo, nosso parâmetro final para seleção do *corpus* foi: 1) que a matéria tenha sido publicada na versão impressa da *Folha de S. Paulo* no período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019; e 2) que o tema principal esteja relacionado à política externa brasileira. Utilizando esses dois critérios, nosso *corpus* de pesquisa resumiu-se a um total de 368

³¹ Disponível apenas para assinantes da *Folha de S. Paulo* (<https://acervo.folha.com.br/index.do>).

textos extraídos das 365 edições publicadas no período de análise, tal como listado no Anexo 1.

A partir dessa seleção de textos, nosso objetivo é analisar como a *Folha de S. Paulo* cobriu os assuntos relacionados à política externa brasileira em suas páginas durante o ano de 2019 a partir de seis critérios preliminares: 1) presença de temas relacionados à política externa nas edições; 2) temática relacionada à política externa brasileira; 3) gênero jornalístico utilizado; 4) personagens da política externa brasileira citados; 5) tipos de fontes interpretativas e 6) posicionamento global. O trabalho de análise do conteúdo selecionado é feito de maneira quanti-qualitativa, ou seja, a partir da extração de dados quantitativos de frequência de aparição de certas variáveis, assim como por meio de observações qualitativas sobre o conteúdo em análise.

A partir da leitura flutuante, conseguimos formular como observações preliminares: 1) que a *Folha de S. Paulo* possui um posicionamento crítico frente às mudanças levadas a cabo na política externa brasileira durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro; 2) utiliza diplomatas e especialistas como principais fontes interpretativas dos fatos e 3) evidencia seus posicionamentos por meio de editoriais críticos à nova política externa brasileira.

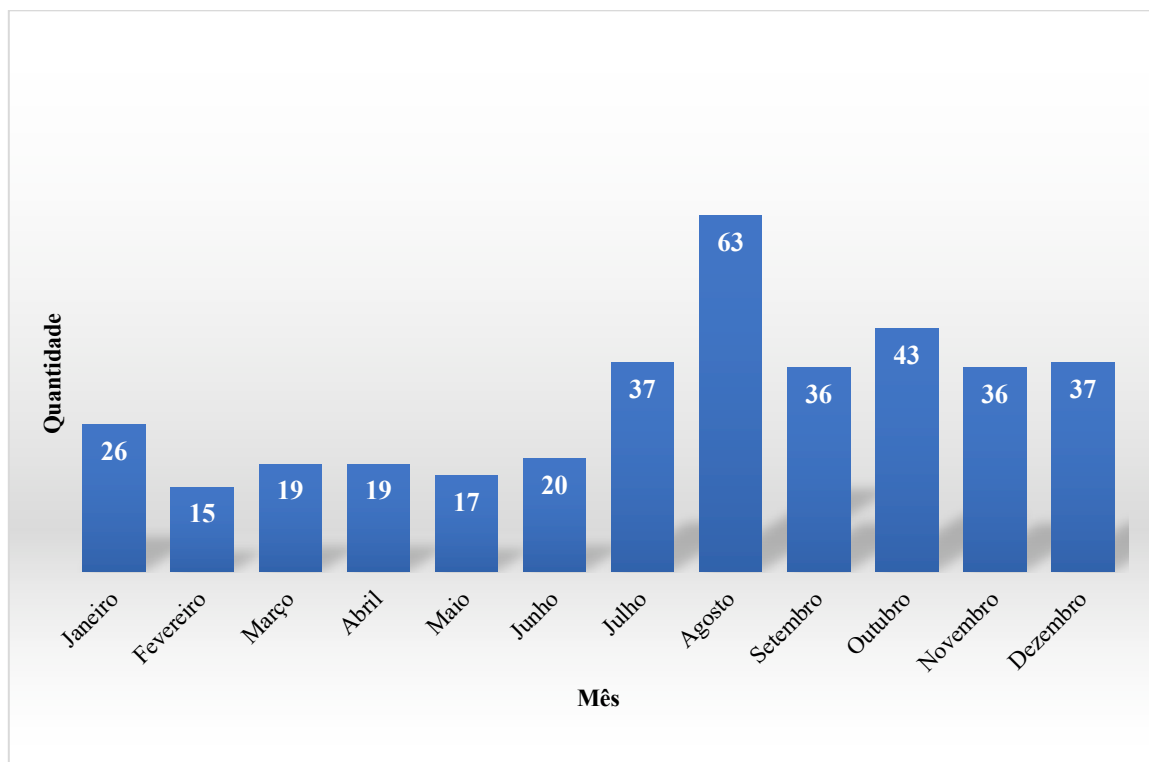
Considerando a exposição das etapas e critérios de seleção do *corpus*, dos objetivos da análise de conteúdo e tendo levantadas as hipóteses preliminares sobre o conteúdo reunido, passamos a seguir para a exploração do material.

4.3. EXPLORAÇÃO QUANTITATIVA DO MATERIAL E TRATAMENTO DOS RESULTADOS

Para fazer um levantamento quantitativo do *corpus*, analisamos cada um dos 368 textos, registrando em tabela *Excel* a frequência com que os critérios numerados anteriormente apareciam. Para melhor visualizar os dados coletados, processamos os resultados no programa *IBM SPSS Statistics 26*, por meio de estatística descritiva de frequência simples, que nos permitiu elaborar gráficos que demonstram visual e quantitativamente cada um dos seis critérios de análise da *Folha de S. Paulo*.

O primeiro critério analisado foi a frequência com que textos sobre a política externa brasileira eram publicados nas edições do jornal.

GRÁFICO 1 – Presença de textos relacionados à política externa brasileira na *Folha de S. Paulo* em 2019



Fonte: dados do autor

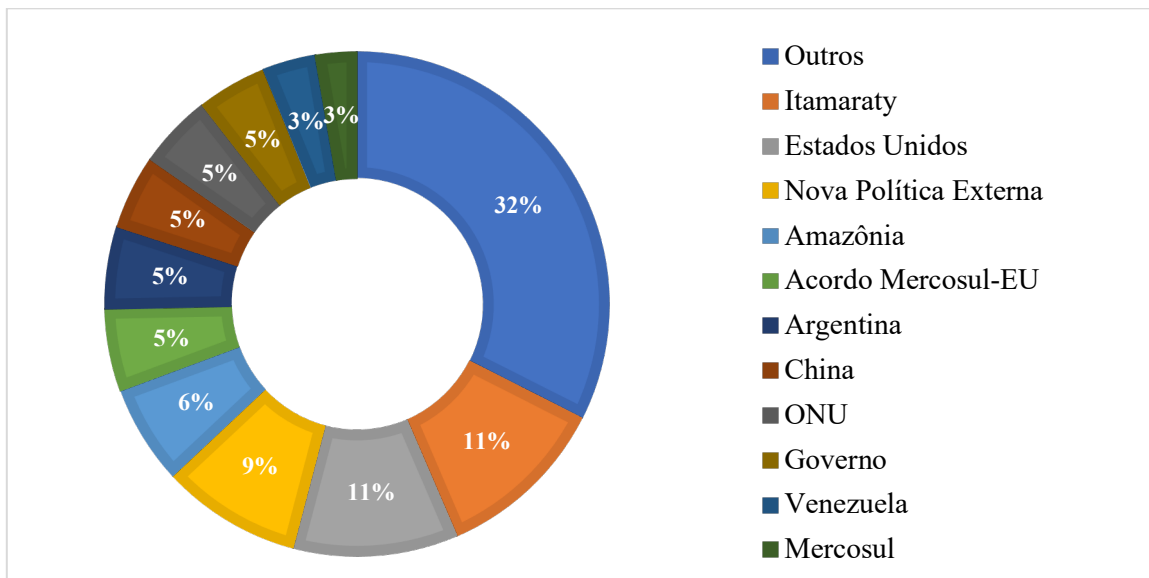
O gráfico demonstra que a presença de textos relacionados à política externa brasileira no jornal *Folha de S. Paulo* variou bastante ao longo do ano de 2019, com um visível aumento a partir do segundo semestre. Verificamos que isso aconteceu proporcionalmente à frequência com que temas relacionados à política externa pautaram a agenda pública, bem como consoante a participação brasileira em eventos internacionais, visitas de Estado ou crises diplomáticas. Podemos ressaltar, por exemplo, que no mês de janeiro boa parte das publicações faziam referência à formação do novo governo e sua estratégia de política externa, assim como destacavam os discursos e mudanças que o governo Bolsonaro apresentava para a política externa brasileira. Fevereiro, no Brasil, coincide com recesso parlamentar, férias e carnaval e, portanto, tradicionalmente diminui a quantidade de acontecimentos no ambiente político, como consequência este foi o mês com menos publicações (15) sobre a PEB. Entre março e abril os temas mais frequentes tratavam das primeiras visitas de Estado de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos e Israel. A

partir de junho uma sucessão de eventos relevantes no âmbito internacional influenciou para que os temas relacionados à política externa merecessem uma cobertura mais frequente pela *Folha de S. Paulo*, como por exemplo a 14ª reunião de cúpula do G-20 e a aprovação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, em finais de junho e que tiveram repercussão também em julho. As queimadas na região da Amazônia e do Pantanal brasileiro no mês de agosto chamaram a atenção da comunidade internacional e o assunto foi pautado na 45ª reunião de cúpula do G7. As declarações do presidente francês Emanuel Macron em defesa da floresta foram interpretadas como ameaça à soberania nacional por Jair Bolsonaro, acentuando uma crise diplomática entre Brasil e França. Em setembro, Bolsonaro proferiu o discurso de abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, como tradicionalmente cabe ao chefe de estado brasileiro. Suas declarações sobre as novas políticas interna e externa brasileiras repercutiram na agenda pública, assim como as negociações sobre a crise na Venezuela. Em outubro, podemos destacar o não apoio dos Estados Unidos para a adesão do Brasil à OCDE, como havia sido acordado na visita a Donald Trump em março. Em novembro, a eleição de Alberto Fernández como presidente na Argentina acentuou o debate sobre as relações Brasil-Argentina e sobre os desafios do Mercosul. Também em novembro aconteceu em Brasília o encontro dos BRICS. Em dezembro, um dos temas que mais repercutiu foi sobre a participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP-25), na esteira das discussões sobre desmatamento e queimadas na Amazônia.

Em resumo, podemos afirmar que a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre temas relacionados à política externa segue uma lógica de pertinência comum às publicações de gênero jornalístico, que acompanha a recorrência e relevância de eventos factuais e sua repercussão pública, assim como o agendamento público provocado pelas ações do governo e seus *policymakers* nessa área.

Partindo desse pressuposto, nosso segundo critério de análise foi sobre as temáticas mais frequentes na cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a política externa brasileira durante o ano de 2019.

GRÁFICO 2 – Temáticas mais frequentes sobre a política externa brasileira na *Folha de S. Paulo* em 2019



Fonte: dados do autor

O gráfico 2 indica que os assuntos relacionados à política externa brasileira mais abordados pela *Folha de S. Paulo* durante o ano de 2019 foram sobre o Itamaraty (42 textos), as relações com os Estados Unidos (40 textos) e a Nova Política Externa (34 textos). O primeiro assunto engloba as publicações que fazem referência ao Ministério das Relações Exteriores, às políticas anunciadas pelo Itamaraty, além de movimentações no corpo diplomático e no Instituto Rio Branco. Um dos eventos que mais contribuiu para que o Itamaraty fosse o assunto central de 11% das publicações sobre a política externa foi a repercussão pública em torno da intenção do presidente Jair Bolsonaro de indicar seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, para o cargo de embaixador nos Estados Unidos. A tentativa, no entanto, acabou frustrada pela pressão pública e política. A propósito, as relações com os Estados Unidos foram o segundo assunto mais presente no *corpus* analisado. Como vimos no capítulo 3.3.2, uma das estratégias centrais da política externa de Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo foi o alinhamento ideológico e político com os Estados Unidos de Donald Trump, não surpreende, portanto, que as relações bilaterais com esse país fossem uma prioridade na agenda política brasileira do período. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro teve dois encontros com Donald Trump: o primeiro, em março, em uma visita de estado em Washington e o segundo em setembro, durante a Assembleia-Geral das

Nações Unidas. O primeiro encontro resultou em um pacote de acordos bilaterais na área militar, de segurança e comércio, que foram amplamente abordadas pelo jornal analisado. A terceira temática mais abordada foi a Nova Política Externa Brasileira, que abrange todos os assuntos relacionados às mudanças levadas a cabo na PEB pelo governo de Jair Bolsonaro, como mudanças de retórica, de posicionamento em fóruns globais, alinhamento com países governados pela direita e quebra de tradições diplomáticas. A relevante presença (9%) desse assunto evidencia como as mudanças na política externa ocuparam boa parte da agenda mediática durante o período de análise.

Como já havíamos observado nos resultados do gráfico 1, o aumento do desmatamento na área da Amazônia, assim como a celebração do Acordo Mercosul-UE também foram destaques na imprensa analisada, tendo respondido por 6% e 5%, respectivamente, das publicações sobre política externa do período de análise. Chama a atenção neste gráfico o posicionamento da China na agenda mediática. Como observa Freixo (2019), uma das estratégias para política externa de Jair Bolsonaro foi, em alinhamento com os Estados Unidos, adotar uma postura anti-China, em contradição com os interesses comerciais do Brasil, visto que o país asiático é o maior comprador das exportações brasileiras. Ao não priorizar uma agenda bilateral com a China, o governo brasileiro influenciou no agendamento mediático, que por sua vez dedicou um espaço menor às relações com esse país, respondendo por apenas 5% dos textos analisados.

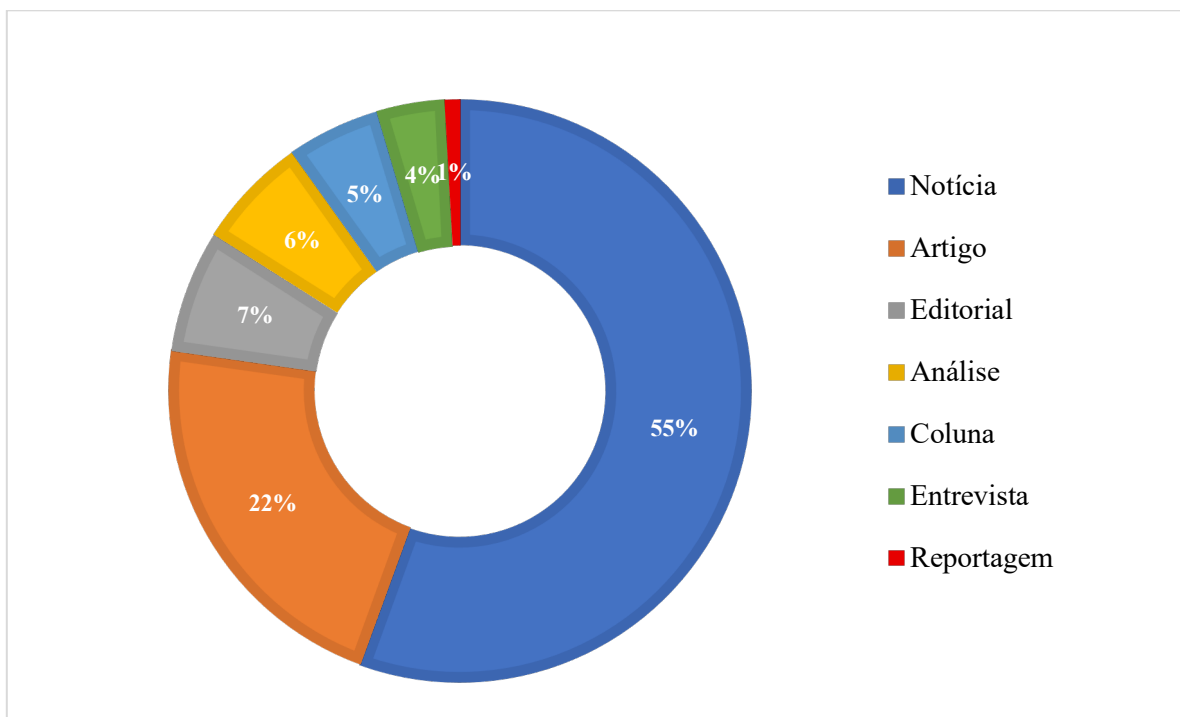
A partir da análise do gráfico 2 podemos depreender que a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a política externa brasileira em 2019 acompanhou as temáticas mais relevantes para o governo brasileiro naquele período: a renovação do Ministério de Relações Exteriores, a implantação de uma política externa reestruturada e de ruptura com tradições estabelecidas, assim como um alinhamento ideológico claro com os Estados Unidos. Os demais temas foram pautados dada a importância estratégica, como o Acordo Mercosul-UE, Argentina e China, e pela repercussão internacional, como é o caso da crise causada pelo aumento dos índices de desmatamento na Amazônia e a crise venezuelana.

O terceiro critério analisado na análise de conteúdo foi sobre os gêneros jornalísticos utilizados pela *Folha de S. Paulo* para abordar a política externa brasileira. Essa análise se justifica para compreender que tipo de espaço o jornal dedica a essa

temática. Para classificação dos gêneros jornalísticos consideramos, em consonância com a 22ª edição do Manual de Redação (FOLHA DE S. PAULO, 2021b):

- 1) Notícia: texto informativo amparado em eventos factuais no qual não são expressas opiniões ou posicionamentos explícitos. Pode conter análises e consultas a fontes desde que guardem relação com o assunto abordado;
- 2) Artigo: texto opinativo assinado por um autor que pode ser externo ou não à redação do jornal, geralmente dedicado à análise crítica ou debate público de determinados assuntos. Na *Folha de S. Paulo* a seção de artigos fica nas primeiras duas páginas do jornal e recebe sugestões de textos de qualquer autor interessado em aportar ao debate público. Alguns artigos também podem figurar em outras seções do jornal, próximos a outros textos que guardam relação com o assunto em pauta;
- 3) Editorial: texto opinativo semelhante ao artigo e que exprime os posicionamentos institucionais do jornal. No caso da *Folha de S. Paulo*, existe um espaço dedicado aos editoriais na primeira página do jornal impresso e os textos não são assinados por um autor;
- 4) Análise: texto de caráter informativo que difere da notícia por apresentar uma análise conjuntural dos fatos, levando em consideração contextos e eventos anteriores. Geralmente as análises são feitas por profissionais especializados na área do assunto tratado e podem conter posicionamentos explícitos do autor;
- 5) Coluna: espaço fixo no jornal dedicado a publicações de um autor. Os colunistas geralmente são profissionais que escrevem sobre assuntos específicos, podendo conter análises e opiniões. É um dos espaços com maior liberdade autoral do jornal;
- 6) Entrevista: gênero jornalístico de perguntas e respostas com uma fonte, utilizado para tratar com profundidade e opinião determinados assuntos sob a perspectiva pessoal do entrevistado;
- 7) Reportagem: gênero jornalístico de caráter narrativo, onde o autor explora com maior liberdade editorial a forma como narra eventos, descreve personagens, situações e inclui observações pessoais, além de relatos de personagens envolvidos e análises conjunturais.

GRÁFICO 3 – Gêneros jornalísticos utilizados pela *Folha de S. Paulo* em 2019 sobre a política externa brasileira



Fonte: dados do autor

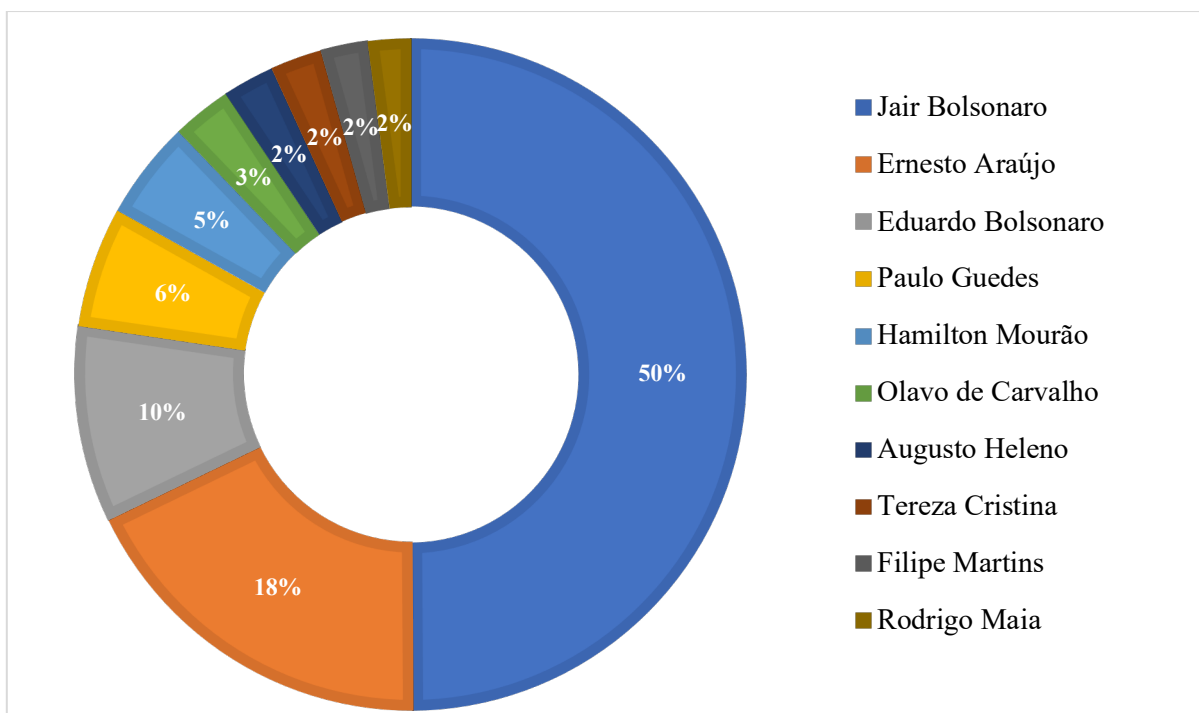
Com base nos resultados obtidos e expressos no gráfico 3, verificamos que a maioria (55%) das publicações relacionadas à política externa brasileira na *Folha de S. Paulo* durante o ano de 2019 foram do gênero notícia, alinhado com a centralidade que esse tipo textual tem na composição editorial de um jornal impresso. Por outro lado, observamos também uma relevante utilização (22%) do gênero artigo, espaço nos quais os autores podem fazer análises críticas e opinativas sobre os assuntos abordados. Logo, constatamos também que 7% dos textos analisados eram editoriais, o que demonstra que o jornal também utilizou desse espaço para debater sobre a política externa brasileira e expor seu posicionamento editorial sobre o tema. Se considerarmos artigos e editoriais juntos, podemos afirmar que 29% dos textos analisados tinham caráter opinativo, seja a nível autoral ou institucional. A utilização dos gêneros análise, coluna e entrevista seguem uma proporção relativamente comum para a composição de um jornal impresso. No entanto, o gênero reportagem foi verificado em apenas 3 publicações, o que representa 1% do *corpus* analisado. Como vimos anteriormente, este gênero jornalístico assume um caráter narrativo

e autoral para descrição dos eventos, explorando personagens envolvidos e análises de conjuntura. Neste caso, foi utilizado para abordar fluxos migratórios: de brasileiros deportados ao tentar entrar nos Estados Unidos, sobre a migração de brasileiros em Portugal e migrantes venezuelanos no Brasil.

Podemos afirmar, portanto, que a *Folha de S. Paulo* aborda a política externa brasileira majoritariamente com um propósito informativo noticioso, em consonância com a finalidade central de uma publicação jornalística diária, ao mesmo tempo em que dedica boa parte das publicações para o debate público e confronto de ideias, como também observa Azevedo (2018b), através dos espaços para editoriais e artigos de opinião.

O quarto critério analisado na amostra selecionada foi a frequência com que alguns personagens da política externa brasileira foram citados ou retratados como atuantes nesse âmbito político. Dessa maneira, podemos compreender quais personagens são mais associados à política externa brasileira pela *Folha de S. Paulo*, assim como os que mais atuam publicamente nesse âmbito. Para a composição deste gráfico, consideramos apenas os personagens que tiveram pelo menos cinco menções na amostra analisada.

GRÁFICO 4 – Os personagens da PEB mais citados pela *Folha de S. Paulo* em 2019



Fonte: dados do autor

Neste gráfico 4, podemos observar que Jair Bolsonaro é o principal personagem da política externa brasileira na amostra analisada. Pelo menos metade das publicações (50%) fazem referência ao Presidente da República ou o retratam como o principal decisor de medidas na área de política externa. Esse resultado evidencia que a Nova Política Externa Brasileira de Bolsonaro ainda mantém o papel central que a diplomacia presidencial assumiu na PEB a partir de Fernando Henrique Cardoso, como vimos no capítulo 2.3. Na sequência de Bolsonaro, o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo foi mencionado em 18% dos textos, enquanto Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, deputado federal e então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados foi citado em 10% das publicações analisadas. Ao classificarmos os personagens da PEB em dois núcleos (eixo conservador e eixo globalista), como sugerem Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2020), constatamos que o grupo que compõe o eixo conservador (Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro, Olavo de Carvalho e Filipe Martins) representou 83% das menções, enquanto o eixo globalista (Paulo Guedes, Hamilton Mourão, Augusto Heleno, Tereza Cristina e Rodrigo Maia), ligado aos setores técnico, pragmático e militar do governo, representou apenas 17% das citações na amostra analisada.

Apesar de Saraiva e Silva (2019) ressaltarem que as ações da ala ideológica do governo Bolsonaro são limitadas pelo pragmatismo institucional e pela ala globalista, nossa observação é que, pelo menos na amostra analisada, a ala ideológica do governo ainda é a mais amplamente associada à condução da política externa brasileira.

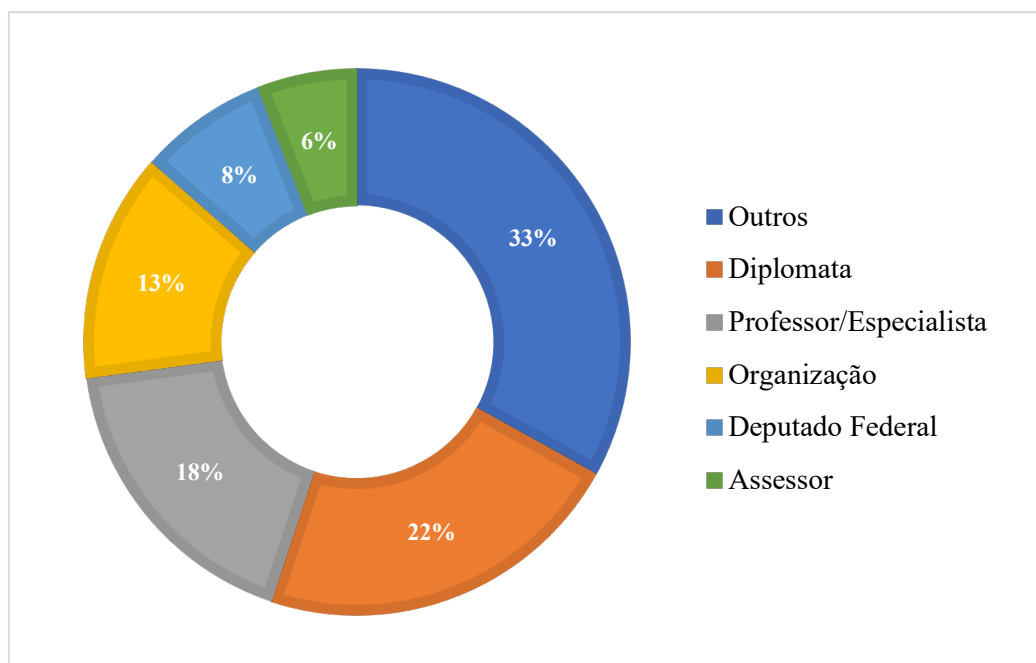
O quinto critério da nossa análise de conteúdo refere-se a que tipos de fontes o jornal *Folha de S. Paulo* recorre para analisar, interpretar, contextualizar ou dar testemunhos em suas publicações. A partir dessa observação, buscamos compreender quais grupos são considerados mais apropriados pelo jornal para tratar ou comentar a política externa brasileira. Para analisar este critério, levamos em consideração apenas as fontes que falam em nome próprio ou de uma instituição e que foram procuradas pelo jornal para dar seu posicionamento ou testemunho sobre um determinado tema, tendo suas declarações publicadas entre aspas ou como entrevistas em qualquer um dos gêneros jornalísticos

analisados. Para tal efeito, desconsideramos fontes anônimas ³² ou citações de declarações públicas, estas últimas que, portanto, não fazem parte do trabalho de apuração jornalística do jornal. Utilizando esses critérios, identificamos 118 fontes declaratórias nos 368 textos analisados, o que representa uma média de 0,32 fontes utilizadas em cada publicação, as quais foram classificadas nas seguintes categorias:

- 1) Diplomata: profissional admitido na carreira diplomática do Itamaraty, sendo servidor atual ou aposentado do Ministério das Relações Exteriores e suas missões internacionais. Incluem-se neste grupo os profissionais correspondentes de outros países;
- 2) Organização: entidade representativa de um movimento político, ambiental, de categorias profissionais ou organizações sociais, independentemente de sua vinculação, propósito ou relação com o governo;
- 3) Professor/Especialista: profissional que se dedica ao estudo e investigação de uma determinada área do conhecimento;
- 4) Deputado Federal: representante eleito para compor a Câmara dos Deputados, discutir e elaborar leis a nível Federal;
- 5) Assessor: profissional reconhecido por seu conhecimento e capacidades técnicas específicas que se dedica a orientar um político ou organização;
- 6) Outros: demais fontes que tiveram menos de cinco menções na amostra analisada.

³² Conhecidas no meio jornalístico como *off the record*.

GRÁFICO 5 – Tipos de fontes utilizadas pela *Folha de S. Paulo* para tratar da PEB



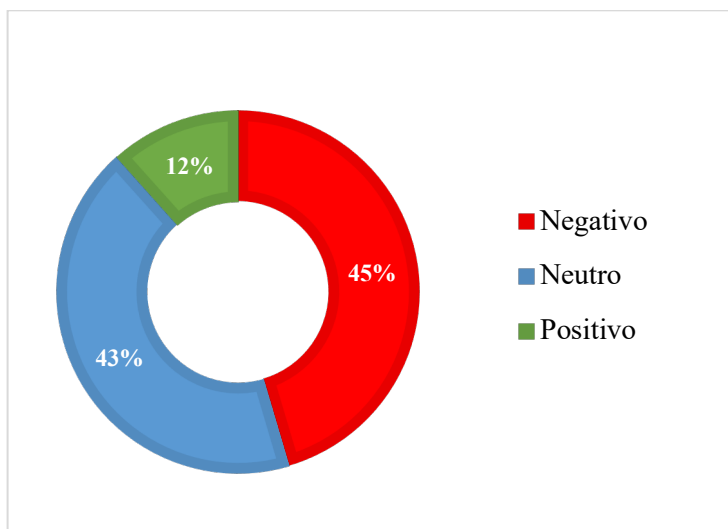
Fonte: dados do autor

Uma das primeiras observações possíveis com os resultados desta análise é a de que o jornal *Folha de S. Paulo* não recorre a fontes como estratégia essencial para composição de seus textos, uma vez que encontramos apenas 118 fontes num universo de 368 textos. Como podemos observar, boa parte (33%) dos tipos de fontes utilizadas foram mencionadas menos de cinco vezes, o que demonstra uma relativa busca por variedade nos tipos de fontes utilizadas para explicar ou comentar assuntos relacionados à política externa que vai além das outras cinco categorias. Por outro lado, verificamos que o grupo de diplomatas representa o tipo de fonte mais consultada pelo jornal para tratar de assuntos de política externa, confirmando o papel de referência que esses profissionais têm sobre o assunto, além do prestígio com que contam os formados pelo Instituto Rio Branco. Na sequência, professores e especialistas aparecem como o segundo tipo de fonte mais consultada para as matérias do jornal, representando 18% do total de fontes utilizadas, o que se justifica pela importância do meio acadêmico e científico para contribuir com o debate público e investigação dos temas relacionados à política externa. As organizações e seus representantes foram o terceiro grupo de fontes mais consultado pelo jornal na amostra analisada, com 13% das menções. O posicionamento e influência deste grupo foi

especialmente importante nas matérias em que o jornal tratou sobre temas ambientais, como no caso da crise na região da Amazônia em que organizações não-governamentais tiveram papel importante no agendamento público do debate. Além disso, os acordos de comércio internacional como o Mercosul-UE são de interesse direto de organizações agropecuárias e da indústria nacional, que também foram frequentemente consultadas para comentar e analisar esses eventos. Por sua vez, no plano político, deputados federais e assessores representam, respectivamente, 8% e 6% das fontes utilizadas, constituindo um grupo importante para debater no plano midiático as estratégias políticas adotadas ou debatidas no plano institucional da República.

O último critério analisado na amostra selecionada é sobre o posicionamento geral dos textos publicados em relação à política externa brasileira. Classificamos os posicionamentos em três grupos clássicos de acordo com a imagem final que o texto passa ao leitor: negativo, positivo ou neutro. Para ilustrar essa classificação, tomemos como modelo um texto jornalístico do gênero notícia com narrativa neutra, mas que expõe os bastidores do poder e o amadorismo dos personagens da política brasileira ao lidar com assuntos de política externa. Neste caso, o texto seria classificado como tendo um posicionamento geral negativo para a imagem do governo e da política externa brasileira. Apesar de rejeitamos o conceito de neutralidade de uma peça jornalística, utilizamos este termo para definir o conteúdo que, no seu conjunto, não reforça aspectos negativos ou positivos da política externa, mas reproduzem uma análise técnica ou analítica sobre determinado assunto ou mesmo reportam notícias sem uma crítica evidente, mas limitada ao ponto de vista factual. Por fim, os textos classificados como positivos ressaltam ou narram aspectos positivos da política externa brasileira, como celebração de acordos ou análises positivas da atuação do governo e dos resultados na estratégia de política externa adotada.

GRÁFICO 6 – Posicionamento global dos textos sobre a política externa brasileira na *Folha de S. Paulo* em 2019



Fonte: dados do autor

O gráfico 6 demonstra que 45% dos textos sobre a política externa brasileira publicados na *Folha de S. Paulo* durante o período de análise foram, no seu conjunto, considerados negativos para a imagem da PEB. A esse resultados podemos atribuir várias possibilidades, como o posicionamento reiteradamente crítico do jornal, expresso em seus editoriais, em relação às mudanças e a condução da PEB, o amadorismo de alguns dos principais agentes da política externa, a imagem negativa do Brasil relacionada aos posicionamentos do governo Bolsonaro, assim como suas declarações públicas polêmicas em eventos como G-20, Fórum de Davos e Assembleia-Geral das Nações Unidas, além das crises internacionais relacionadas à Amazônia e a conflitos de interesse expressos, por exemplo, nas eleições argentinas e nas relações com o presidente francês Emmanuel Macron. Apesar disso, 43% das publicações foram classificadas como neutras, alinhadas a uma busca por imparcialidade em textos jornalísticos que se verifica também na *Folha de S. Paulo*. Os 12% de publicações positivas estão associadas aos méritos da PEB, como os tratados celebrados no encontro com Donald Trump e a celebração do acordo Mercosul-UE, além de análises positivas em artigos de opinião. Em resumo, podemos afirmar que a cobertura do jornal foi feita a partir de um viés crítico e, por conta disso, negativo para a imagem pública do governo e sua estratégia de política externa.

4.4. INFERÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES

A partir da leitura e análise pormenorizada dos dados extraídos da análise de conteúdo do jornal *Folha de S. Paulo* logramos fazer algumas inferências e interpretações. Cumpre observar, primeiro, que o jornal analisado é um dos principais diários brasileiros, com forte influência no agendamento público e político, contando com uma redação qualificada e correspondentes em diversas cidades brasileiras e do exterior. O jornal faz parte de uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, o Grupo Folha, pertencente à família Frias, que compõe o oligopólio privado das comunicações no país. Dado o seu propósito de ser um jornal generalista, busca fazer uma cobertura abrangente sobre a PEB, recorrendo a diversos gêneros jornalísticos e fontes informativas. Além disso, dedica um importante espaço da publicação para o debate público de assuntos diversos por meio de artigos de opinião que, eventualmente, discorreram sobre a PEB no período analisado. No entanto, sua cobertura não é especializada e os conteúdos referentes à PEB dividem espaço com demais assuntos emergentes na pauta pública e midiática. Não surpreende, portanto, que das 365 edições analisadas tenham sido extraídos 368 textos que envolvem política externa. Isso demonstra que o jornal faz uma cobertura desses assuntos seguindo a regra da pertinência, ou seja, somente quando há recorrência e relevância pública de eventos factuais relacionados à PEB. Apesar de haver uma média superior a uma publicação sobre a PEB por edição do jornal, verificamos que nem todas as edições tinham textos sobre esse tema, enquanto outras edições concentravam várias matérias com assuntos relacionados à política externa.

O agendamento da imprensa no período de análise se deu principalmente pelas ações do governo e de seus *policymakers* (especialmente os da ala ideológica, como vimos na análise do gráfico 4), pela participação do Brasil em eventos de relevância para a política externa, além de acontecimentos internacionais que envolviam o país. Enquanto jornal generalista, observamos que a *Folha de S. Paulo* não expressa posições políticas contundentes. Sua cobertura sobre a PEB cumpre um propósito informativo noticioso, ao mesmo tempo em que dedica boa parte das publicações para o debate público e confronto de ideias. Apesar disso, exerceu uma cobertura crítica sobre as mudanças e estratégias de política externa durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Adicionalmente, verificamos que as observações preliminares feitas a partir da leitura flutuante, expressas no capítulo 4.2 de pré-análise, se confirmaram: 1) A *Folha de S. Paulo* demonstrou um posicionamento reiteradamente crítico diante das mudanças postas em prática na política externa brasileira durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, seja através da cobertura noticiosa, analítica ou pelo espaço dedicado a artigos de opinião críticos ao governo. Como vimos anteriormente, 45% dos textos analisados no *corpus* têm um posicionamento negativo sobre a PEB. 2) O jornal busca diversificar as fontes que utiliza em suas publicações, mas diplomatas e especialistas foram, como observado na leitura flutuante, os tipos de fonte mais utilizadas pelo diário para tratar de assuntos relacionados à PEB. 3) A *Folha de S. Paulo* utiliza textos do gênero editorial para evidenciar seus posicionamentos políticos, e nisso incluem-se visões sobre a nova política externa brasileira, geralmente críticas à atuação do governo e do Itamaraty.

Cumpramos, finalmente, que alguns elementos da análise de conteúdo foram decididos a partir das observações empíricas do autor, não estando declaradamente descritos no material analisado, como por exemplo a categorização das temáticas centrais dos textos analisados e seus enquadramentos de posicionamento (positivo, negativo e neutro). Ademais, reconhecemos que nossa análise de conteúdo não é conclusiva porque é limitada temporalmente a um período de análise (2019) e editorialmente, ao selecionar um único tema para abordagem (política externa brasileira), portanto não deve ser considerada como apropriada para descrever a prática jornalística da *Folha de S. Paulo*, mas como um contributo ao estudo da abordagem do jornal, enquanto amostra representativa da imprensa brasileira, sobre temas relacionados à política externa.

CONCLUSÕES

A presente dissertação se propôs a pesquisar de que forma a imprensa, mais especificamente o jornal *Folha de S. Paulo*, cobriu a nova política externa brasileira durante o ano de 2019, primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro. Para isso, propôs-se a fazer uma análise quanti-qualitativa do *corpus* selecionado, o qual continha os textos relacionados à política externa brasileira publicados na edição impressa do jornal durante o ano de 2019. Para lograr tal objetivo, buscamos, primeiramente, compreender as definições de política externa, os fatores que ensejam mudanças na estratégia dessa política pública e a sua relação com os meios de comunicação social. Logo, buscamos definir a nova política externa brasileira e sua origem, analisando os fatores conjunturais que abriram caminho para sua constituição.

Em nossos estudos sobre a política externa adotamos a definição de Freire e Vinha (2011) que a descrevem como “o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções” (p.18). Vimos também que essa política, apesar de se centrar na atuação fora de suas fronteiras estatais, constitui-se como política pública e em seu processo de elaboração incidem as demandas e conflitos normais da elaboração de políticas públicas, sejam elas internas ou externas (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Além disso, como visto em Morin e Paquin (2018), na atualidade é cada vez mais tênue a linha que separa políticas públicas domésticas e externas, sendo que ambas as dimensões podem ser diretamente influenciadas uma pela outra.

Dada a dimensão cada vez mais complexa do campo da política externa, para compreendê-la faz-se necessária uma abordagem metodológica que leve em consideração os diferentes níveis e modos de influência dessa política pública. Nesse contexto, a Análise de Política Externa (APE) representa o modelo de estudo mais adequado para pesquisas nessa área. Vimos que a APE pode recorrer à contribuição de diferentes ciências e teorias para a identificação e compreensão das múltiplas variáveis que podem influenciar a política externa, sugerindo uma análise transversal de fatores de influência e execução de tais políticas. Conforme apresentado por Hermann (1990), foi possível entender que a política

externa, assim como qualquer política pública, está sujeita a mudanças que marcam a reversão ou pelo menos o seu redirecionamento. Essas medidas possuem uma importância especial porque demandam novos posicionamentos de governos, assim como têm impacto no ambiente internacional e na política de outros atores de soberania, como é o caso da nova política externa brasileira, que marca uma mudança na tradição diplomática brasileira.

Os meios de comunicação social, por sua vez, historicamente representaram um sistema de poder político, simbólico e cultural. No âmbito da política externa exercem influência pelo agendamento político e público. No caso brasileiro, os meios de comunicação social tradicionais fazem parte de um oligopólio e historicamente influenciaram o sistema político nacional, sendo os jornais impressos os principais elementos de influência mediática sobre temas relacionados à política externa. Casarões (2012), por sua vez, observa que na década de 1990 houve uma importante mudança nas relações entre os meios de comunicação de massa, a opinião pública e a política externa. A redemocratização brasileira aliada a uma maior abertura econômica, a pluralização dos atores e a presidencialização da diplomacia foram fatores importantes para trazer assuntos de política externa ao debate público através da mídia.

A propósito, esta dissertação revisitou as estratégias de política externa conduzidas pelos governos que antecederam o de Jair Bolsonaro. Vimos que desde a década de 1950 o Brasil vinha sustentando uma estratégia quase consensual no Itamaraty de autonomia na política externa. Esse posicionamento resistiu e se adaptou a diferentes governos. No período mais recente, a política externa brasileira foi marcada pela presidencialização da diplomacia, diversificação das relações através do multilateralismo e projeção internacional. A partir de 2016, com a destituição de Dilma Rousseff e ascensão de Michel Temer à presidência, foram estruturadas as bases de uma nova estratégia para política externa pelo chanceler José Serra. O programa da Nova Política Externa Brasileira propunha uma ideia de desideologização da PEB, buscando reordenar as relações brasileiras através da priorização de relações com países do centro do capitalismo global em detrimento do multilateralismo. Além disso, inaugurou um novo posicionamento da diplomacia brasileira através de uma retórica mais dura em relação aos países da América do Sul e suas políticas domésticas.

Em 2019, com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência essas mudanças foram acentuadas e radicalizadas. O Itamaraty, liderado por Ernesto Araújo, um chanceler da ala ideológica conservadora, rompeu com alguns procedimentos diplomáticos que caracterizaram a política externa brasileira das últimas décadas. O atual governo busca promover a imagem de um país renovado, desassociado de algumas bandeiras históricas, como direitos humanos e multilateralismo, ao mesmo tempo em que procura dar ênfase ao mercado aberto em parceria com o Norte Global em detrimento da estratégia de liderança regional, tudo isso enquanto busca legitimidade para suas políticas internas. As características mais evidentes dessa nova política externa radicalizada por Bolsonaro são o alinhamento a valores conservadores e a nações governadas pelo mesmo espectro político, como os Estados Unidos de Donald Trump, a mudança de retórica em relação aos países vizinhos, além de uma rejeição de qualquer ideia que possa estar minimamente relacionada à esquerda ou ao progressismo.

No capítulo 3, analisamos como os fatores internos e externos podem ter contribuído para a consolidação dessa nova política externa: no contexto internacional, discorremos sobre a crise da ordem global estabelecida, a descentralização do poder e a crise das democracias liberais ocidentais. No plano doméstico, desde 2013 o Brasil passa por uma importante crise de representação política, expressa nos protestos de junho daquele ano. Além disso, a destituição de Dilma Rousseff em 2016 abriu caminho para a ascensão e consolidação de um projeto de governo de extrema-direita no Brasil.

Nosso trabalho de pesquisa empírica para analisar a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a PEB no ano de 2019 seguiu o método de análise de conteúdo, proposto por Laurence Bardin (2016). A partir da leitura prévia do *corpus* selecionado, estabeleceram-se seis elementos para análise quantitativa: 1) presença de temas relacionados à política externa nas edições; 2) temática relacionada à política externa brasileira; 3) gênero jornalístico utilizado; 4) personagens da política externa brasileira citados; 5) tipos de fontes interpretativas e 6) posicionamento global.

Em relação à presença de temas sobre a PEB nas edições impressas do jornal analisado, verificamos que o diário faz uma cobertura desses assuntos seguindo a regra da pertinência, ou seja, somente quando há recorrência e relevância pública de eventos

factuais relacionados à PEB. Sobre os temas mais abordados pelo jornal, verificamos uma maior recorrência de assuntos importantes para o governo brasileiro daquele período: a renovação do Ministério de Relações Exteriores, a reestruturação da estratégia de política externa, assim como a aproximação com os Estados Unidos. Os demais temas foram pautados devido à importância estratégica, como o Acordo Mercosul-UE, Argentina e China, e pela repercussão internacional, como é o caso da crise na Venezuela e o desmatamento na Amazônia. A predominância de textos do gênero noticioso indica que a *Folha de S. Paulo* prioriza uma cobertura factual, alinhada com seu propósito de jornalismo generalista, apesar de dedicar boa parte do espaço das publicações para o debate público e confronto de ideias. Em relação à menção de personagens da PEB no jornal, vimos que o presidente Jair Bolsonaro é o principal nome associado à política externa e que a ala ideológica do governo é a que está mais relacionada à condução da PEB. Verificamos ainda que o jornal recorre a um grupo diverso de fontes para fazer inferências em seus textos, mas para temas relacionados à política externa busca com mais frequência diplomatas, professores e especialistas no assunto. Por fim, a cobertura do jornal pode ser considerada crítica à PEB e seus principais *policymakers* dada a expressiva presença de pautas e opiniões que contribuem para a construção de uma imagem negativa para o governo e o Itamaraty.

Podemos inferir, portanto, que a *Folha de S. Paulo*, enquanto amostra representativa da imprensa brasileira, fez uma cobertura sobre a política externa brasileira em 2019 de forma factual e generalista, seguindo a regra de pertinência na escolha dos temas e dedicando espaço para o debate público. Além disso, posicionou-se de forma reiteradamente crítica às mudanças e às ações do governo Bolsonaro no âmbito da política externa através de seus editoriais.

Cumpramos ressaltar que o objetivo desta dissertação e análise de conteúdo não foi estabelecer uma relação de influência entre os meios de comunicação social e a política externa, mas analisar como as mudanças e a condução da PEB durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro foram abordadas pela imprensa brasileira, mais especificamente a *Folha*. Para isso, seriam necessários outros tipos de análise, que envolvessem a relação de causa-efeito, além da adoção de outra metodologia de pesquisa.

Do ponto de vista empírico, consideramos que este trabalho de pesquisa contempla os objetivos principal e específicos a que se propôs e os requisitos acadêmicos de uma dissertação de mestrado, tendo representado uma importante componente da formação acadêmica, assim como um contributo para o debate público sobre a nova política externa brasileira e a atuação dos meios de comunicação social nesse âmbito. Do mesmo modo, os resultados obtidos suscitam a exploração de novas possibilidades de estudo nessa área, como a investigação das relações de influência entre os meios de comunicação social e a política externa, bem como estudos comparativos entre diferentes veículos da imprensa.

BIBLIOGRAFIA

IMPrensa

AGÊNCIA SENADO. **Brasil é uma das quatro maiores democracias do mundo**. 26 de setembro de 2016. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/09/26/brasil-e-uma-das-quatro-maiores-democracias-do-mundo>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

ALESSI, Gil. Bancada da Bala, Boi e Bíblia impõe ano de retrocesso para mulheres e indígenas. **El País Brasil**. 07 de dezembro de 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/politica/1512148795_433241.html>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

ALESSI, Gil; BORGES, Rodolfo. A crise política no Brasil: Em áudio, dono da JBS contou a Temer seu plano para “segurar” investigação. **El País Brasil**. 19 de maio de 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. PIB do Brasil cresce 1,1% em 2018 e ainda está no patamar de 2012. **G1**. 28 de fevereiro de 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/pib-do-brasil-cresce-11-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

ARIAS, Juan. Por que a liturgia bélico-religiosa de Bolsonaro me dá calafrios. **El País Brasil**. 09 de março de 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/opinion/1520605105_073408.html>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

AZEVEDO, Guilherme. O poder do mito. **Uol**. Eleições. 28 de outubro de 2018b.

Disponível em: <<https://www.uol/eleicoes/especiais/a-trajetoria-de-jair-bolsonaro-de-militar-rebelde-a-presidente-do-brasil.htm#tematico-16>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

BBC Brasil. **'Não renunciarei', diz Temer em pronunciamento**. 18 de maio de 2017.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39956084>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

BBC Brasil. **Bolsonaro em Israel: O que aconteceu de mais importante na visita do presidente até agora?**. 02 de abril de 2019. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47740929>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

BENITES, Afonso. Bolsonaro inicia campanha pedindo votos para “bancada da metralhadora”. **El País Brasil**. Brasília, 08 de março de 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/08/politica/1520481606_121225.html>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1**, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

BRANT, Danielle; ALBUQUERQUE, Ana L.; CARVALHO, Daniel. 1, 2 e 3. O que têm feito nos cargos os filhos de Bolsonaro? **Diário de Notícias**. 01 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-ago-2019/o-que-tem-feito-nos-seus-cargos-os-filhos-de-bolsonaro-11161405.html>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. Política. 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

CASTILHO, Carlos. Imprensa e Bolsonaro: o que está em jogo na batalha pela opinião pública. **Observatório da Imprensa**, 26 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-da-imprensa/imprensa-e-bolsonaro-o-que-esta-em-jogo-na-batalha-pela-opinio-publica/>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

CLIVERY, Elisa. Congresso promulga reforma da Previdência. Política. **G1**. Brasília, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-regras-comecarao-a-valer-depois-de-publicadas.ghtml>>. Acesso em: 08 de julho de 2021.

COSTAS, Ruth. Entenda a polêmica por trás das 'pedaladas fiscais'. **BBC Brasil**. São Paulo, 07 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151006_pedaladas_tcu_entenda_ru>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

DATAFOLHA. Bolsonaro é aprovado por 30% após um ano de governo. Opinião Pública. **Datafolha Instituto de Pesquisas**. São Paulo, 09 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/12/1988542-bolsonaro-e-aprovado-por-30-apos-um-ano-de-governo.shtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

DELLA COLETTA, Ricardo. Governo Bolsonaro: Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. **El País Brasil**, 03 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

DIEGUEZ, Consuelo. O chanceler do regresso. **Revista Piauí**, ed. 151, abril de 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

FERNANDES, Ricardo C. G7: Macron oferece ajuda para Amazônia, Bolsonaro responde com insultos. Brasil. **Público**. 26 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/bolsonaro-macron-trocam-insultos-amazonia-arde-1884522>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro.** Poder. 24 de junho de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação.** Jornalismo. 27 de março de 2021a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação.** 22 ed. São Paulo: Publifolha, 2021b.

FOLHA DE S. PAULO. **Pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. São os valores que norteiam o maior jornal do Brasil.** s.d. Disponível em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/folha/>>. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

FREIXO, Adriano. As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 10 de abril de 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

GASPAR, Malu. Um liberal à brasileira. **Revista Piauí**, edição 134, novembro de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/um-liberal-brasileira/>>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

GRILLO, Marco; MENEZES, Maiá; PRADO, Thiago. Exclusivo: ‘Não entendo mesmo de economia’, afirma Jair Bolsonaro. **O Globo**. 21 de julho de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

GZH. **De reformas a impopularidade: um balanço do governo Temer.** Política. 24 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/de-reformas-a-impopularidade-um-balanco-do-governo-temer-cjq1liqjkm0n7z01rxmmez3muy.html>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

G1. **Dilma Rousseff é a primeira mulher eleita presidente do Brasil.** Eleições 2010. 31 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

G1. **Dilma é reeleita presidente e amplia para 16 anos ciclo do PT no poder.** Eleições 2014. 26 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

G1. **Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado.** Política. 17 de abril de 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de>>

impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html >. Acesso em: 27 de maio de 2021.

G1. **Íntegra do discurso de Dilma após impeachment.** Política. 31 de agosto de 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

G1. **Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%.** Eleições 2018. 22 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

INMAN, Phillip. Brazil overtakes UK as sixth-largest economy. **The Guardian**. 26 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2011/dec/26/brazil-overtakes-uk-economy>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

LI, Eric X. The End of Globalism: Where China and the United States Go From Here. **Foreign Affairs**, dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-12-09/end-globalism>>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

LÔBO, Cristiana. PT aguardará fim do prazo e lançará chapa Haddad-Manuela nesta terça-feira. Política. Blog da Cristiana Lôbo. **G1**. 10 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/2018/09/10/pt-lanca-chapa-haddad-manuela-nesta-terca-ultimo-dia-de-prazo.ghtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

MAZUI, Guilherme; MATOSO, Filipe; MARTELLO, Alexandro. Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política; relembre. Política. **G1**. 12 de maio de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-mas-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. Política. **G1**. 12 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro anuncia envio ao Congresso de projeto que isenta militar de punição em operações. Política. **G1**. 21 de novembro de 2019a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/21/bolsonaro-anuncia-envio-ao-congresso-de-projeto-que-preve-isencao-de-punicao-para-militares-e-policiais-em-operacoes-de-glo.ghtml>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

MAZUI, Guilherme. Retrospectiva 2019: relembre o que marcou o primeiro ano do governo Bolsonaro. **G1**. 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

MILZ, Thomas. A tensa relação entre governo Bolsonaro e imprensa. **Deutsche Welle**, 08 de março de 2019. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3Egph>>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

MOTA, Camilla V. Desmonte sob Bolsonaro pode levar desmatamento da Amazônia a ponto irreversível, diz físico que estuda floresta há 35 anos. **BBC Brasil**. 01 de julho de 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48805675>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

NOBRE, Marcos. O caos como método. **Revista Piauí**, ed. 151, abril de 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

ORTIZ, Delis; VIVAS, Fernanda. Bolsonaro decide revogar decreto que facilita porte de arma de fogo e edita outros três. **Política. G1**. 25 de junho de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/25/bolsonaro-decide-revogar-decreto-que-facilita-porte-de-arma-de-fogo.ghtml>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

PASSARINHO, Nathalia. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. **G1. Política**. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

_____. Bancada do PT decide votar pela continuidade do processo de Cunha. **G1. Política**. 02 de dezembro de 2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/bancada-do-pt-decide-votar-pela-continuidade-do-processo-de-cunha.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

_____. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. **G1. Política**. 02 de dezembro de 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

POMPEU, Ana. Jair Bolsonaro, o mito de pés de barro. **Congresso em Foco**, 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/jair-bolsonaro-o-mito-de-pes-de-barro/>>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

PORTAL IMPRENSA. **Estadão assume liderança de ranking de jornais impressos com maior tiragem, diz IVC**. 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/84451/estadao+assume+lideranca+de+ranking+de+jornais+impressos+com+maior+tiragem+diz+ivc>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

REZENDE, Lucas P. O Dissenso de Washington e a política externa de Temer e Serra. **Carta Capital**, 08 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/o-dissenso-de-washington-e-a-politica-externa-de-temer-e-serra/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

RIBEIRO, João R. Lula está preso: “Já não sou um ser humano. Sou uma ideia”. Brasil. **Público**. 08 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/04/08/mundo/noticia/no-dia-da-prisao-lula-abre-portas-ao-culto-da-sua-personalidade-1809521>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

_____. Michel Temer, “líder de uma organização criminosa”, foi preso no âmbito da Lava-Jato. Brasil. **Público**. 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/03/21/mundo/noticia/michel-temer-preso-ordem-procuradores-lavajato-1866263>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. Política. **G1**. 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

SALOMÃO, Lucas. Excludente de ilicitude: veja o que prevê a proposta anticrime de Sergio Moro. Política. **G1**. 23 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/23/excludente-de-ilicitude-veja-o-que-preve-o-pacote-anticrime-de-sergio-moro.ghtml>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

SCHREIBER, Mariana. Por que mesmo rejeitado pela população Temer deve conseguir se manter no cargo hoje. **BBC Brasil**. 02 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40798355>>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

SETO, Guilherme. Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares. Eleições 2018. **Folha de S. Paulo**. 24 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

STRUCK, Jean-Philip. Temer mantém velha política de loteamento de ministérios. Brasil. **Deutsche Welle**, 13 de maio de 2016. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/1IndN>>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

_____. Bolsonaro anuncia general como vice. Eleições 2018. **Deutsche Welle**, 05 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/32ebj>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

STUENKEL, Oliver. Aposta de alto risco. Questões de Geopolítica. **Revista Piauí**, 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/aposta-de-alto-risco/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

TAVARES, Joelmir. Bolsonaro já defendeu tortura para quem pediu para se calar em CPI, como Pazuello fez agora. Poder. **Folha de S. Paulo**, 17 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-para->

quem-pediu-para-se-calar-em-cpi-como-pazuello-fez-agora.shtml?origin=folha>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

VEJA. **Temer bate próprio recorde e é o presidente mais rejeitado da história.** Política. 10 de junho de 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/temer-bate-proprio-recorde-e-e-o-presidente-mais-rejeitado-da-historia/>>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

VIEIRA, Inacio. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘Ponte para o Futuro’. **The Intercept Brasil**. 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho:** homicídios cometidos pela polícia militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARAÚJO, Ernesto H. F. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, v. 3, n. 6, pp. 323-358, 2017.

_____. **A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019.** Brasília: FUNAG, 2020.

AVRITZER, Leonardo. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. **Critical Policy Studies**, v. 11, n. 3, pp. 352–357, 2017.

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n.1, pp. 88-113, 2006.

_____. **A grande imprensa e o PT (1989-2014).** São Carlos: EdUFSCar, 2017.

_____. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, pp. 270-290, 2018a.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Pedro P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, pp. 1-63, 2017.

BRAGA, Maria J. Apresentação. In: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **A violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019.** Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2020.

BRASIL. Viagens Internacionais do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. **Biblioteca da Presidência da República**, s.d. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/viagens>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110176.htm>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

BRASIL. Viagens Internacionais do Presidente da República/2003. **Biblioteca da Presidência da República**, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2003-1.pdf/view>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. Viagens Internacionais da Presidenta da República/2011. **Biblioteca da Presidência da República**, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/view>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. Congresso. Senado. Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de dezembro de 2016a. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=540698>>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição 287/2016**. Poder Executivo, 2016b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=649CBE7FF9E1841A11E5A3F05DAE4F28.proposicoesWebExterno1?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional nº 103. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-103-227649622>>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

BURGES, Sean W.; BASTOS, Fabrício H. C. The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy. **Policy Studies**, v.38, n.3, pp. 277-290, 2017.

CARDOSO, Fernando H. Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura do Debate Geral da 56a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York: 10 de novembro de 2001, pp. 65-71. In: BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CASARÕES, Guilherme S. P. Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.1, n.2, pp. 211-236, 2012.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, pp.117–140, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Revista de Estudios Sociales**, v. 69, pp. 92-100, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/res69.2019.08>>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H.; FRANZONI, Marcela. The Dumb Giant: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro. **E-International Relations**, 16 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2019/10/16/the-dumb-giant-brazilian-foreign-policy-under-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CORNETET, João M. C. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Astral**, v. 5, n. 24, pp. 111-150, 2014.

COUTO, Joaquim M. Nota Técnica: alguns resultados macroeconômicos do primeiro ano do governo Bolsonaro. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 3, pp. 93-99, setembro/dezembro de 2020.

DIAS, Lucia M.; FERNANDES, Carla M. Campanha de Jair Bolsonaro para presidência em 2018: a construção do Mito Político. **ECCOM**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **A violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2020.

FERES JÚNIOR, João; GAGLIARDI, Juliana. O Antipetismo da Imprensa e a Gênese da Nova Direita, pp. 25-43. In: GALLEGOS, Esther S. (Org.). **Brasil em Colapso**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

FERREIRA, Túlio S. H.; CUNHA, Ester A. C. A política externa brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de CartaCapital e Veja: um estudo comparativo. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.44, n.1, pp. 209–230, 2021.

FONSECA, Carmen. A Política Externa Brasileira da Democracia: o paradoxo da mudança na continuidade? **Relações Internacionais**, n. 29, pp. 33-43, 2011.

_____. O Brasil de Lula: a permanente procura de um lugar no sistema internacional. **Relações Internacionais**, n. 55, pp. 51-70, 2017.

FONSECA, Pedro. Poder e Discurso: uma análise de conteúdo do discurso de posse dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil (2003-2016). **Revista Portuguesa de Ciência Política**, n. 9, pp. 89-110, 2018.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. Política Externa: modelos, actores e dinâmicas, pp. 13-53. In: FREIRE, Maria Raquel (Org.). **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

GONTIJO, Caio; RAMOS, Leonardo. Caesarism, populism, and the 2018 election in Brazil. **Capital & Class**, pp.1-16, 2019.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v.46, n.1, pp. 1-35, 1992.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, pp. 3-21, mar. 1990.

HILL, Christopher. **Foreign Policy in the Twenty-First Century**. 2 ed. Londres: Palgrave, 2016.

HOLSTI, Ole R. **Making American Foreign Policy**. Nova Iorque: Routledge, 2006

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v.39, pp.209-238, 1995.

HUDSON, Valerie M. The History and Evolution of Foreign Policy Analysis, pp. 11-30. In: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. (org). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, pp. 68-82, janeiro de 2019.

IKENBERRY, G. Jhon. The end of liberal international order?. **International Affairs**, v.94, n.1, pp. 7-23, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO) em 2019 é de 10.129 km²**. 09 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento dos Focos Ativos por Países - Brasil**. 11 de julho de 2021. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Divulgação de Resultados de Eleições**. Eleições 2018 – 2º turno. Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

LAMPREIA, Luiz F. A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, pp. 5-17, 1998.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Corporación Latinobarómetro: Santiago, 2019. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

LIMA, Maria R. S. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v.22, n.2, pp. 265-303, 2000.

MARCUSE, Herbert. Prólogo. In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 23-31.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Klei P.; VILAS BOAS, Vinícius H.; ANDRADE, Enrico M. Tendências e desafios da Política Externa de Bolsonaro: resgate do choque das civilizações, declínio da ordem liberal e rupturas internas. **Conjuntura Internacional**, v. 17, n. 1, pp. 10-18, 2020.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia (org.). Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. E-book Kindle.

_____. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, v.35, n.1, pp. 11-41, 2013.

MINTZ, Alex; DEROUEN, Karl. **Understanding Foreign Policy Decision Making**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

MIRANDA, Samir P. A “Nova Política Externa Brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, pp. 126-138, 2019.

MOREIRA, Danilo S. O. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na política externa (2016-2019). **Revista Neiba: cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, pp. 1-19, 2020.

MORIN, Jean-Frédéric; PAQUIN, Jonathan. **Foreign Policy Analysis: A Toolbox**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

PEREIRA, Matheus R. A desinformação como estratégia política: uma análise dos tweets de ataque à imprensa postados por Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019. **Aquila**, v. 1, n. 24, pp. 97-110, 14 de janeiro de 2021.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em Nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, pp. 1-22, 2018.

ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. Perspectividade política e produção de desinformação nas eleições brasileiras de 2018. **Agenda Política - Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, v. 8, n. 3, pp. 163-190, setembro-dezembro, 2020.

ROSATI, Jerel A. The Power of Human Cognition in the Study of World Politics. **International Studies Review**, v.2, n. 3, pp. 45-75, 2000.

ROSENAU, James. **The Scientific Study of Foreign Policy**. Londres: Free Press, 1980.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de política externa e política externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.56, n.1, pp. 40-59, 2013.

SARAIVA, Miriam G. Continuidade e Mudança na Política Externa Brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**, n. 37, pp. 63-78, 2013.

_____. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, n. 44, pp. 25-35, 2014.

SARAIVA, Miriam G.; SILVA, Álvaro V. C. Ideologia e Pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, pp. 117-137, 2019.

SERRA, José. Discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, 18 de maio de 2016. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

SILVA, Álvaro V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, pp. 23-41, 2019.

SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides. **Política Externa, Espaço e Desenvolvimento - Livro 3**. Brasília: Ipea, 2014, pp. 17-58.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

STUENKEL, Oliver; TAYLOR, Matthew M. Brazil on the Global Stage: Origins and Consequences of Brazil's Challenge to the Global Liberal Order, pp. 1-16. In: STUENKEL, Oliver; TAYLOR, Matthew M. (Org.). **Brazil on the Global Stage: Powers, Ideas, and the Liberal International Order**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

STURARO, George W. S.; NEVES JÚNIOR, Edson J. Mudança e continuidade na política externa brasileira no período Cardoso-Lula da Silva (1994-2010): o caso da integração regional no âmbito do Mercosul. **Relações Internacionais do Mundo Atual**. Curitiba, v.1, n.9, pp. 150-175, 2010.

TAYLOR, Philip M. **War and the Media: Propaganda and Persuasion in the Gulf War**. Manchester: Manchester University Press, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República**. 01 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.29, n.2, pp. 273-335, 2007.

WEBER, Maria H. Espaço público e acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, pp. 189-203, 2011.

ANEXO

ANEXO 1 – Tabela utilizada para coleta de dados do jornal *Folha de S. Paulo*

Data	Publicações relacionadas à política externa	Gênero jornalístico utilizado	Temática principal relacionada à política externa	Personagens citados	Tipo de fonte	Posicionamento global
01/01/19	4	Artigo (2) ; Coluna; Análise	Itamaraty; Nova Política Externa(2); África	Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo(2); Jair Bolsonaro(3)		Positivo; Neutro (3)
02/01/19	0					
03/01/19	4	Notícia(2); Artigo(2)	Nova Política Externa (3); Estados Unidos	Ernesto Araújo(4); Jair Bolsonaro(2); Olavo de Carvalho		Neutro; Negativo (2)
04/01/19	3	Artigo; Notícia; Editorial	Nova Política Externa (3);	Ernesto Araújo(2); Jair Bolsonaro; Roberto Azevêdo; Filipe Martins; Olavo de Carvalho		Negativo (2); Positivo
05/01/19	0					
06/01/19	0					
07/01/19	1	Notícia;	Nova Política Externa;	Filipe Martins; Jair Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro	Empresário;	Negativo;
08/01/19	2	Notícia; Artigo;	Itamaraty; Nova Política Externa;	Paulo Guedes; Marcos Troyjo; Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro	Empresário; Diplomata;	Negativo(2);
09/01/19	0					
10/01/19	1	Artigo;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo;		Negativo
11/01/19	3	Notícia(2); Editorial;	Itamaraty(2); Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro(3); Ernesto Araújo(3); Mario Vilalva;	Diplomata; Organização; Assessor;	Negativo(3);
12/01/19	0					
13/01/19	1	Artigo;	Nova Política Externa;	Ernesto Araújo;		Negativo;
14/01/19	0					
15/01/19	1	Editorial	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro;		Negativo
16/01/19	0					
17/01/19	0					
18/01/19	0					
19/01/19	0					
20/01/19	0					
21/01/19	2	Artigo(2);	Itamaraty; Nova Política Externa;	Ernesto Araújo; Paulo Guedes(2); Sergio Moro(2); Jair Bolsonaro		Negativo(2)
22/01/19	0					
23/01/19	1	Notícia;	Fórum Econômico Mundial;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo; Paulo Guedes; Sergio Moro;	Economista; Ativista; Organização;	Negativo;
24/01/19	1	Notícia;	Venezuela;	Jair Bolsonaro; Hamilton Mourão;	Senador;	Neutro;
25/01/19	0					
26/01/19	0					
27/01/19	1	Artigo;	Estados Unidos;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo;		Neutro
28/01/19	0					
29/01/19	0					
30/01/19	1	Notícia;	Reino Unido	Rubens Ricupero		Neutro

01/02/19	3	Coluna; Notícia(2)	Venezuela(3);	Jair Bolsonaro(3); Hamilton Mourão; Eduardo Bolsonaro	Organização;	Neutro(3);
02/02/19	0					
03/02/19	0					
04/02/19	0					
05/02/19	1	Notícia;	Venezuela;			Neutro
06/02/19	1	Notícia;	Israel;	Ernesto Araújo, Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão;		
07/02/19	2	Entrevista; Artigo	Nova Política Externa(2);	Steve Bannon(2); Eduardo Bolsonaro; Hamilton Mourão(2), Jair Bolsonaro(2);	Assessor;	Neutro; Negativo;
08/02/19	0					
09/02/19	0					
10/02/19	0					
11/02/19	0					
12/02/19	0					
13/02/19	0					
14/02/19	0					
15/02/19	1	Notícia;	Nigéria;			Neutro;
16/02/19	0					
17/02/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Ernesto Araújo; Olavo de Carvalho;	Itamaraty; Professor; Diplomata	Negativo;
18/02/19	0					
19/02/19	1	Artigo;	Globalização;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
20/02/19	0					
21/02/19	2	Notícia(2);	Venezuela; Estados Unidos;	Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro(2); Hamilton Mourão; Augusto Heleno;	Itamaraty; Planalto;	Positivo; Neutro
22/02/19	0					
23/02/19	0					
24/02/19	0					
25/02/19	0					
26/02/19	2	Notícia; Artigo;	Comando Sul; Venezuela;	Alcides de Faria Júnior; Hamilton Mourão; Jair Bolsonaro;		Neutro; Positivo;
27/02/19	0					
28/02/19	1	Artigo;	Venezuela;			Neutro;
01/03/19	0					
02/03/19	2	Notícia(2);	Otan; Venezuela;	Jair Bolsonaro; Hamilton Mourão;	Assessor(2);	Positivo; Neutro
03/03/19	0					
04/03/19	0					
05/03/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Ernesto Araújo,; Fernando Henrique Cardoso;		Neutro;
06/03/19	0					
07/03/19	0					
08/03/19	0					
09/03/19	0					

10/03/19	0					
11/03/19	0					
12/03/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro; Nestor Foster; Olavo de Carvalho;		Neutro
13/03/19	0					
14/03/19	1	Artigo;	Estados Unidos;	Jair Bolsonaro; Paulo Guedes;		Negativo;
15/03/19	1	Notícia;	Estados Unidos;	Jair Bolsonaro; Paulo Guedes; Ernesto Araújo;		Negativo;
16/03/19	0					
17/03/19	1	Notícia;	Estados Unidos;	Jair Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Eduardo Bolsonaro; Sérgio Amaral;		Negativo
18/03/19	2	Notícia; Coluna;	Estados Unidos(2); China; Rússia; Argentina;	Jair Bolsonaro(2); Olavo de Carvalho; Sergio Moro; Paulo Guedes; Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo; Teresa Cristina; Bento Albuquerque;	Assessor;	Negativo;
19/03/19	0					
20/03/19	0					
21/03/19	4	Artigo; Análise; Notícia(2);	China; Estados Unidos(2); Itamaraty;	Jair Bolsonaro(3); Paulo Guedes; Ernesto Araújo(2); Eduardo Bolsonaro;		Negativo(2); Positivo; Neutro;
22/03/19	3	Notícia(2); Análise;	América do Sul; Venezuela; Prosul; Itamaraty; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro(2); Nestor Foster; Ernesto Araújo; Augusto Heleno;	Diplomata; Professor;	Neutro(3);
23/03/19	0					
24/03/19	1	Artigo;	Itamaraty; América do Sul;	Ernesto Araújo;	Professor;	Negativo;
25/03/19	0					
26/03/19	0					
27/03/19	0					
28/03/19	0					
29/03/19	0					
30/03/19	2	Artigo; Notícia;	Nova Política Externa; Israel;	Jair Bolsonaro(2); Ernesto Araújo; Bento Costa Lima; Marcos Pontes; Augusto Heleno;	Assessor;	Negativo; Neutro;
31/03/19	0					
01/04/19	0					
02/04/19	3	Análise; Editorial; Artigo;	Israel(3);	Jair Bolsonaro(3);	Professor; Deputado Federal;	Neutro; Positivo; Negativo;
03/04/19	0					
04/04/19	2	Artigo(2);	Itamaraty; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro(2); Filipe Martins; Eduardo Bolsonaro(2); Ernesto Araújo; Hamilton Mourão;		Negativo(2);
05/04/19	2	Notícia(2);	Emirados Árabes Unidos; Governo;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo; Augusto Heleno; Flávio Bolsonaro; Steve Bannon; Eduardo Bolsonaro;		Neutro; Negativo;
06/04/19	0					
07/04/19	0					
08/04/19	0					
09/04/19	1	Notícia;	Governo;	Jair Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro;		Neutro;
10/04/19	3	Análise; Notícia(2);	Itamaraty(2); Governo; Estados Unidos;	Ernesto Araújo; Olavo de Carvalho; Jair Bolsonaro(2); Mario Vilalva;	Diplomata(2); Assessor; Empresário;	Negativo(2); Neutro;

				Márcio Coimbra; Letícia Catelani; Hamilton Mourão; Paulo Guedes;		
11/04/19	3	Notícia(3);	Itamaraty; Argentina; Liga Árabe;	Ernesto Araújo(3); Jair Bolsonaro(2); Eduardo Bolsonaro;	Itamaraty; Diplomata;	Negativo; Neutro; Positivo;
12/04/19	0					
13/04/19	0					
14/04/19	0					
15/04/19	2	Artigo; Notícia;	Itamaraty; Israel;	Ernesto Araújo; Paulo Guedes; Jair Bolsonaro;	Diplomata;	Negativo(2);
16/04/19	0					
17/04/19	0					
18/04/19	1	Notícia;	Governo;	Jair Bolsonaro;		Positivo;
19/04/19	0					
20/04/19	0					
21/04/19	0					
22/04/19	0					
23/04/19	0					
24/04/19	0					
25/04/19	2	Artigo(2);	Nova Política Externa; Itamaraty;	Ernesto Araújo;		Negativo(2);
26/04/19	0					
27/04/19	0					
28/04/19	0					
29/04/19	0					
30/04/19	0					
01/05/19	0					
02/05/19	0					
03/05/19	0					
04/05/19	2	Notícia(2);	Estados Unidos; Itamaraty;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo;	Senador; Organização;	Negativo; Neutro;
05/05/19	2	Notícia;	Governo; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro(2); Augusto Heleno; Ernesto Araújo; Olavo de Carvalho;		Negativo(2);
06/05/19	0					
07/05/19	0					
08/05/19	1	Análise;	Governo;	Jair Bolsonaro; Augusto Heleno; Eduardo Bolsonaro; Carlos Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Eduardo Villas Bôas;		Negativo;
09/05/19	0					
10/05/19	2	Notícia(2);	Estados Unidos; OCDE;	Jair Bolsonaro; Filipe Martins;		Neutro; Positivo;
11/05/19	0					
12/05/19	0					
13/05/19	2	Notícia; Coluna;	Estados Unidos; 5G;	Jair Bolsonaro;	Ativista;	Negativo; Neutro;
14/05/19	0					
15/05/19	0					

16/05/19	2	Artigo; Notícia;	Irã; Argentina;	Paulo Guedes(2); Olavo de Carvalho; Jair Bolsonaro; Augusto Heleno; Ernesto Araújo; Filipe Martins;		Negativo; Neutro;
17/05/19	0					
18/05/19	2	Notícia(2);	Governo; FAO;	Ernesto Araújo(2); Jair Bolsonaro; Nestor Foster; Olavo de Carvalho; Tereza Cristina(2);	Senador(2);	Neutro(2);
19/05/19	0					
20/05/19	0					
21/05/19	0					
22/05/19	0					
23/05/19	0					
24/05/19	4	Notícia(4);	OCDE(2); Acordo Mercosul- UE; China;	Jair Bolsonaro(4); Ernesto Araújo(2); Hamilton Mourão;	Organização; Ministro;	Positivo(2); Negativo; Neutro;
25/05/19	0					
26/05/19	0					
27/05/19	0					
28/05/19	0					
29/05/19	0					
30/05/19	0					
31/05/19	0					
01/06/19	0					
02/06/19	0					
03/06/19	1	Entrevista;	Governo;		Político;	Negativo;
04/06/19	0					
05/06/19	0					
06/06/19	0					
07/06/19	0					
08/06/19	0					
09/06/19	0					
10/06/19	0					
11/06/19	0					
12/06/19	0					
13/06/19	1	Artigo;	Nova Política Externa;	Paulo Guedes;		Negativo;
14/06/19	0					
15/06/19	0					
16/06/19	0					
17/06/19	1	Editorial	Argentina;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
18/06/19	0					
19/06/19	0					
20/06/19	1	Artigo;	Itamaraty;	Ernesto Araújo; Filipe Martins; Jair Bolsonaro;		Negativo;
21/06/19	0					

22/06/19	0					
23/06/19	0					
24/06/19	0					
25/06/19	0					
26/06/19	3	Notícia(2); Coluna;	Direitos Humanos; G20; 5G;	Ernesto Araújo(2); Damares Alves; Jair Bolsonaro(2); Hamilton Mourão;	Organização;	Negativo(2); Positivo;
27/06/19	2	Notícia(2);	Governo; G20;	Sergio Moro; Jair Bolsonaro;		Negativo; Neutro;
28/06/19	2	Notícia; Editorial;	G20(2);	Jair Bolsonaro; Augusto Heleno;		Negativo(2);
29/06/19	9	Notícia(7); Análise(2);	Acordo Mercosul-UE(7); G20; Portugal;	Tereza Cristina; Ernesto Araújo; Marcos Troyjo; Jair Bolsonaro(6); Augusto Heleno(2);	Organização(2); Prefeito; Diplomata(3);	Positivo(4); Neutro(4); Negativo;
30/06/19	0					
01/07/19	2	Editorial; Artigo;	Acordo Mercosul-UE; Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro(2);		Neutro; Negativo;
02/07/19	0					
03/07/19	2	Artigo(2);	Acordo Mercosul-UE(2);	Jair Bolsonaro(2); Paulo Guedes;		Negativo; Positivo;
04/07/19	7	Notícia(3); Artigo(4);	Venezuela; Acordo Mercosul-UE(5); Comércio;	Jair Bolsonaro(4); Eduardo Bolsonaro; Paulo Guedes; Tereza Cristina(2);		Neutro(3); Negativo(3); Positivo;
05/07/19	0					
06/07/19	0					
07/07/19	0					
08/07/19	0					
09/07/19	1	Artigo;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo;		Negativo;
10/07/19	0					
11/07/19	0					
12/07/19	0					
13/07/19	4	Notícia(3); Análise;	Itamaraty(3); Filipinas;	Eduardo Bolsonaro(3); Jair Bolsonaro(3); Ernesto Araújo(2); Filipe Martins;	CGU; Ministro do STF;	Negativo(2); Positivo; Neutro;
14/07/19	3	Notícia; Artigo(2);	Itamaraty; Comércio(2);	Eduardo Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Janaina Paschoal;	Deputado Federal;	Neutro(2); Negativo;
15/07/19	0					
16/07/19	3	Notícia(2); Entrevista;	Itamaraty; Acordo Mercosul-UE; Mercosul;	Jair Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro;	Deputado Federal; Ministro; Diplomata(2);	Negativo; Neutro(2);
17/07/19	0					
18/07/19	0					
19/07/19	0					
20/07/19	2	Artigo(2);	Itamaraty; América Latina;	Eduardo Bolsonaro;		Negativo; Positivo;
21/07/19	0					
22/07/19	3	Notícia; Coluna; Artigo;	Irã(2); Itamaraty;	Jair Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo;	Procurador-geral da República; Empresa;	Neutro(2); Negativo;
23/07/19	2	Notícia(2);	Itamaraty; Portugal;	Eduardo Bolsonaro; Augusto Heleno;	Deputado Federal;	Neutro(2);
24/07/19	0					
25/07/19	2	Coluna; Entrevista;	Itamaraty; Nicarágua;	Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo;	Ativista;	Positivo; Neutro;

26/07/19	0					
27/07/19	6	Entrevista; Notícia(3); Editorial; Artigo;	FAO; Migrações; Irã(2); Itamaraty(2);	Jair Bolsonaro(3); Sergio Moro; Eduardo Bolsonaro(2); Ernesto Araújo(2);	Diplomata; Advogado; Jornalista; Organização;	Negativo(3); Neutro(3);
28/07/19	0					
29/07/19	0					
30/07/19	0					
31/07/19	0					
01/08/19	0					
02/08/19	5	Notícia(5);	Itamaraty; Paraguai(2); Estados Unidos(2);	Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro(2); Eduardo Bolsonaro; Paulo Guedes;	Diplomata; Senador; Ministro;	Negativo; Neutro(2); Positivo(2);
03/08/19	0					
04/08/19	3	Editorial; Reportagem; Análise;	Estados Unidos(2); Governo;	Jair Bolsonaro(3); Eduardo Bolsonaro;	Diplomata; Organização; Professor;	Negativo(3);
05/08/19	1	Artigo;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
06/08/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Ernesto Araújo;		Negativo;
07/08/19	5	Notícia(5);	Governo; Estados Unidos; França; Alemanha; Itamaraty; Paraguai;	Jair Bolsonaro(4); Carlos Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro(2); Styvenson Valentim;	Senador; Deputado Federal;	Negativo(2); Neutro(3);
08/08/19	2	Artigo; Notícia;	Estados Unidos; Alemanha;	Jair Bolsonaro; Hamilton Mourão; Eduardo Bolsonaro(2); Ernesto Araújo;		Negativo; Neutro;
09/08/19	2	Notícia; Coluna;	Itamaraty; Estados Unidos;			Neutro(2);
10/08/19	0					
11/08/19	0					
12/08/19	0					
13/08/19	0					
14/08/19	0					
15/08/19	0					
16/08/19	0					
17/08/19	4	Artigo(4);	Argentina(3); Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro(3);		Negativo(2); Positivo; Neutro;
18/08/19	0					
19/08/19	0					
20/08/19	2	Notícia(2);	Hizbullah; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo; Paulo Guedes;	Deputado Federal;	Neutro(2);
21/08/19	0					
22/08/19	1	Notícia;	Argentina;	Jair Bolsonaro;		
23/08/19	0					
24/08/19	14	Editorial; Análise(3); Notícia(8); Coluna; Entrevista;	Nova Política Externa; França(3); G7; Amazônia(6); Acordo Mercosul-UE(2); EFTA;	Jair Bolsonaro(12); Eduardo Bolsonaro(2); Luis Fernando Serra; Rubens Ricupero; Ricardo Salles; Luiz Ramos; Paulo Guedes; Tereza Cristina;	Diplomata; Professor; Especialista;	Negativo(11); Neutro(2); Positivo;
25/08/19	9	Artigo(3); Coluna; Notícia(3); Análise; Reportagem;	Amazônia(5); Nova Política Externa; Bolívia; França; Acordo Mercosul-UE;	Jair Bolsonaro(8); Ricardo Salles(2);	Especialista(2) ; Professor; Economista;	Negativo(5); Neutro(4);
26/08/19	0					
27/08/19	0					

28/08/19	9	Entrevista(3); Coluna; Notícia(4); Artigo;	Amazônia(8); França;	Jair Bolsonaro(7); Paulo Guedes; Rodrigo Maia; Ernesto Araújo; Helder Barbalho;	Professor;	Negativo(3); Neutro(5); Positivo;
29/08/19	0					
30/08/19	5	Artigo; Notícia(3); Entrevista;	França(2); China(2); Estados Unidos;	Jair Bolsonaro(3); João Doria(2); Cralos Brandão; Olavo de Carvalho; Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo;	Advogado; Deputado Federal; Organização; Professor;	Negativo(2); Neutro(2); Positivo;
01/09/19	2	Notícia(2);	Governo; Israel;	Rodrigo Maia; Jair Bolsonaro;	Professor; Diplomata;	Neutro(2);
02/09/19	1	Artigo;	Itamaraty;	Ernesto Araújo; Eduardo Bolsonaro;		Negativo;
03/09/19	0					
04/09/19	0					
05/09/19	0					
06/09/19	0					
07/09/19	2	Notícia(2);	Itamaraty; Amazônia;	Jair Bolsonaro(2); Davi Alcolumbre;		Neutro(2);
08/09/19	0					
09/09/19	0					
10/09/19	0					
11/09/19	1	Notícia;	Estados Unidos;	Ernesto Araújo; Paulo Guedes;		Positivo;
12/09/19	2	Notícia(2);	Estados Unidos; Venezuela;	Ernesto Araújo(2); Nestor Foster;	Diplomata;	Positivo; Neutro;
13/09/19	2	Coluna; Notícia;	Itamaraty; Estados Unidos;	Ernesto Araújo(2);		Negativo; Positivo;
14/09/19	1	Artigo; Notícia;	Venezuela; ONU;	Jair Bolsonaro(2); Ernesto Araújo; Hamilton Mourão;		Negativo; Neutro;
15/09/19	0					
16/09/19	0					
17/09/19	0					
18/09/19	2	Entrevista; Notícia;	Governo; Venezuela;	Jair Bolsonaro; Hamilton Mourão;	Senador;	Negativo; Neutro;
19/09/19	2	Notícia; Análise;	ONU; Amazônia;	Jair Bolsonaro(2); Augusto Heleno; Ernesto Araújo; Eduardo Bolsonaro;		Neutro; Negativo;
20/09/19	0					
21/09/19	3	Notícia(3);	Armas Nucleares; ONU; Mercosul;	Jair Bolsonaro(3); Ernesto Araújo(2);		Neutro(2);
22/09/19	0					
23/09/19	0					
24/09/19	5	Notícia(4); Entrevista;	ONU(4); Amazônia;	Jair Bolsonaro(3); Ricardo Salles; Ernesto Araújo(2);	Ministro; Professor(2);	Neutro(4); Negativo;
25/09/19	7	Artigo(3); Editorial; Notícia; Análise(2);	Governo; ONU(6);	Jair Bolsonaro(6); Ernesto Araújo; Filipe Martins; Eduardo Bolsonaro; Ricardo Salles;	Organização; Deputado Federal(2);	Negativo(6); Neutro;
26/09/19	6	Artigo(4); Notícia(2);	ONU(5); Armas Nucleares;	Jair Bolsonaro(4); Cacique Raoni;		Negativo(4); Neutro(2);
27/09/19	0					
28/09/19	0					
29/09/19	0					
30/09/19	0					
01/10/19	0					
02/10/19	0					

03/10/19	0					
04/10/19	0					
05/10/19	0					
06/10/19	4	Notícia(3); Análise;	Amazônia; China; Oriente Médio; Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro(4); Ernesto Araújo; Filipe Martins; Eduardo Bolsonaro;		Neutro(3); Negativo;
07/10/19	0					
08/10/19	1	Notícia;	Estados Unidos;	Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo;		Neutro;
09/10/19	0					
10/10/19	0					
11/10/19	5	Coluna; Notícia(2); Análise; Artigo;	OCDE(4); Vaticano;	Jair Bolsonaro(3); Dias Toffoli; Rodrigo Maia; Davi Alcolumbre; Hamilton Mourão;		Negativo(3); Neutro(2);
12/10/19	1	Notícia;	Vaticano;	Hamilton Mourão;		Neutro;
13/10/19	1	Análise;	Paraguai;			Neutro;
14/10/19	4	Artigo(2); Notícia; Coluna;	Nova Política Externa; Vaticano; Estados Unidos; China;	Jair Bolsonaro(2); Hamilton Mourão; Dias Toffoli; Rodrigo Maia; Davi Alcolumbre; Eduardo Bolsonaro;		Negativo(2); Neutro(2);
15/10/19	1	Editorial	OCDE;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
16/10/19	0					
17/10/19	0					
18/10/19	4	Notícia(4);	Itamaraty; Estados Unidos; Mercosul; OCDE;	Jair Bolsonaro(2); Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo; Davi Alcolumbre;		Neutro(2); Negativo; Positivo;
19/10/19	0					
20/10/19	0					
21/10/19	0					
22/10/19	0					
23/10/19	0					
24/10/19	0					
25/10/19	8	Notícia(5); Artigo; Entrevista; Editorial;	China(3); Uruguai; Mercosul(3); Itamaraty;	Jair Bolsonaro(8); Ernesto Araújo; Eduardo Bolsonaro;	Advogado; Professor; Político; Organização; Diplomata;	Neutro(2); Negativo(5); Positivo;
26/10/19	5	Editorial; Análise; Notícia(3);	América do Sul; China; Bolívia; Emirados Árabes Unidos; Liga Árabe; Japão;	Jair Bolsonaro(4); Tereza Cristina; Paulo Guedes;	Diplomata;	Negativo; Positivo(2); Neutro(2);
27/10/19	0					
28/10/19	2	Artigo; Notícia;	Mercosul; Argentina; Japão;	Jair Bolsonaro(2);	Organização;	Negativo; Neutro;
29/10/19	0					
30/10/19	6	Artigo; Notícia(4); Coluna;	Argentina(2); Estados Unidos; Bolívia; Arábia Saudita; Emirados Árabes Unidos;	Jair Bolsonaro(4); Onyx Lorenzoni; Ernesto Araújo;	Empresário;	Negativo; Neutro(3); Positivo(2);
31/10/19	1	Notícia;	Estados Unidos;			Negativo;
01/11/19	2	Notícia(2);	Uruguai; Itamaraty;	Jair Bolsonaro(2); Ernesto Araújo;	Político;	Negativo(2);
02/11/19	0					
03/11/19	1	Reportagem;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
04/11/19	1	Editorial;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro;		Positivo;

05/11/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Jair Bolsonaro;	Professor;	Negativo;
06/11/19	1	Coluna;	Argentina;	Hamilton Mourão;		Neutro;
07/11/19	5	Notícia(3); Editorial(2);	Argentina(2); BRICS; Nova Política Externa; Comércio Internacional;	Jair Bolsonaro(4); Osmar Terra; Paulo Guedes;	Especialista;	Positivo; Neutro; Negativo(3);
08/11/19	3	Notícia(2); Editorial;	Nova Política Externa; Pré- Sal(2);	Jair Bolsonaro; Paulo Guedes;	Político;	Negativo(3);
09/11/19	0					
10/11/19	0					
11/11/19	2	Editorial; Notícia;	Cuba; Bolívia;	Jair Bolsonaro(2); Ernesto Araújo;		Negativo; Neutro;
12/11/19	0					
13/11/19	0					
14/11/19	0					
15/11/19	7	Notícia(5); Análise; Artigo;	BRICS(3); China(4);	Jair Bolsonaro(5); Ernesto Araújo; Paulo Guedes(3);		Neutro(5); Positivo(2);
16/11/19	3	Artigo; Entrevista; Notícia;	BRICS; África; China;	Jair Bolsonaro;	Político; Empresário;	Neutro(2);
17/11/19	1	Notícia;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro;		Neutro;
18/11/19	4	Artigo; Coluna; Notícia; Editorial;	Bolívia; BRICS; América do Sul; China;	Ernesto Araújo; Jair Bolsonaro(2);		Negativo(2); Neutro; Positivo;
19/11/19	3	Notícia(3);	Argentina; 5G; Comércio Internacional;	Jair Bolsonaro(2); Tereza Cristina;	Especialista;	Neutro(3);
20/11/19	0					
21/11/19	0					
22/11/19	0					
23/11/19	1	Artigo;	Governo;	Jair Bolsonaro;		Negativo;
24/11/19	0					
25/11/19	0					
26/11/19	0					
27/11/19	0					
28/11/19	0					
29/11/19	1	Notícia;	Uruguai;	Jair Bolsonaro;		Neutro;
30/11/19	0					
01/12/19	0					
02/12/19	2	Artigo; Editorial;	Índia; COP-25;	Jair Bolsonaro(2);		Negativo(2);
03/12/19	4	Notícia(2); Análise; Coluna;	Estados Unidos(3); COP-25;	Jair Bolsonaro(2); Paulo Guedes; Hamilton Mourão;	Organização;	Negativo(2); Neutro(2);
04/12/19	2	Notícia; Editorial;	Mercosul; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro;		Neutro; Negativo;
05/12/19	1	Artigo;	Comércio Internacional;			Neutro;
06/12/19	6	Notícia(5); Coluna;	Mercosul(2); Argentina; Amazônia; Israel; Estados Unidos;	Jair Bolsonaro(4); Rodrigo Maia; Eduardo Bolsonaro; Ernesto Araújo;	Diplomata;	Neutro(2); Negativo(3); Positivo;
07/12/19	1	Artigo;	Argentina;	Jair Bolsonaro; Rodrigo Maia;		Negativo;
08/12/19	0					
09/12/19	4	Notícia(3); Artigo;	COP-25; Comércio Internacional; Estados Unidos; Argentina;	Sonia Guajajara; Tereza Cristina; Ricardo Salles; Jair Bolsonaro(3); Paulo Guedes; Rodrigo Maia; Hamilton Mourão;		Neutro(3); Negativo;

10/12/19	0					
11/12/19	3	Artigo; Notícia(2);	Governo; Chile; Argentina;	Jair Bolsonaro(3); Rodrigo Maia(2); Hamilton Mourão;		Neutro(3);
12/12/19	0					
13/12/19	0					
14/12/19	0					
15/12/19	1	Notícia;	Itamaraty;	Ernesto Araújo; Eduardo Bolsonaro; Filipe Martins; Jair Bolsonaro; Hamilton Mourão; Tereza Cristina; Rodrigo Maia;	Diplomata;	Neutro;
16/12/19	0					
17/12/19	2	Editorial; Artigo;	5G; Comércio Internacional;	Jair Bolsonaro; Tereza Cristina;		Neutro(2);
18/12/19	2	Notícia(2);	Migrações; Comércio Internacional;		Especialista;	Negativo(2);
19/12/19	2	Artigo; Notícia;	COP-25; Israel;	Jair Bolsonaro(2);	Diplomata;	Negativo; Neutro;
20/12/19	0					
21/12/19	0					
22/12/19	0					
23/12/19	2	Artigo(2);	Governo; COP-25;	Jair Bolsonaro; Sonia Guajajara;		Negativo; Neutro;
24/12/19	4	Notícia(4);	COP-25; Argentina; China; Comércio Internacional;	Ricardo Salles;	Organização; Especialista; Empresário; Diplomata;	Negativo; Neutro(3);
25/12/19	0					
26/12/19	1	Editorial;	Nova Política Externa;	Jair Bolsonaro; Ernesto Araújo; Eduardo Bolsonaro; Filipe Martins;		Negativo;
27/12/19	0					
28/12/19	0					
29/12/19	0					
30/12/19	0					
31/12/19	0					